

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	15
3.9 - Outras informações relevantes	16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	26
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	27
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	29
4.5 - Processos sigilosos relevantes	30
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	31
4.7 - Outras contingências relevantes	32
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	33

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	34
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	36
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	38
5.4 - Outras informações relevantes	39
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	40
6.3 - Breve histórico	41
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	43
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	44
6.7 - Outras informações relevantes	45
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	46
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	52
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	53
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	84
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	85
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	89
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	90
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	91
7.9 - Outras informações relevantes	92
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	97
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	98
8.3 - Operações de reestruturação	99
8.4 - Outras informações relevantes	100
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	101
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	102

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	103
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	179
9.2 - Outras informações relevantes	180
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	185
10.2 - Resultado operacional e financeiro	216
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	220
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	221
10.5 - Políticas contábeis críticas	222
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	223
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	224
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	225
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	226
10.10 - Plano de negócios	227
10.11 - Outros fatores com influência relevante	229
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	230
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	231
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	232
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	236
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	239
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	240
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	241
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	242
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	246
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	247

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	248
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	249
12.12 - Outras informações relevantes	250

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	252
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	255
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	258
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	260
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	261
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	262
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	263
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	264
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	265
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	266
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	267
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	268
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	269
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	270
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	271
13.16 - Outras informações relevantes	272

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	273
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	275
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	276

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	279
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	280
15.3 - Distribuição de capital	283
15.4 - Organograma dos acionistas	284
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	285
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	287
15.7 - Outras informações relevantes	289
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	290
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	291
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	296
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	297
17.2 - Aumentos do capital social	298
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	299
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	300
17.5 - Outras informações relevantes	301
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	302
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	303
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	304
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	305
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	306
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	307

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	308
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	309
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	310
18.10 - Outras informações relevantes	311
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	312
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	313
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	314
19.4 - Outras informações relevantes	315
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	316
20.2 - Outras informações relevantes	317
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	318
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	320
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	322
21.4 - Outras informações relevantes	323
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	324
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	325
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	326
22.4 - Outras informações relevantes	327

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Sr. Frank Zietolie

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Sr. Paulo Eduardo Junqueira de Arantes Filho

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2009 a 31/12/2009
Descrição do serviço contratado	Auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total paga aos auditores independentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$70.387,00 , sendo integralmente referente aos serviços de auditoria prestados à Companhia.
Justificativa da substituição	Não houve substituição.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luis Carlos de Souza	01/01/2009 a 31/12/2009	612.539.289-91	Avenida Mostardeiro, 322, 10º andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32045699, e-mail: luis.c.souza@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2010 a 31/12/2010
Descrição do serviço contratado	Auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total paga aos auditores independentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$74.150,00, sendo integralmente referente aos serviços de auditoria prestados à Companhia.
Justificativa da substituição	Não houve substituição.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luis Carlos de Souza	01/01/2010 a 31/12/2010	612.539.289-91	Avenida Mostardeiro, 322, 10º andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32045699, e-mail: luis.c.souza@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2011 a 31/12/2011
Descrição do serviço contratado	Auditoria independente e revisão limitada das demonstrações financeiras da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total paga aos auditores independentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$129.586,00 sendo integralmente referente aos serviços de auditoria prestados à Companhia.
Justificativa da substituição	Não houve substituição.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luis Carlos de Souza	01/01/2011 a 31/12/2011	612.539.289-91	Avenida Mostardeiro, 322, 10º andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32045699, e-mail: luis.c.souza@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria independente, revisão limitada das demonstrações financeiras da Companhia e emissão de carta conforto no âmbito de nossa oferta pública inicial de ações.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total a ser paga aos auditores independentes no exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$407.355,00, sendo R\$137.355,00 referente aos serviços de auditoria prestados à Companhia e R\$270.000,00 referente à emissão de carta conforto em nossa oferta pública inicial de ações.
Justificativa da substituição	Não houve substituição.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luis Carlos de Souza	01/01/2012	612.539.289-91	Avenida Mostardeiro, 322, 10º andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32045699, e-mail: luis.c.souza@br.ey.com

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio Líquido	195.739.716,96	159.602.653,18	123.864.504,14
Ativo Total	258.201.000,00	209.824.357,09	169.462.603,04
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	294.676.792,42	288.344.872,49	224.957.972,98
Resultado Bruto	125.884.861,82	115.710.971,81	84.027.814,61
Resultado Líquido	57.792.035,22	53.086.986,04	37.122.470,35
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	5.499.900	5.499.900	5.499.900
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	35,590000	29,020000	22,520000
Resultado Líquido por Ação	10,510000	9,650000	6,750000

3.2 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

O EBITDA é definido por nós como lucro líquido, adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social e da depreciação e amortização.

A margem EBITDA consiste na divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas.

O EBITDA não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de nosso desempenho operacional ou liquidez. Adicionalmente, o EBITDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, gastos de capital e outros encargos relacionados. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida de desempenho operacional e liquidez.

	<i>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</i>		
	2011	2010	2009
EBITDA (em R\$ mil)	80.444	72.919	48.808
Margem EBITDA ⁽¹⁾	27,3%	25,3%	21,7%

⁽¹⁾ EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Segue abaixo o cálculo do EBITDA para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011.

Demonstração do EBITDA (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
(+) Lucro líquido do exercício	57.792	53.086	37.122
(+) Despesas financeiras	2.645	1.375	1.715
(-) Receitas financeiras	(10.643)	(9.765)	(10.096)
(+) Imposto de renda e contribuição social	23.584	22.499	14.981
(+) Depreciações e amortizações	7.066	5.724	5.086
(=) EBITDA	80.444	72.919	48.808
(=) Receita líquida de vendas	294.677	288.345	224.958
(=) Margem EBITDA⁽¹⁾	27,3%	25,3%	21,7%

(1) EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(c) explicar o motivo pelo qual tal medição é a mais apropriada para correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho operacional e liquidez pela nossa administração, motivo pelo qual entendemos ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. O EBITDA funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. A nossa administração acredita que o EBITDA é uma medida apropriada para aferir nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta. Adicionalmente, o EBITDA é frequentemente utilizado por analista de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na revisão de nosso desempenho operacional, bem como, na comparação com o desempenho operacional de outras empresas.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não há eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) regras sobre retenção de lucros

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011.

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Além disso, nos 3 últimos exercícios sociais, nosso Estatuto Social estabelecia que do resultado do exercício deveriam ser deduzidas:

- (i) a participação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido após a dedução da provisão para imposto de renda, aos administradores no exercício da função, conforme permite o disposto no art. 190 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) a reserva legal, prevista no art. 193 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) as reservas estatutárias e para contingências, se houvessem, constituídas na forma prevista nos arts. 194 e 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) a retenção de lucros, se houvesse, aprovada por assembleia com obediência aos requisitos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) a reserva de lucros a realizar e as reservas de capital (arts. 197 e 200 da Lei das Sociedades por Ações); e
- (vi) o dividendo mínimo obrigatório, o qual era fixado por nosso Estatuto Social em 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que a Companhia poderia imputar juros sobre o capital próprio à conta de dividendo mínimo obrigatório, na forma e nos limites da lei. Os lucros remanescentes deveriam ter a destinação que aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria.

Apresentamos abaixo as informações que refletem as regras sobre retenção de nossos lucros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011:

- O lucro remanescente, apurado no exercício de 2009, após a constituição da reserva legal e distribuições de lucros aos acionistas, como dividendos, foi transferido para conta de reservas de lucros no valor de R\$29.666.346,83, para futura utilização, incluído como retenção de lucros, conforme Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas em 30 de abril de 2010.
- O lucro remanescente, apurado no exercício de 2010, após a constituição da reserva legal e distribuição de lucros aos acionistas, como dividendos, foi transferido para conta de reservas de lucros no valor de R\$45.026.526,10, para futura utilização, incluído como retenção de lucros, conforme Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas em 29 de abril de 2011.
- Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da reserva de retenção de lucros totalizava R\$123.963.301,18. Em 2011 os acionistas deliberaram pelo pagamento de dividendos no valor de R\$12.354.971,44, reduzindo o saldo da reserva para R\$111.608.329,74. A nossa administração propôs à Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a distribuição do saldo

3.4 - Política de destinação dos resultados

remanescente desta reserva, no valor de R\$111.608.329,74, bem como do valor de lucros não distribuídos de 2011, no valor de R\$48.492.035,22, a título de dividendos adicionais, perfazendo um total a pagar de R\$160.100.364,96.

- Conforme Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, datadas de 24 de fevereiro de 2012, rerratificadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no valor de R\$130.000.000,00 e deliberaram por aumentar o nosso capital social no valor de R\$30.100.364,96, mediante a capitalização de reserva de lucros, com base em nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Os dividendos declarados nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 24 de fevereiro de 2012 deverão ser pagos aos acionistas até o final do exercício de 2012. Farão jus ao recebimento dos referidos dividendos, na proporção das participações no nosso capital social, apenas os acionistas detentores de nossas ações ordinárias nominativas em 24 de fevereiro de 2012, sendo que imediatamente após a declaração dos dividendos (após 24 de fevereiro de 2012), as ações de nossa emissão, inclusive aquelas emitidas no âmbito da nossa oferta pública inicial de ações, serão negociadas “*ex dividendos*”.

b) Regras sobre distribuição de dividendos:

Nos últimos três exercícios sociais, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido em nosso Estatuto Social era de 5% (cinco por cento) do nosso lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sendo facultado imputar juros sobre o capital próprio à conta de dividendo mínimo obrigatório na forma e nos limites da lei.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Nos últimos 3 exercícios sociais, a distribuição dos nossos dividendos foi realizada anualmente, por deliberação da Assembleia Geral, com base na proposta da nossa Diretoria. Ainda, nosso Estatuto Social permite a declaração de dividendos intermediários, baseado em balanços semestrais ou de períodos inferiores, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações a este respeito. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Nos últimos 3 exercícios sociais, não existiam restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável a nós, assim como não existiam restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009
Lucro líquido ajustado	57.792.035,22	51.826.526,10	35.266.346,83
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	97,600000	11,200000	13,500000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	29,500000	33,300000	30,000000
Dividendo distribuído total	56.397.035,22	5.780.000,00	4.760.000,00
Lucro líquido retido	0,00	45.026.526,10	29.666.346,83
Data da aprovação da retenção		29/04/2011	30/04/2010

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	7.905.000,00	31/12/2011	5.780.000,00	27/12/2010	2.635.000,00	31/12/2009
Ordinária					2.125.000,00	03/11/2009
Outros						
Ordinária	48.492.035,22	31/12/2012				

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Lucros Retidos	R\$93.862.936,22	R\$10.548.837,00	R\$3.032.002,00

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	62.462.970,20	Índice de Endividamento	31,90000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2011)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantia Flutuante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quirografárias	53.300.693,58	9.162.276,62	0,00	0,00	62.462.970,20
Total	53.300.693,58	9.162.276,62	0,00	0,00	62.462.970,20
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Conforme informado no quadro 3.4 deste Formulário de Referência, nos últimos 3 exercícios sociais, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido em nosso Estatuto Social era de 5% (cinco por cento) do nosso lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Esse percentual foi alterado para 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2012. De acordo com o nosso Estatuto Social vigente a partir dessa data, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescidos dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal;
- b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- c) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório;
- d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- f) será alocada à reserva de lucros, na sub-conta de reserva de incentivos fiscais, as subvenções de investimentos, no montante que assim determinarem as leis, decretos, convênios, contratos, portarias, resoluções e laudos que regulam a concessão de benefícios a nós; e
- g) os lucros não destinados as reservas e contingências acima descritas deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do § 6º, do Artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações.

A Assembleia Geral poderá atribuir aos nossos administradores uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Investir em ações envolve alto grau de risco. Antes de decidir investir nas Ações, os investidores em potencial devem considerar e analisar detalhadamente todas as informações, os riscos e incertezas descritos abaixo e na seção 5 deste Formulário de Referência.

Nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados por quaisquer dos riscos descritos nessa Seção. O preço de mercado das Ações poderá cair em razão da ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo ou de outros fatores não previstos por nós, e o investidor pode perder parte ou todo o investimento realizado nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos que poderão nos afetar negativamente. Riscos adicionais atualmente desconhecidos por nós ou que atualmente julgamos irrelevantes também podem afetar nossos negócios, nossa condição financeira, nossos resultados operacionais, nosso fluxo de caixa e o preço de mercado das Ações.

Nesta seção, quando afirmamos que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou terá um efeito adverso ou negativo sobre nós, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira, nossos resultados operacionais, nosso fluxo de caixa e o preço de mercado das Ações.

Riscos relacionados:

a) AO EMISSOR.

Caso falhemos na manutenção do valor de nossas marcas, nossas vendas poderão ser negativamente afetadas.

Nosso sucesso depende, em grande parte, do valor das marcas que utilizamos para comercialização dos nossos produtos. As marcas “Dell Anno”, “Favorita” “New” e “Telasul” e suas imagens perante o mercado são essenciais para nossos negócios e para nossa estratégia de crescimento. Manter, promover e posicionar nossas marcas dependerá significativamente do êxito de nossos esforços de marketing e de nossa capacidade de manter nossas marcas reconhecidas dentre consumidores e mercado como de alto valor qualitativo. Nossas marcas podem ser afetadas adversamente caso falhemos em atingir estes objetivos ou caso nossa imagem venha a ser atingida por uma publicidade negativa. Caso, por exemplo, nossos revendedores não atinjam nosso padrão de qualidade, a reputação de nossas marcas poderá ser prejudicada. Adicionalmente, caso sejam introduzidos novos segmentos de produtos e os mesmos não sejam bem sucedidos, poderá haver uma alteração na percepção de valor de nossas marcas e impactar negativamente nossas vendas, aumentar custos e/ou despesas e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais. Quaisquer desses eventos podem resultar na queda do nosso volume de vendas e em um impacto negativo em nossos resultados.

Uma de nossas principais estratégias de crescimento consiste na atração de novos revendedores, sendo que podemos não obter sucesso no seu desenvolvimento.

Uma de nossas principais estratégias de crescimento está baseada na atração de novos revendedores, principalmente para as nossas marcas “New” e “Telasul”. Nossa capacidade de atrair novos revendedores depende de inúmeros fatores que não controlamos, tais como (i) a expansão de nossos concorrentes; (ii) a dificuldade de encontrar locais adequados para a abertura de novas lojas, bem como a concorrência por tais pontos; (iii) a disponibilidade de mão de obra qualificada; e (iv) questões econômicas e de mercado que possam afetar a demanda por nossos produtos.

Se não tivermos sucesso na atração de novos revendedores, nosso plano de expansão pode ser adversamente impactado.

Nossos revendedores podem não manter suas médias atuais de vendas, o que poderá afetar adversamente nossos volume e margem de vendas atuais, bem como nossos resultados.

Nosso volume e margem médios de vendas para as lojas de nossos revendedores poderão diferir significativamente de nossas médias atuais devido a inúmeros fatores, tais como: (i) produtos concorrentes; (ii) falta de demanda por nossos produtos; (iii) qualidade de serviços oferecidos aos nossos clientes; e (iv) dificuldade dos nossos revendedores de encontrar locais adequados para abertura de lojas e (v) alterações de mercado.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Consequentemente, caso nossas médias atuais de volume e margem de venda sejam impactadas negativamente por alguns desses fatores, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

Nossos revendedores podem não obter êxito na renovação dos seus contratos de aluguel em seus atuais pontos. Além disso, podemos não obter êxito na renovação de nossos contratos de revenda com tais revendedores.

O sucesso na comercialização das nossas marcas depende, em grande parte, da localização das lojas de nossos revendedores, principalmente os exclusivos. A maioria das lojas de nossos revendedores exclusivos, os quais são responsáveis pela maior parcela de nossas vendas e, consequentemente, de nossa receita, está estrategicamente localizada em pontos que nossos administradores entendem ser de alta visibilidade. Caso (i) não consigamos renovar os respectivos contratos de revenda, que atualmente tem duração de um ano, com tais revendedores; ou (ii) tais revendedores não consigam renovar seus contratos de aluguel em termos razoáveis; ou (iii) tais revendedores sejam obrigados a alterar a localização de suas lojas para locais que não tenham a mesma visibilidade que possuem atualmente, as vendas de nossos produtos podem cair e, portanto, impactar negativamente nossos resultados.

Nossas fábricas estão concentradas em um único parque fabril, do qual somos integralmente dependentes.

A fabricação de todos os nossos produtos é feita em fábricas concentradas em um único parque fabril, localizado na cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul. Qualquer interrupção significativa na operação de nosso parque fabril devido a qualquer desastre natural, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, interdição e lacração dos imóveis consequentes de ausência de licenças municipais e de corpo de bombeiros, ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de produção, o que pode causar queda ou mesmo interrupção nas vendas, afetando nossos resultados operacionais. Adicionalmente, todo o nosso centro administrativo está localizado no mesmo prédio dentro do nosso parque fabril. Qualquer ocorrência nessa localidade que afete nosso parque fabril e, eventualmente, nosso centro administrativo, tal como desastres naturais ou acidentes, poderá afetar adversamente nossas operações e, consequentemente, nossos resultados.

Adicionalmente, por estarmos concentrados em um único parque fabril, greves e paralisações da totalidade ou de grande parte de nossos funcionários poderão afetar nossa produção.

Podemos ser afetados adversamente pelo desempenho de nossos revendedores, caso eles não atendam aos nossos padrões de qualidade.

Somos dependentes de nossos revendedores para comercializar nossos produtos e realizar o pós venda dentro dos padrões de qualidade estipulados por nós. Não podemos assegurar que eles manterão o mesmo padrão de qualidade que julgamos adequado. Caso nossos revendedores não atendam adequadamente às expectativas de nossos clientes quanto à qualidade dos serviços prestados, a imagem de nossas marcas e, consequentemente, as nossas vendas, poderão ser afetadas adversamente.

Adicionalmente, não podemos assegurar que nossos revendedores conseguirão contratar, reter e utilizar mão de obra qualificada, com a necessária competência e experiência para a montagem de móveis planejados. Caso nossos revendedores não obtenham sucesso na contratação, retenção e utilização de mão de obra qualificada para esses serviços, o desempenho e a qualidade dos serviços prestados na montagem de móveis planejados poderão ser insatisfatórios, o que poderá afetar adversamente nossas marcas, vendas e resultados.

Podemos não responder de forma eficiente às mudanças nas tendências do mercado de móveis planejados.

Competimos com diversas outras marcas de móveis planejados em relação a (i) preço; (ii) qualidade; (iii) tendências; (iv) serviço ao cliente; e (v) localização das lojas de nossos revendedores. Acreditamos que a venda de produtos diferenciados e a satisfação dos clientes sejam os pontos mais desafiadores de nosso negócio. A preferência dos consumidores e as tendências do mercado de móveis planejados são voláteis e tendem a mudar rapidamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O sucesso de nossas vendas depende de nossa habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências do mercado de móveis planejados. Se não formos capazes de adequar nossos produtos à expectativa deste mercado, nossas vendas e margens podem ser negativamente afetadas. Qualquer falha em antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência no mercado de móveis planejados poderá afetar negativamente a aceitação de mercadorias nas lojas de nossos revendedores, impactando adversamente nosso negócio e a imagem das nossas marcas perante o mercado.

Se perdermos algum de nossos principais executivos, nosso desempenho poderá ser adversamente afetado.

Nosso desempenho depende, em grande parte, de esforços e da capacidade de nossos principais executivos, incluindo nosso Diretor Presidente, os quais são responsáveis por tomar a maioria das decisões que orientam os nossos negócios. A perda de um de nossos principais executivos poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios, nosso resultado operacional e financeiro.

Adicionalmente, caso algum de nossos principais executivos se desligue de nossa Companhia por qualquer motivo, teremos que atrair novos profissionais altamente qualificados para suprir nossas necessidades. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, podemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, conseqüentemente, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

Caso sejamos incapazes de reter e contratar mão de obra qualificada e treinar nosso pessoal, nossas operações e o potencial de expansão dos nossos negócios poderão ser afetados.

O sucesso de nosso negócio e nossa estratégia de expansão depende de nossa capacidade de contratar, reter e utilizar profissionais qualificados atuantes nos diversos segmentos de nossos negócios, com a necessária competência e experiência. Competimos na atração de profissionais qualificados com diversos outros fabricantes de móveis planejados e não podemos assegurar que seremos capazes de atrair pessoal qualificado no prazo requerido ou em número suficiente para acompanhar nossa expansão. Adicionalmente, poderemos ter dificuldades em reter profissionais, o que poderá afetar adversamente nossas operações e o potencial de expansão dos nossos negócios.

Problemas em nossos sistemas de tecnologia da informação, ou a impossibilidade de atualizá-los constantemente, poderão impactar adversamente nosso processo fabril e nossas operações.

Nossas operações dependem, em grande parte, do nosso sistema de informação, como ferramenta de administração de nossos recursos e do processo fabril de nossos produtos. A maior parte do nosso processo de produção é realizada por máquinas controladas por sistemas computadorizados elaborados especificamente para este fim, com pouca ou nenhuma intervenção humana. Problemas de administração ou de segurança em nossos sistemas, instabilidade ou a impossibilidade de atualizá-los de maneira constante podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento, inclusive com a eventual interrupção de nossa produção. Se não formos capazes de efetuar atualizações ou reparos a tempo e se essa eventual interrupção se prolongar, nosso processo fabril e nossas operações poderão ser significativamente prejudicados, afetando adversamente nossos resultados operacionais.

Nós e nossos revendedores podemos ser considerados responsáveis por danos causados a consumidores ou a terceiros em razão dos produtos que fabricamos, o que poderá afetar adversamente os nossos resultados.

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e extremamente favorável aos consumidores. De acordo com a legislação, somos objetivamente responsáveis por qualquer vício dos produtos que fabricamos, isto é, independentemente de culpa. Ademais, a legislação de defesa do consumidor nos imputa o ônus da prova na demanda de um cliente, nos colocando em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo. A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor (PROCON), com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor. Decisões desfavoráveis envolvendo, individual ou conjuntamente, valores substanciais em qualquer ação poderão afetar adversamente nosso resultado e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

condição financeira. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a nossa imagem e a imagem de nossas marcas, afetando, consequentemente, nossas vendas.

Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros.

Nossas apólices de seguro estabelecem que determinados tipos de risco (tais como guerra, caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades) não estão cobertos. Na hipótese de ocorrência de eventos não sujeitos à cobertura dos seguros que contratamos, poderemos ser afetados adversamente. Além disso, não podemos garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir todos os danos decorrentes de tal sinistro, inclusive com relação a acidentes de trabalho, morte ou invalidez ou lucros cessantes decorrentes de um sinistro em nosso parque fabril. Caso nossas apólices não cubram certos sinistros ou não sejam suficientes para cobrir integralmente os danos eventualmente sofridos, inclusive com relação a lucros cessantes, nossos resultados e nossa condição financeira poderão ser negativamente afetados.

Adicionalmente, não possuímos apólices de seguro que nos garantam cobertura em decorrência de uma eventual responsabilização civil perante nossos clientes, o que poderá nos afetar adversamente no caso de sermos responsabilizados judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros.

Investigações, processos judiciais e procedimentos administrativos poderão nos afetar adversamente.

Estamos sujeitos no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, previdenciária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Em 31 de dezembro de 2011, figurávamos no polo passivo de ações judiciais que totalizavam R\$16,97 milhões e registramos provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis no valor de R\$3,39 milhões. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra nós, poderemos ser adversamente afetados. Adicionalmente, estamos sujeitos a fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não podemos garantir que essas autoridades não nos autuarão, inclusive por interpretação de procedimentos contábeis, previdenciários e tributários, contingências ou provisões, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco prever o resultado final dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

Decisões desfavoráveis em parcela significativa de tais processos poderão acarretar um efeito adverso relevante sobre nossas operações e nossos resultados. Adicionalmente, caso tais processos tenham por objeto a apuração de ato de negligência, imperícia ou imprudência supostamente praticado por nós, o envolvimento nas referidas ações, independentemente de qual seja o resultado, poderá afetar nossa reputação no mercado e prejudicar nossas marcas.

Para mais informações sobre os nossos processos judiciais pendentes ou relevantes, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Acreditamos que a identidade de nossas marcas é essencial para o sucesso de nosso negócio. Se não pudermos proteger qualquer uma de nossas marcas, nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados material e adversamente.

Acreditamos que nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável em nosso negócio.

Atualmente, nossas marcas Dell Anno e Favorita encontram-se registradas perante o INPI, sendo que a nossa marca New está em processo de análise para obtenção de registro. Adicionalmente, por meio de Contrato de Licença de Uso de Marca celebrado com Telasul S.A., adquirimos o direito, não exclusivo, de utilização da marca “Telasul”. Não podemos garantir que nossas marcas não serão violadas, nem que os nossos pedidos de registro em andamento serão deferidos pelo INPI ou, ainda, que os nossos registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros. Ademais, caso a titularidade de qualquer de nossas marcas seja questionada judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso ou validade, podemos ser proibidos de continuar a explorá-las. A ocorrência de qualquer um destes fatores poderá

4.1 - Descrição dos fatores de risco

diminuir o valor de nosso conjunto de marcas e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Especificamente com relação ao pedido de registro de nossa marca “New”, que está sob avaliação do INPI, não podemos garantir que o mesmo será deferido ou, ainda, que será deferido com exclusividade de uso do elemento nominativo (por se tratar de uma denominação de uso comum). Na hipótese do registro não ser concedido ou ser concedido sem exclusividade de uso do elemento nominativo, não poderemos garantir que outras companhias se abstenham de utilizar marcas semelhantes no mercado, inclusive no mesmo ramo de nossas atividades.

Podemos não conseguir implementar integralmente nossa estratégia de crescimento.

Nossa habilidade de implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de nossa estratégia depende de uma série de fatores, dentre os quais nossa capacidade de:

- Proteger nossas marcas;
- Expandir e qualificar nossa base de revendedores no Brasil e aumentar as vendas, com foco no aumento de nossa produtividade e eficiência operacional;
- Ampliar constantemente nossa oferta de produtos inovadores;
- Avaliar oportunidades de aquisições estratégicas complementares em nosso segmento de atuação; e
- Incrementos de vendas no segmento corporativo.

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Qualquer impacto na implementação de nossas principais iniciativas de crescimento poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A extinção ou redução de benefícios fiscais, o aumento de alíquotas de tributos existentes ou a criação de novos tributos incidentes sobre os nossos negócios poderão nos afetar adversamente.

No passado, o Governo, com certa frequência, extinguiu ou reduziu benefícios fiscais, aumentou alíquotas de tributos, criou novos tributos e modificou o regime tributário. Caso isso ocorra novamente, poderemos ser afetados de maneira adversa na medida em que não pudermos repassar eventuais aumentos de custos aos nossos revendedores.

Além disso, um aumento de custos advindo de tais situações que seja repassado aos revendedores, pode vir a aumentar o preço final aos nossos clientes e reduzir, dessa forma, a demanda por nossos produtos ou afetar nossas margens e rentabilidade, causando um efeito adverso em nossos resultados.

Adicionalmente, a concessão de benefícios fiscais aos nossos concorrentes, inclusive os que estejam estabelecidos em outros Estados, poderá afetar adversamente a competição e os preços dos produtos adotados por nós.

Podemos ser demandados judicialmente em decorrência do insucesso de nossos revendedores.

O sucesso de nossos revendedores depende de vários fatores que não controlamos, especialmente de natureza econômica e de mercado que podem afetar a demanda por nossos produtos. Nossos revendedores realizam diversos investimentos para atender os padrões que exigimos de nossas vendas exclusivas, no que se refere à identidade visual das lojas, projetos arquitetônicos e contratação e treinamento de profissionais especializados, tais como arquitetos, montadores e vendedores. Caso nossos revendedores não obtenham sucesso, eles poderão propor ações judiciais ou procedimentos arbitrais contra nós buscando nos responsabilizar pelo seu insucesso no negócio. Caso sejamos condenados a indenizar algum de nossos revendedores pelo seu insucesso, nossos demais revendedores podem se motivar a propor ações judiciais contra nós pelos mesmos motivos e poderemos ser afetados adversamente.

Financiamos alguns de nossos revendedores e assim estamos sujeitos aos riscos inerentes à concessão de tais financiamentos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos, de acordo com nossos interesses estratégicos, conceder financiamentos a alguns de nossos revendedores e/ou figurar como garantidores de financiamentos obtidos pelos revendedores com instituições financeiras. Tais financiamentos têm usualmente por objetivo prover recursos destinados à implantação, ampliação e melhorias de lojas, bem como a mudança de pontos comerciais para endereços que nossos administradores entendem ser mais estratégicos. Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos o montante de R\$11,62 milhões a receber de nossos revendedores e éramos garantidores de aproximadamente R\$4,83 milhões em financiamentos concedidos por instituições financeiras a nossos revendedores. Portanto, estamos sujeitos aos riscos normalmente associados à concessão deste tipo de financiamento, o que inclui o risco de inadimplência no pagamento do valor principal e juros. Caso nossos revendedores não sejam capazes de honrar os compromissos financeiros que possuem conosco e/ou com as instituições financeiras, nossos resultados podem ser afetados adversamente.

b) A SEU CONTROLADOR, DIRETO OU INDIRETO, OU GRUPO DE CONTROLE.

Nossa gestão é fortemente influenciada por nossos acionistas controladores.

Nossa gestão é consideravelmente influenciada por nossos acionistas controladores, que orientam vários aspectos da condução de nossos negócios. Assim, o falecimento ou afastamento de membros que compõem direta ou indiretamente nosso bloco de acionistas controladores e que estão entre os nossos principais executivos poderá afetar adversamente nossos negócios, uma vez que nossa estrutura é associada ao bom relacionamento existente entre nossos administradores, empregados e principais fornecedores. Ainda, podemos também nos defrontar com questões sucessórias no futuro, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Os interesses de nossos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, nossos acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a nossa administração, determinar nossas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por eles detido e determinar o resultado de qualquer deliberação dos nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das nossas ações do Novo Mercado, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de nossos resultados operacionais.

Os interesses dos nossos diretores e empregados poderão ficar excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, uma vez que lhes poderão ser outorgadas opções de compra ou de subscrição de ações de nossa emissão.

Estamos analisando a possibilidade de aprovar um plano de outorga de opção de compra de ações após a nossa oferta pública inicial de ações, nos termos do artigo 168, parágrafo terceiro da Lei das Sociedades por Ações, que poderá ser aprovado futuramente (“Plano de Opção de Compra de Ações” ou “Plano”).

O fato dos nossos diretores e empregados poderem receber opções de compra ou de subscrição de ações de nossa emissão a um preço de exercício inferior ao preço de mercado das nossas ações pode levar tais pessoas a ficarem com seus interesses excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, o que pode causar um impacto negativo aos nossos negócios.

c) A SEUS ACIONISTAS.

Podemos precisar de recursos adicionais no futuro e com isso vir a emitir ações adicionais, ao invés de incorrerem em endividamento, o que pode resultar em uma diluição societária dos titulares de nossas ações.

Podemos precisar de capital adicional e para isso optarmos por realizar uma colocação pública ou privada de títulos de dívida, ações ou títulos conversíveis em ações. No caso de não haver financiamento público ou privado disponível, ou se

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ossos acionistas assim decidirem, tais recursos adicionais poderão ser obtidos através de um aumento em nosso capital social. Nosso Estatuto Social permite que o nosso Conselho de Administração delibere a emissão de ações até o limite de R\$500 milhões, sem a necessidade de aprovação específica por uma assembleia geral. Além disso, nossos acionistas poderão deliberar acerca de eventual emissão de ações adicionais acima deste limite. A realização de um aumento de capital pode, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, excluir o direito de determinados acionistas exercerem seu direito de preferência, diluindo a participação dos titulares de nossas ações em nosso capital social.

Nossos acionistas podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido anual, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo, ou retido, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembleia geral ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da companhia.

Os acontecimentos e a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, União Européia e em países emergentes, podem nos afetar de forma negativa.

O valor de mercado de valores mobiliários emitidos por nós pode ser afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, inclusive nos Estados Unidos, na União Européia e em outros países da América Latina e nos mercados emergentes. Crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse de investidores em nossos valores mobiliários, o que poderia afetar de forma negativa as cotações das ações de nossa emissão e dificultar nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro.

d) A SUAS CONTROLADAS E COLIGADAS.

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos controladas ou coligadas.

e) A SEUS FORNECEDORES.

Caso não consigamos adquirir matéria-prima ou caso não consigamos adquiri-la em prazos e preços satisfatórios, nossa produção e nossas vendas podem ser afetadas de maneira negativa e nossa condição financeira pode ser prejudicada.

Fazemos as solicitações de matérias-primas para a fabricação de nossos produtos por meio de ordens de compra e não possuímos contratos de longo prazo com nenhum de nossos fornecedores, o que pode gerar incertezas quanto aos termos e condições das futuras aquisições de matérias-primas. Caso falhemos em manter relações favoráveis com qualquer de nossos fornecedores, ou não consigamos obter matéria-prima de qualidade na proporção suficiente e em bases comerciais razoáveis, podemos ter nossos negócios e nossos resultados operacionais prejudicados. Ademais, nossas principais matérias-primas estão sujeitas a flutuações de preço, que poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Os preços das nossas matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, tais como clima, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, dentre outros. Podemos não ser capazes de repassar aos nossos revendedores, no seu devido tempo e no volume necessário, os aumentos de custos de matérias-primas relacionadas à produção de nossos produtos. Qualquer um desses fatores poderá resultar em queda de vendas e margens, impactando adversamente nossos resultados e condição financeira.

f) A SEUS CLIENTES.

Estamos expostos a riscos relacionados à inadimplência de nossos revendedores e de nossos clientes finais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Atuamos no setor varejista de móveis planejados e realizamos vendas a prazo de nossos produtos para nossos revendedores. Fatores adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como a redução do nível da atividade econômica, a desvalorização do Real, a inflação, o aumento das taxas domésticas de juros e/ou do nível de desemprego podem aumentar o índice de inadimplência de nossos revendedores e clientes finais, causando efeito adverso relevante em nossos negócios, em nossa situação financeira e em nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, em certas ocasiões, nossos revendedores realizam vendas de produtos com entrega futura e recebem o pagamento à vista, porém não nos repassam os recursos nem os pedidos de produção imediatamente. Na grande maioria destes casos, os pedidos e recursos somente são repassados pelos revendedores a nós em período próximo da data marcada para entrega e montagem dos nossos produtos. Caso nossos revendedores, tendo recebido dos clientes finais, não realizem tal repasse de recursos e pedidos a nós, podemos ser responsabilizados perante estes últimos pela entrega e montagem dos produtos adquiridos, sem qualquer tipo de pagamento.

Ademais, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso a demanda por crédito ao consumidor diminua, a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade dos clientes de nossos revendedores de honrar suas obrigações com relação a eventual crédito concedido seja prejudicada. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá nos afetar adversamente.

g) AOS SETORES DA ECONOMIA NOS QUAIS O EMISSOR ATUE.

O setor de varejo de móveis no Brasil é caracterizado por intensa e crescente competitividade.

O setor de varejo de móveis planejados no Brasil é altamente competitivo. A concorrência é caracterizada pela variedade de mercadorias, pelo número de lojas, propaganda, preços, qualidade das mercadorias, atendimento, localização das lojas, reputação e disponibilidade de crédito para o consumidor, entre outros. Temos muitos e variados concorrentes regionais e nacionais, tais como Todeschini, Itálinea, Florense e Formaplas, dentre outros. Se não competirmos de forma eficaz no que diz respeito a esses fatores, nossa participação de mercado, nosso resultado operacional e nossa situação financeira podem ser afetados negativamente.

O setor de varejo especializado de móveis planejados é sensível a diminuições no poder aquisitivo dos consumidores, a redução de crédito e a ciclos econômicos desfavoráveis.

O setor varejista de móveis, incluindo móveis planejados, no Brasil é suscetível a períodos de desaquecimento econômico que podem levar à redução no consumo, por conta de fatores que estão além de nosso controle. Tais fatores incluem renda e crédito disponível de consumidores, inflação, recessão ou sua expectativa, taxas de juros, alíquotas de impostos sobre vendas, salários, níveis de emprego e confiança do consumidor em relação às condições econômicas futuras. O sucesso de nossas operações depende, em grande parte, de fatores macroeconômicos relacionados à manutenção ou ao aumento do poder aquisitivo dos consumidores. A renda e as decisões de compra dos consumidores em geral são afetadas por diversos fatores, como taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, níveis de emprego, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras e salários.

Devido ao impacto desproporcional que uma crise econômica pode ter em nosso mercado consumidor alvo, uma crise ou recessão econômica pode reduzir a demanda por nossos produtos e causar um impacto adverso relevante em nossos negócios, em nossa condição financeira e em nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, a demanda por nossos produtos está relacionada ao aumento de renda da população brasileira, ao volume de crédito disponível, ao crescimento de outros setores da economia, inclusive o desenvolvimento do setor imobiliário e programas de incentivo do Governo ao setor, tal como “Minha Casa, Minha Vida”, bem como o aquecimento da economia em virtude de eventos desportivos programados para os próximos anos (tais como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, em 2014 e 2016, respectivamente). Caso tais setores não apresentem o crescimento esperado para os próximos anos, nossa receita e nossos resultados poderão ser afetados adversamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

h) À REGULAÇÃO DOS SETORES EM QUE O EMISSOR ATUE.

Não aplicável, tendo em vista que não atuamos em setores regulados.

i) AOS PAÍSES ESTRANGEIROS ONDE O EMISSOR ATUE.

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, as vendas para o mercado externo foram pouco representativas para nós. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 nossa receita bruta de vendas representou, respectivamente, 1,3%, 1,5% e 1,7% do total da nossa receita. Tendo em vista que não temos presença significativa no mercado externo, entendemos não estar sujeitos a riscos adicionais aos descritos acima.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Atualmente, não identificamos qualquer cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item 4.1 acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Estamos sujeitos a procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza tributária, previdenciária, cível, trabalhista e ambiental, decorrentes do curso normal de nossas atividades.

Incluindo os processos indicados no item 4.6 deste Formulário de Referência, os quais, individualmente, não são relevantes para os negócios e atividades da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia figurava no polo passivo dos seguintes processos: (a) nove ações tributárias e previdenciárias, representadas, principalmente, por multas administrativas diversas e execução fiscal, envolvendo o valor total de R\$9,24 milhões dos quais R\$1,63 milhão se encontra provisionado; (b) aproximadamente 415 ações cíveis, as quais envolvem questionamentos decorrentes das atividades da Companhia, sendo na sua maioria, ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo, envolvendo um risco de perda para nós no valor total de R\$5,02 milhões, dos quais R\$0,57 milhão se encontra provisionado; (c) um 1 inquérito civil instaurado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para apurar a ocorrência de eventual dano ambiental causado por emissões atmosféricas; e (d) 62 reclamações trabalhistas, que versam principalmente sobre horas extras, adicional de insalubridade, acidentes do trabalho, danos morais, bem como responsabilidade subsidiária da Companhia nas ações propostas em face dos revendedores exclusivos, envolvendo o valor total aproximado de R\$2,71 milhões, dos quais R\$1,19 milhão se encontra provisionado.

Ainda, a Companhia firmou, em 24 de janeiro de 2012, em procedimento interno realizado no Ministério Público do Distrito Federal, acordo, pendente de apreciação e adesão pelo Ministério Público do Distrito Federal, sob a forma de Termo de Ajustamento de Conduta, para resolver as pendências que dizem respeito aos consumidores do Grupo Megga, que adquiriram produtos deste revendedor no período em que este ainda era revendedor exclusivo da Companhia no Distrito Federal. A Companhia se comprometeu a vender ao Grupo Megga os pedidos de 177 consumidores que efetuaram compra através de financiamento bancário junto ao Grupo Santander e/ou ABN Amro Bank e o Grupo Megga assumiu o compromisso de providenciar a entrega dos móveis aos consumidores finais, bem como efetuar a respectiva montagem e instalação destes. Em contrapartida à entrega dos móveis a serem fabricados pela Companhia, o Grupo Megga deu em pagamento, através de cessão de direitos, três apartamentos em fase de construção. O Grupo Megga, por sua vez assumiu a obrigação de não mais vender ou prometer vender, em hipótese alguma, qualquer tipo de produto fabricado pela Companhia, bem como utilizar quaisquer das marcas da Companhia.

Acreditamos que nossas provisões para esses processos são suficientes para cobrir as contingências classificadas como perdas prováveis. Também acreditamos que nenhum desses processos em andamento, em caso de perda, poderá ter um efeito material adverso em nossa situação financeira, nossos resultados operacionais ou nossa imagem corporativa.

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 a provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis estava composta da seguinte maneira:

	<i>R\$ Mil</i>		
	2011	2010	2009
Provisão para riscos trabalhistas	1.190	1.582	361
Provisão para riscos tributários	1.632	-	-
Provisão para riscos cíveis	567	546	563
	3.389	2.128	924

Em 31 de dezembro de 2011, os processos trabalhistas com perda possível totalizavam R\$1,2 milhão e os processos cíveis R\$3,6 milhões. Não há um processo que individualmente represente parte significativa desses saldos. Ainda, estamos discutindo judicialmente, conforme execução fiscal detalhada a seguir, a compensação de créditos de IPI no valor de R\$6,2 milhões, a qual, na avaliação de nossos assessores jurídicos, tem possibilidade de perda possível, e, desta forma, não foi registrada qualquer provisão.

Segue abaixo descrição do único processo de natureza tributária que julgamos relevante.

Processo nº 5000043-15.2011.404.7113

(a) juízo:

Vara Federal de Bento Gonçalves/RS

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(b) instância:	1ª (primeira)
(c) data de instauração:	14/01/2011
(d) partes no processo:	Exequente: UNIÃO – FAZENDA NACIONAL
(e) valores, bens ou direitos envolvidos:	Executada: UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S/A R\$6.197.874,80 em 14/01/2011
(f) principais fatos:	A Unicasa é parte em execução fiscal por meio do qual pretende-se cobrar Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), juros e multa decorrentes de glosa de compensações feitas no ano de 2002. As referidas compensações foram feitas com base nas Leis 9.430/96 e 9.779/99, sendo que o crédito da empresa decorre de decisão judicial em mandado de segurança impetrado em 1999 e com, trânsito em julgado em fevereiro de 2002. A execução está garantida pelo imóvel onde está situado o nosso parque fabril, objeto da matrícula nº 56.276 do Registro de Imóveis de Bento Gonçalves/RS, conforme mandado de penhora e avaliação nº 110001544, expedido pela Vara Federal e JEF Criminal Adjunto da Comarca de Bento Gonçalves/RS, em 08 de setembro de 2011, registrado na matrícula nº 56.276 do Registro de Imóveis de Bento Gonçalves/RS sob R11/56.276, em 07 de novembro de 2011 e foram oferecidos embargos à execução.
(g) chance de perda	Possível
(h) análise do impacto em caso de perda do processo:	Como se trata de crédito escritural, em caso de perda do processo, o principal será compensado futuramente. O impacto econômico do processo se resume à multa de 20% sobre o valor principal da causa num total de R\$539.485,20, e possível honorários de sucumbência a ser arbitrado em caso de perda no valor estimado de R\$600.000,00.
(i) valor provisionado, se houver provisão:	Não há.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data deste Formulário de Referência, não há nenhum procedimento judicial, administrativo ou arbitral em que a Companhia seja parte e em que a parte contrária seja administrador ou ex-administrador, controlador ou ex-controlador da Companhia ou investidor de alguma das sociedades pertencentes ao grupo econômico da Companhia.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia instaurou procedimento arbitral sigiloso em face de um revendedor exclusivo para discutir direitos e obrigações das partes no âmbito do contrato de revenda exclusiva, cujo valor estimado em discussão é de R\$2,5 milhões. Não existem outros processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Em 31 de dezembro de 2011, figurávamos no polo passivo de aproximadamente 415 processos cíveis, dos quais aproximadamente 399 eram de processos com relações de consumo e aproximadamente 16 eram processos cíveis em geral. O montante discutido nos processos é de, aproximadamente, R\$5,02 milhões. Deste total, R\$0,57 milhão se encontram provisionados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, bem como possuímos R\$0,64 milhão em depósitos judiciais. Estes processos, em sua grande maioria, se referem a nossa responsabilidade solidária em relação a revenda de nossos produtos em lojas exclusivas ou em lojas multimarcas e pontos de venda em magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”), sendo que as demandas judiciais estão relacionadas com pedidos de danos morais, assistência técnica de produtos, geralmente decorrentes de erro de projeto ou de montagem.

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as contingências que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**(i) restrições impostas aos exercícios de direitos políticos e econômicos:**

Não aplicável, tendo em vista que o emissor não é estrangeiro e não possui valores mobiliários custodiados em país diferente do seu país de origem.

(ii) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários;

Não aplicável, tendo em vista que o emissor não é estrangeiro e não possui valores mobiliários custodiados em país diferente do seu país de origem.

(iii) hipóteses de cancelamento de registro; e

Não aplicável, tendo em vista que o emissor não é estrangeiro e não possui valores mobiliários custodiados em país diferente do seu país de origem.

(iv) outras questões do interesse dos investidores.

Não aplicável, tendo em vista que o emissor não é estrangeiro e não possui valores mobiliários custodiados em país diferente do seu país de origem.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Atuamos primordialmente no mercado brasileiro e, portanto, estamos sujeitos às condições econômicas e riscos relacionados ao Brasil.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal que por vezes realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevê-las. Os nossos negócios, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, tais como os que foram impostos em 1989 e no início de 1990;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Poderemos ser prejudicados pelas altas da taxa de inflação e pelas medidas do Governo Federal para combatê-la.

Historicamente, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira. No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Os índices de inflação anuais foram de -1,72%, 10,78% e 5,10% em 2009, 2010 e 2011, respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), e de 4,31%, 5,76% e 6,50% em 2009, 2010 e 2011, respectivamente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos capazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, por meio do repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados de nossos clientes em valores suficientes e prazo hábil para cobrir um eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas margens líquidas e operacionais.

Ademais, nossas dívidas ou outras obrigações reajustadas pela inflação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter um efeito material adverso em nossos resultados operacionais e financeiros, já que poderemos ser incapazes de repassar todo ou parte desse acréscimo aos nossos clientes.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e nossos resultados operacionais.

O Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. Por exemplo, o Real desvalorizou 15,7% em 2001 e 34,3% em 2002 frente ao Dólar, embora o Real tenha valorizado 13,4%, 9,5% e 20,7% com relação ao Dólar em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real se desvalorizou 24,2% frente ao Dólar, tendo fechado em R\$2,34 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2008. Em 2009, também observou-se uma nova valorização de 34,2% da moeda brasileira frente ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$1,74 por US\$1,00. Em 2010, observou-se nova valorização de 4,5% do Real em relação ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era R\$1,88 por US\$1,00. Não podemos garantir que o Real não sofrerá depreciação ou não será desvalorizado em relação ao Dólar novamente.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, incluindo os Estados Unidos, União Européia e países de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e o valor de mercado dos nossos valores mobiliários.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, da União Européia e de economias emergentes. Apesar de a conjuntura econômica desses países ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Européia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais permanecerá aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, situação financeira e resultados de nossas operações. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através do acompanhamento dos nossos principais indicadores de desempenho econômico e evoluções na regulação setorial. Acreditamos que possuímos conhecimento das principais partes envolvidas no nosso mercado de atuação, incluindo fornecedores, clientes e entidades governamentais, o que nos permite proteger e maximizar o desempenho de nossas atividades. Adicionalmente, adotamos foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. Não contratamos instrumentos financeiros de derivativos para mitigar riscos dos juros e de taxas cambiais.

(a) riscos para os quais se busca proteção

Estamos expostos a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas em taxas de juros, taxa de câmbio, risco de preço das *commodities*, riscos de crédito e riscos de liquidez. Buscamos proteção contra tais riscos, conforme descrito no item “b” abaixo.

(b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Taxa de Juros: Gerenciamos o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, adotamos como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, e a análise permanente de riscos das instituições financeiras. As despesas financeiras provenientes dos nossos empréstimos e financiamentos são afetadas pelas variações nas taxas de juros (TJLP).

Taxa de Câmbio: Nossos resultados estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, basicamente em operações de exportação de produtos. Temos obtido sucesso em ajustar a nossa estrutura de custos e os seus preços de venda de forma a assimilar as oscilações cambiais. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava o saldo no contas a receber por vendas ao mercado externo equivalente a USD 1.230 mil e saldo de EUR 777 mil referente à compra de novos equipamentos para a fábrica.

Risco de crédito: Decorre da possibilidade de sofrermos perdas oriundas de inadimplência de nossas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adotamos como prática a análise das situações financeira e patrimonial de nossas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente realizamos operações com instituições financeiras consideradas de baixo risco, conforme avaliação de nossa administração. Para contas a receber de clientes, possuímos ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na nota explicativa nº 5 das nossas demonstrações financeiras.

Contas as receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo departamento financeiro, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida por nós em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2011, contávamos com aproximadamente 11 clientes (31 de dezembro de 2010: 25 clientes e em 31 de dezembro de 2009: 18 clientes) responsáveis por aproximadamente 50,40% (31 de dezembro de 2010: 48,2% e em 31 de dezembro de 2009: 44,1%) de todos os recebíveis devidos. Esses clientes operam com cerca de 114 lojas no Brasil, incluindo um magazine. Não há cliente que represente individualmente mais que 10% de nossas vendas. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a necessidade de registro de provisão para perdas é avaliada coletivamente.

Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade de não dispormos de recursos suficientes para cumprir com nossos compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de nossos direitos e obrigações. Nosso

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

controle da liquidez e do fluxo de caixa é monitorado pela nossa área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do nosso cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

Risco de preço das commodities: Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no nosso processo de produção. Em função de utilizar *commodities* como matéria-prima, chapas de MDF, poderemos ter nosso custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços destes materiais. Para minimizar esse risco, monitoramos permanentemente as oscilações de preço e quando for o caso, utilizamos formação de estoques estratégicos para manter nossas atividades comerciais.

(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não utilizamos instrumentos financeiros derivativos para proteção patrimonial, tais como *swaps*, compra e venda de contratos de opções e contratos de câmbio a termo como *hedge*.

(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os nossos parâmetros de gerenciamento de riscos e a estimativa dos valores de exposição de ativos e passivos financeiros são apurados pelos nossos relatórios e informações disponíveis no mercado financeiro.

O gerenciamento de nossos instrumentos financeiros é efetuado por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, solvência, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, acompanhadas por meio de sistemas de informação e bancos de dados disponíveis no mercado – CETIP, Banco Central, FGV e outros.

Para minimizar o risco de taxa de juros, buscamos linhas de crédito incentivadas para o financiamento de nossas operações e também diversificamos a aplicação de recursos para reduzir o custo financeiro das atividades operacionais da Companhia.

Para a mitigação do risco de preço, gerenciamos o estoque de insumos e matérias-primas e produtos acabados, pela formação de estoques reguladores, e para minimizar o risco de taxa de câmbio avaliamos periodicamente a estrutura de custos e os preços de venda de forma a assimilar as oscilações de câmbio.

(e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não contratamos instrumentos derivativos financeiros para proteção patrimonial contra riscos de juros e taxa de câmbio.

(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Atualmente temos uma estrutura de controle de gerenciamento de riscos financeiros, diretamente ligada à nossa Diretoria Financeira. Por meio da gerência financeira (tesouraria), são realizadas as operações de proteção patrimonial, de monitoramento de taxas e passivos financeiros e otimização da posição de caixa. O controle, avaliação do crédito e cobrança de clientes também é atribuição da gerência financeira. Ademais, a área de controladoria é responsável pela elaboração de demonstrativos financeiros gerenciais, visando corrigir e acompanhar as políticas de risco, verificando se as mesmas estão sendo adequadamente cumpridas.

(g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nossa Administração monitora e avalia se as operações por nós efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas e com os objetivos estabelecidos pelos administradores, visando alcançar as metas estabelecidas.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Não houve alterações significativa nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos que adotamos.

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	02/09/1985
Forma de Constituição do Emissor	A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade limitada e posteriormente transformada em sociedade anônima em 1º de Setembro de 2004.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	25/04/2012

6.3 - Breve histórico

Fomos fundados em setembro de 1985 sob a denominação Premier Móveis Ltda., a qual foi alterada, no mesmo ano, para Dell Anno Móveis Ltda., com sede na Cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, pelas empresas Grendene S.A., Telasul S.A. e Pozza S.A. – Indústria e Comércio. Inicialmente, fabricávamos apenas móveis para cozinhas.

Durante a década de 90, buscamos a expansão de nossas atividades por meio de investimentos em novas linhas de produtos e da diversificação dos canais de distribuição, compostos por revendas exclusivas e lojas multimarcas e pontos de venda em magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”).

Entre 1987 e 2003, passamos por diversos processos de reestruturação societária, por meio dos quais ocorreram alterações das participações dos sócios em nosso capital social. Em decorrência desses processos, os nossos acionistas Pozza S.A. – Indústria e Comércio e Grendene S.A. transferiram a totalidade de suas ações ao Sr. Alexandre Grendene Bartelle e ao Sr. Pedro Grendene Bartelle. Ademais, os acionistas Pedro Grendene Bartelle e Telasul S.A. transferiram suas participações societárias à Família Zietolie e ao Sr. Alexandre Grendene Bartelle, que passou a deter, indiretamente, 79,66% de nosso capital.

No ano de 2003, criamos a marca Favorita que, inicialmente, tinha como foco a comercialização de seus produtos apenas em Pontos de Venda Multimarcas. Ainda neste ano, nossa razão social foi alterada para Única Indústria de Móveis Ltda., passando o nome Dell Anno a ser nossa principal marca, que tinha como foco a comercialização de seus produtos apenas em revendas exclusivas.

Em 2004 houve a transformação do nosso tipo jurídico para sociedade anônima, sendo a nossa razão social alterada para Única Indústria de Móveis S.A.

Em continuidade ao projeto de expansão dos negócios, em 2007, por meio de contrato de licença de uso de marca celebrado com a Telasul S.A., adquirimos o direito, não exclusivo, de utilização da marca Telasul, com um perfil de produto para atender as grandes redes varejistas e focada no segmento de consumo da classe D. No mesmo ano, criamos também o modelo de Universidade Corporativa para dar suporte ao treinamento de nossos revendedores e empregados, bem como iniciamos a implantação do nosso Programa de *Trainee*.

A partir de 2007 e 2009, respectivamente, as nossas marcas Dell Anno e Favorita passaram por um processo de reposicionamento, visando elevar a percepção das marcas e dos respectivos produtos. Esse reposicionamento resultou na criação, no ano de 2009, da marca New, voltada para atender o crescimento do consumo da classe C no Brasil, completando nosso portfólio de marcas.

Em 2009, nossa razão social foi alterada para Unicasa Indústria de Móveis S.A. Em 2010, criamos a Unicasa Corporate, divisão de negócios com foco em parcerias na construção civil e no ramo hoteleiro, com o intuito de capitalizar a expansão desse mercado e as oportunidades decorrentes dos investimentos no país para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016.

Ainda no ano de 2010, Sr. Alexandre Grendene Bartelle, transferiu para o Sr. Frank Zietolie a quantidade de 329.994 ações ordinárias, representativas de 6,0% do nosso capital social total. Neste mesmo período, o Sr. Juvenil Antônio Zietolie transferiu ao Sr. Frank Zietolie a quantidade de 37.803 ações ordinárias, representativas de 0,69% do nosso capital social total. Em decorrência das referidas transferências, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle passou a deter 73,66% do nosso capital social, enquanto que os Srs. Juvenil Antônio Zietolie e Frank Zietolie passaram a deter, respectivamente, 10,74% e 10,00% do nosso capital social.

O ano de 2011 foi marcado pela parceria entre nós e o estilista Reinaldo Lourenço e pela presença internacional da marca Dell Anno no Salão do Móvel de Milão, patrocinando uma mostra de arquitetura e *design*. Ainda em 2011, investimos em tecnologias de produção *just in time* e diferenciação de nossos produtos: foram lançados os acabamentos chanfrados em 45° e as marcas Dell Anno e Favorita foram complementadas com as linhas para escritório e infantil (*office* e *kids*). Encerramos o ano de 2011 com 2.662 revendas exclusivas e Pontos de Venda Multimarcas no Brasil e 17 revendas exclusivas e lojas

6.3 - Breve histórico

multimarcas no exterior, exportando nossos produtos para 13 países (Paraguai, Uruguai, Martinica, Angola, Costa Rica, Chile, Colômbia, México, Argentina, Peru, Guatemala, Emirados Árabes e República Dominicana).

O início do ano de 2012 foi marcado pela consolidação da vinculação da imagem da nossa marca Dell Anno a estilo e moda, por meio do patrocínio concedido à São Paulo Fashion Week.

Ainda, consolidamos a estratégia de comunicação da nossa marca New com a classe C por meio do patrocínio do Big Brother Brasil 2012 e de inserções programadas para todo o ano no programa Caldeirão do Huck, dentre outras.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não houve eventos societários desta natureza nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

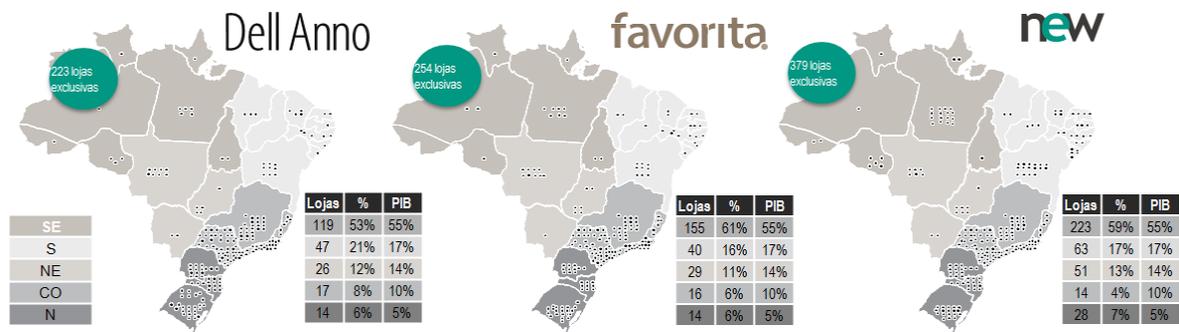
Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Somos líderes em receita bruta no setor de móveis planejados no Brasil, segundo a edição “Melhores & Maiores” de julho de 2011 da Revista Exame. Comercializamos móveis planejados em todos os estados do Brasil, por meio de quatro marcas reconhecidas e complementares: Dell Anno, Favorita, New e Telasul, atingindo o segmento da população com renda mensal acima de R\$6.745,00 (“Classe A”), o segmento da população com renda mensal entre R\$5.174,00 e R\$6.745,00 (“Classe B”), o segmento da população com renda mensal entre R\$1.200,00 e R\$5.174,00 (“Classe C”) e o segmento da população com renda mensal entre R\$751,00 e R\$1.200,00 (“Classe D”), conforme critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Possuímos uma ampla rede de distribuição que contava, em 31 de dezembro de 2011, com 886 revendas exclusivas com 209.435 m², 3.199 vagas de estacionamento nas lojas e 8.254 funcionários, distribuídas em 315 cidades em todos os Estados brasileiros, além de 1.776 lojas multimarcas e pontos de venda em magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”) no Brasil, e 17 pontos de venda no exterior, entre revendas exclusivas e lojas multimarcas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, vendemos 1,70 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$294,68 milhões, um EBITDA de R\$80,44 milhões e um lucro líquido de R\$57,79 milhões. No período de 2009 a 2011, nossa receita líquida de vendas, nosso EBITDA, e nosso lucro líquido apresentaram taxas compostas de crescimento anual (“CAGR”) de 14,5%, 28,4% e 24,8%, respectivamente.



Acreditamos que a combinação de nosso portfólio de marcas altamente reconhecidas e com penetração nas Classes A, B, C e D, nossa ampla rede de distribuição e nosso parque fabril com escala de produção e tecnologia de ponta, permitiram-nos atingir um crescimento rentável, atingindo um retorno sobre o capital investido de 31,2% no ano de 2011, bem como nos posicionar estrategicamente no segmento de móveis, cujo potencial de consumo em 2011 foi estimado em R\$41,7 bilhões, segundo a IPC Marketing.

Com mais de 27 anos de atuação no mercado, possuímos uma ampla linha de soluções customizadas de móveis planejados para ambientes residenciais e comerciais, que incluem cozinhas, dormitórios, *closets*, *home theaters*, lavanderias e banheiros, entre outros, além de soluções completas nos segmentos de escritório e infantil. Adicionalmente a esses segmentos, criamos em janeiro de 2010 a divisão de negócios denominada Unicasa Corporate, com o objetivo de atender a demanda das incorporadoras e das empresas do segmento hoteleiro e da construção civil, que acreditamos irá se beneficiar do contínuo crescimento do mercado imobiliário no Brasil e dos novos investimentos previstos para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016.

Nossas marcas recebem grandes investimentos em campanhas de marketing associadas a *top models*, celebridades, arquitetos e estilistas, buscando alta projeção nos segmentos de decoração, arquitetura e moda, conforme o público que visam atingir. Com posicionamentos complementares, nossas marcas são percebidas pelos consumidores e pelo mercado de decoração como de alto valor qualitativo nos seus segmentos. Nossas marcas são:

- **Dell Anno:** focada na linha *premium* e voltada para as Classes A e B, oferece produtos de maior valor agregado, com *design* contemporâneo e conceitos minimalistas, apresentando como diferencial a identificação com o universo da moda;

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

- **Favorita:** posicionada como marca intermediária no que se refere a preço e público-alvo, é destinada às Classes B e C. Nossas ações de marketing buscam associar essa marca a soluções versáteis e completas, de modo a gerar uma excelente percepção de qualidade e preço;

Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos 477 revendas exclusivas das marcas Dell Anno e Favorita com 142.948 m² e 5.558 funcionários, distribuídas em 231 cidades em todos os estados do Brasil. As revendas exclusivas da marca Dell Anno têm, em média, 383 m² por loja, enquanto as revendas exclusivas da marca Favorita têm, em média, 226 m² por loja.

- **New:** destinada principalmente à Classe C, é a nossa marca voltada para o aproveitamento inteligente de espaços com praticidade, estilo e preços competitivos. Concebida em janeiro de 2009 para explorar a expansão do consumo no país, a New revelou-se um caso de sucesso da Companhia, contando, em 31 de dezembro de 2011, com uma rede de distribuição de 379 revendas exclusivas e 222 Pontos de Venda Multimarcas. As revendas exclusivas da marca New contavam, em 31 de dezembro de 2011, com 66.487 m² e 2.696 funcionários e estavam presentes em 234 cidades em todos os Estados do Brasil. As revendas exclusivas têm, em média, 175 m² por loja.
- **Telasul:** é a nossa “marca de entrada”, focada principalmente na Classe D, com atuação tanto no setor de móveis padronizados, destinados aos Pontos de Venda Multimarcas (principalmente redes de varejo), quanto no setor de móveis planejados, atingindo uma ampla base de consumidores. Em 31 de dezembro de 2011, a Telasul contava com 30 revendas exclusivas e 1.530 Pontos de Venda Multimarcas.

Nossa administração está tomando certas medidas para aprimorar o controle das informações sobre as revendas exclusivas e Pontos de Venda Multimarcas e para aumentar a nossa rentabilidade. Essas medidas podem ser separadas em três fases distintas, descritas abaixo: (a) Fase 1: Reposicionamento de nossas Marcas; (b) Fase 2: Obtenção do Controle da Ponta; e (c) Fase 3: Aprimoramento do Canal de Vendas.

Fase 1: Reposicionamento de nossas Marcas (“Reposicionamento”)

As marcas Dell Anno e Favorita foram criadas nos anos de 1985 e 2003, respectivamente. No ano de 2007 iniciamos um processo de Reposicionamento da marca Dell Anno, com objetivo de elevar a percepção de valor da marca e de nossos produtos, permitindo, assim, a prática de preços mais elevados. Este processo de Reposicionamento contínuo e evolutivo foi estendido para a marca Favorita em 2009. Os principais aspectos do Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita estão descritos a seguir.

Alteração das logomarcas

- Dell Anno: alteração da logomarca no ano de 2007
- Favorita: alteração da logomarca no ano de 2009

Mudança das estratégias de comunicação e marketing

- Dell Anno: a partir de 2009 passamos a vincular a imagem da marca ao universo da moda, por meio da utilização de *top models* em suas campanhas publicitárias.
- Favorita: a partir de 2009 passamos a vincular a imagem da marca ao universo da televisão, utilizando as atrizes protagonistas de novelas em suas campanhas publicitárias.

Revisão das linhas de produtos

Em 2007, toda a linha de produtos da marca Dell Anno foi revista para a inclusão de novos produtos exclusivos, melhores materiais, maior variedade de acessórios e acabamentos. A partir de 2007, passamos a lançar, a cada ano, novas linhas de produtos. Em 2011, em decorrência de parceria com estilista renomado, foram lançadas linhas de produtos com acabamentos exclusivos.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Revisão das marcas utilizadas nos pontos de venda e dos empreendedores adequados ao perfil de cada marca

Um dos aspectos mais relevantes de nosso trabalho diz respeito ao reposicionamento de lojas e lojistas. Para tanto, foram avaliados os seguintes critérios:

- **Ponto:** Manutenção da marca Dell Anno, caso a localização e o tamanho da loja sejam adequados à marca, sempre considerando o desempenho histórico da loja. Caso não sejam adequados à marca, avaliamos o potencial de adequação às marcas Favorita ou New. Entre 2009 e 2011, aproximadamente 40 lojas mudaram suas marcas de Dell Anno ou Favorita para a marca New.

- **Empreendedor:** De modo geral, buscamos empreendedores jovens, com experiência em gestão, capitalizados e que tenham dedicação exclusiva ao negócio. O perfil do lojista deve atender aos pré requisitos de cada marca. O lojista que trabalha com a marca Dell Anno, por exemplo, deve ser capaz de desenvolver relacionamento com arquitetos locais e realizar eventos e coquetéis que promovam a loja e a marca, bem como se relacionar com a comunidade.

- **Instalações:** Desde 2007, todas as lojas que trabalham com as marcas Dell Anno e Favorita passaram por reformas de fachada, e de *showroom*, de modo a se adequarem ao novo padrão visual e dos produtos das marcas.

Com base na avaliação dos critérios acima tomamos as seguintes ações ao longo dos últimos anos:

Ponto adequado – empreendedor adequado

- Reforma das lojas e instalações para atender ao novo padrão de clientela.

Ponto inadequado – empreendedor adequado

- Caso o ponto e o perfil do empreendedor sejam adequados à outra de nossas marcas, realizamos a mudança para a marca mais adequada.
- Caso o ponto não seja adequado à outra marca, fechamos a loja e buscamos outro ponto.

Ponto adequado – empreendedor inadequado

- Caso o empreendedor seja adequado à outra de nossas marcas, localizamos novo ponto para abertura de nova loja da outra marca.
- Caso o empreendedor não seja adequado à outra marca, encerramos o relacionamento com o mesmo, buscando manter o ponto de venda sob a administração de outro empreendedor.

Ponto inadequado – empreendedor inadequado

- Nesse caso, fechamos a loja e encerramos o relacionamento com o empreendedor.

O processo de Reposicionamento pode trazer os seguintes principais efeitos ao nosso desempenho, como ocorrido nos anos de 2009 a 2011, em função das recentes mudanças: (i) redução no faturamento de algumas marcas, devido a obras e reformas nas lojas ou a períodos de transição entre empreendedores; (ii) aumento no contas a receber e empréstimos concedidos, uma vez que muitas vezes financiamos as reformas das lojas, a transferência de pontos entre diferentes empreendedores e a aquisição, pelos lojistas, de novos pontos de venda considerados mais adequados à estratégia de nossas marcas; e (iii) redução da base comparativa de desempenho de mesmas lojas (*Same Store Sales*).

Entre os anos de 2009 e 2011, 230 lojas Dell Anno e Favorita passaram pelo processo de Reposicionamento, seja mudando de ponto, trocando de empreendedor, fechando ou mudando a bandeira para New. Nesse mesmo período, reduzimos em 47 o saldo de lojas das duas marcas e abrimos cerca de 250 lojas New, das quais aproximadamente 40 tiveram origem em mudanças de bandeira de Dell Anno ou Favorita. Estas mudanças foram, em parte, financiadas por nós, seja por meio do empréstimo de recursos aos revendedores exclusivos, seja por meio do alongamento de prazos de duplicatas relacionadas a vendas de mercadorias.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A marca New não passou por Reposicionamento, dado que a abertura das lojas, que se iniciou em 2009, contou com todos os aspectos de *marketing*, produto, preço e posicionamento das lojas já definidos. Ainda, a marca Telasul não passou por Reposicionamento.

Fase 2: Obtenção do Controle da Ponta

A Fase 2 abrange as seguintes etapas:

- (i) Projeto de implantação do *Enterprise Resource Planning* (“ERP”) nas revendas exclusivas

Atualmente, as revendas exclusivas devem optar por um dentre três sistemas de informatização sugeridos por nós. Iniciamos em 2012 um projeto por meio do qual passaremos a adotar um único sistema de ERP, que deverá ser utilizado por todas as revendas exclusivas. O prazo estimado para conclusão da implementação integral desse sistema em todas as revendas exclusivas é no primeiro semestre de 2013. Com a conclusão do projeto de implantação de um sistema único de ERP, teremos mais controle sobre as vendas, as informações e os clientes das revendas exclusivas.

- (ii) *Checklist*

Estamos elaborando um *checklist* com aproximadamente 50 itens para aprimorar a avaliação, por nós, das revendas exclusivas. O *checklist* conterá itens como estado de conservação do *showroom* e da fachada das lojas, número de atendentes por cliente, prazo médio de montagem dos móveis, ticket médio de venda e rentabilidade das vendas, dentre outros, servindo como guia para que os revendedores exclusivos mantenham suas lojas dentro do padrão exigido por nós.

- (iii) *Ranking* de Performance

Passaremos a elaborar um *ranking* de performance das revendas exclusivas, com base no *checklist* mencionado no item (ii) acima. O nível de adequação a cada item do *checklist* gerará a pontuação de cada revenda exclusiva no período de apuração.

- (iv) Programa de Excelência e Melhores Práticas

Com base no *checklist* e no *ranking* de performance mencionados nos itens (iii) e (iv) acima, passaremos a adotar um programa de excelência e melhores práticas, que terá por objetivo incentivar as revendas exclusivas a seguirem as nossas regras e recomendações, por meio de concessão de incentivos e bonificações. O principal resultado almejado com essa medida é a padronização das revendas exclusivas no mais alto padrão de excelência, aumentando o nível de satisfação dos clientes finais e melhorando os índices de performance e rentabilidade das revendas exclusivas.

Fase 3: Aprimoramento do Canal de Vendas

A Fase 3 abrange as seguintes etapas:

- (i) Ações comerciais direcionadas por marca e região

Passaremos a efetuar ações comerciais focadas em determinadas marcas e região, visando a customização das campanhas de acordo com as principais necessidades dos clientes e das revendas exclusivas localizadas em cada região abrangida. Com isso, os esforços de *marketing* passarão a ser mais eficientes, o que tende a aumentar o número de vendas.

- (ii) Estratégia de precificação

Com base em informações detalhadas do perfil dos clientes finais, que serão fornecidas a nós pelas revendas exclusivas, o trabalho de precificação de nossos produtos passará a contar com uma participação mais ativa dos revendedores exclusivos. As estratégias de precificação de nossos produtos serão customizadas ao perfil de consumo de cada região e de cada uma

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

de nossas marcas, visando maximizar a nossa rentabilidade e a rentabilidade das vendas exclusivas, bem como manter a competitividade dos nossos produtos.

(iii) Parcerias estruturadas e acompanhamento da venda de produtos sucedâneos

Em linha com o acordo comercial celebrado em maio de 2010, com vencimento em janeiro de 2014, para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Santander Financiamentos”) perante os revendedores exclusivos e os seus respectivos clientes, por meio do qual recebemos uma remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os nossos revendedores exclusivos, buscaremos novas parcerias que fomentem nossos canais de vendas. Acreditamos que a nossa ampla rede de revendedores exclusivos, que atinge as Classes A, B, C e D da população em todos os Estados brasileiros, pode ser um excelente canal de vendas para parceiros como fabricantes de eletrodomésticos, serviços e móveis complementares aos nossos produtos.

Acreditamos que o referido convênio apresenta as seguintes vantagens:

- Aumento da venda de móveis em razão da existência de linhas de crédito disponíveis a taxas competitivas;
- Redução do risco de crédito dos revendedores exclusivos contra o consumidor;
- Impacto positivo no nosso capital de giro e rentabilidade, uma vez que recebemos uma remuneração baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os nossos revendedores exclusivos; e
- Impacto positivo no fluxo de caixa dos revendedores exclusivos.

(iv) Formas mais rentáveis de estruturar a venda de nossos produtos

Estamos estudando a possibilidade de converter nossos contratos com as vendas exclusivas em contratos de franquia. Os atuais contratos celebrados com as vendas exclusivas possibilitam essa conversão. Acreditamos que a referida alteração poderá trazer uma otimização fiscal relevante, reduzindo a tributação de certos impostos na cadeia produtiva.

(v) Parcerias nacionais com potenciais clientes corporativos

Estamos buscando parcerias com grandes clientes corporativos, tais como incorporadoras, corretoras de imóveis e redes de hotéis, com o objetivo de aumentar o volume de vendas de nossos produtos. Parcerias desse porte exigem uma grande capilaridade de pontos de atendimento e uma capacidade produtiva de alta qualidade com rapidez de produção, atributos que acreditamos que já conquistamos ao longo de nossa história.

Same Store Sales

Para analisarmos o crescimento de nossas vendas para a nossa base de lojas no critério de mesmas lojas, utilizamos as vendas das lojas que estavam em operação no início de 2009 e durante os dois anos seguintes, para as quais existia o controle de vendas por loja durante tal período.

Desta forma, a análise do crescimento das vendas de nossa base de lojas no critério de mesmas lojas não se refere a todas as nossas lojas, mas apenas a um grupo de lojas que se adequa a um conjunto de critérios adotados pela nossa administração, de acordo com uma aproximação do conceito de vendas de mesmas lojas desde o exercício de 2009. A tabela abaixo demonstra o percentual de evolução de vendas de mesmas lojas e a representatividade da base de lojas, considerada sobre a receita bruta das respectivas marcas, nos períodos ali indicados.

Favorita e Dell Anno | Same Store Sales

	2010		2011	
	2009	2010	2010	2011
Variação		13,5%		6,5%
Representatividade na Receita Bruta Total das Marcas	24,6%	25,4%	30,9%	35,2%

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas**New | Same Store Sales**

	2010		2011	
	2009	2010	2010	2011
<i>Varição</i>		26,4%		34,8%
<i>Representatividade na Receita Bruta Total da Marca</i>	3,0%	1,0%	34,4%	30,3%

Abertura de Novas Lojas

De acordo com estudo realizado pela Parente Varejo e Pesquisa em fevereiro de 2012, consultoria independente especializada, o nosso potencial de abertura de novas lojas é equivalente a 457 lojas para a marca New e 109 lojas para as marcas Dell Anno e Favorita. O estudo foi realizado com base em dados estatísticos do IBGE, dentre outros, tomando como base (i) as 634 cidades brasileiras com mais de 50 mil habitantes; (ii) a distribuição da população por faixa de renda em cada cidade; (iii), o tamanho do mercado de móveis e acessórios estimado para cada cidade, cruzando o posicionamento, o faturamento e o *marketshare* das nossas lojas Dell Anno, Favorita e New em cada cidade.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Em função de produzir unicamente móveis planejados, para fins contábeis e gerenciais a Companhia está organizada e concentrada em um único segmento operacional. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada como um único segmento operacional.

(a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é a produção, desenvolvimento e comercialização de móveis planejados em MDF (*Medium Density Fiberboard*) ou MDP (*Medium Density Particleboard*). Adicionalmente, também comercializamos acessórios funcionais e acessórios de decoração para os móveis planejados que produzimos.

Possuímos uma ampla linha de soluções customizadas de móveis planejados para ambientes residenciais e comerciais, que incluem cozinhas, dormitórios, *closets*, *home theaters*, lavanderias e banheiros, dentre outros, além de soluções completas nos segmentos de escritório e infantil. Adicionalmente a esses segmentos, criamos em janeiro de 2010 a divisão de negócios denominada Unicasa Corporate, com o objetivo de atender a demanda das incorporadoras e das empresas do segmento hoteleiro e da construção civil.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, a receita líquida de vendas do nosso único segmento (produção, desenvolvimento e comercialização de móveis planejados) foi de R\$224,96 milhões, R\$288,34 milhões e R\$294,68 milhões, respectivamente, o que representou a totalidade da nossa receita líquida nos períodos indicados.

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, o lucro líquido do nosso único segmento (produção, desenvolvimento e comercialização de móveis planejados) foi de R\$37,12 milhões, R\$53,09 milhões e R\$57,79 milhões, respectivamente, o que representou a totalidade do nosso lucro líquido nos períodos indicados.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Possuímos um parque fabril localizado em Bento Gonçalves, RS, com aproximadamente 50 mil m² de área construída e capacidade média de produção de 220.000 módulos de móveis¹ por mês. A partir de junho de 2012, esperamos que a nossa capacidade média de produção passe a ser de 300.000 módulos de móveis por mês, em decorrência dos investimentos realizados em 2011 em nosso parque fabril.

Nosso parque fabril conta com duas fábricas destinadas: (i) à fabricação dos produtos das marcas Dell Anno e Favorita; e (ii) à produção dos produtos das marcas New e Telasul.

Nosso parque fabril conta com alta tecnologia e com um modelo de produção versátil, que nos permite fabricar produtos somente após a realização de pedidos e, mesmo assim, entregá-los com agilidade (prazo máximo de 10 dias por pedido), proporcionando a manutenção de baixos níveis de estoque de produtos acabados. A produção de módulos de móveis atingiu 1,52 milhão em 2009, 1,79 milhão em 2010 e 1,70 milhão em 2011. Cabe destacar que foram investidos em 2011 R\$25,40 milhões em máquinas e equipamentos, com foco na otimização das rotinas de produção e consequente aumento de capacidade produtiva.



* Software utilizado pela indústria de móveis e lojistas para elaboração de projetos de ambientes para clientes, fornecido pela empresa Procad Softwares Ltda.

Pesquisa e desenvolvimento de produtos – (“P&D”)

Lançamos anualmente, entre os meses de fevereiro e maio, para cada uma de nossas marcas uma nova coleção de produtos. Adicionalmente, durante todo o ano são atualizadas as coleções de produtos existentes, aperfeiçoando o sistema funcional e incluindo novas cores, texturas e acessórios, dentre outros, com o objetivo de fornecer aos revendedores de nossos produtos, aos lojistas e aos consumidores um portfólio atualizado com base nas tendências do mercado de móveis nacional e internacional.

¹ Cada módulo de móvel é formado, em média, por 8 peças componíveis, tais como laterais, bases, prateleiras, tampos e ferragens.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O processo de P&D é composto por uma série de etapas e atividades desenvolvidas por equipes multidisciplinares integradas, de forma a assegurar o lançamento de produtos de alta qualidade e proporcionar aos consumidores uma solução completa em móveis planejados. A concepção de nossos produtos é feita por uma equipe própria de arquitetos, *designers* e engenheiros, divididos em núcleos de criação e pesquisa, individuais e independentes para cada marca. Esses profissionais são responsáveis por interpretar as tendências do mercado nacional e internacional de *design*, moda e arquitetura e aproveitá-las em nossas coleções anuais.

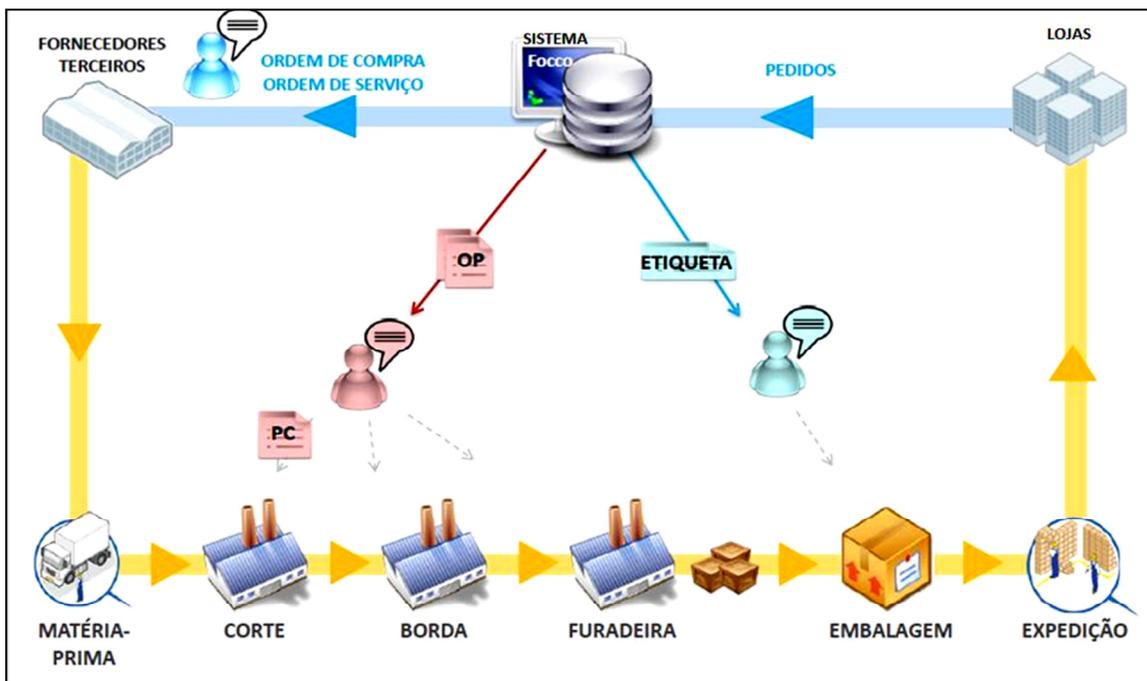
Os profissionais da área de P&D, especializados em *design*, marketing, comportamento do consumidor e desenvolvimento de produtos, mantêm-se constantemente atualizados, buscando referências, realizando pesquisas e estudando as tendências do setor moveleiro. As principais fontes de pesquisa são: (i) participação em feiras e eventos nacionais e internacionais, onde são verificadas as principais tendências e novidades do setor moveleiro; (ii) pesquisa de novos materiais e acessórios junto aos fornecedores; (iii) monitoramento das mídias *on-line* e *off-line* especializadas e do mercado moveleiro, e (iv) consultoria de empresa europeia, sediada em Londres, especializada em tendências de consumo no universo *home-decor*.

De modo a complementar o processo de P&D, participam do desenvolvimento os seguintes departamentos: comercial, arquitetura, marketing, engenharia e produção, sendo essa integração parte fundamental do processo de lançamento de novos produtos para o mercado. Entendemos que a interatividade destas áreas torna o processo de desenvolvimento mais ágil e produtivo, e, por consequência, mais direcionado ao seu objetivo que é proporcionar aos clientes e consumidores o acesso a produtos inovadores, de alta qualidade e forte apelo comercial.

Destacamos mais uma vez que o principal objetivo do processo de P&D é a concepção e escolha de produtos alinhados ao posicionamento de mercado e estratégia competitiva adotada para cada uma das marcas, focado no desenvolvimento de padrões, desenhos, cores, texturas, modulações, ferragens, acessórios, acabamentos e complementos.

Processo de Produção

O fluxograma simplificado (quadro abaixo) mostra o processo de produção até a chegada de nossos produtos às revendas exclusivas e lojas multimarcas.



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O processo de produção se inicia com o desenvolvimento dos projetos nas revendas exclusivas, que é realizado por arquitetos ou técnicos, em software específico (ProMob). Os clientes participam ativamente na concepção do projeto e na escolha dos produtos que farão parte dos ambientes por eles escolhidos. Por esse motivo, e com o objetivo de preparar equipes qualificadas de atendimento e venda, fornecemos à rede de revendas uma estrutura de suporte em treinamento, por meio da Universidade Corporativa Unicasa, que compreende, desde a orientação sobre produto e desenvolvimento de projetos, até a montagem dos módulos de móveis, pós venda, gestão de pessoas e administração do próprio negócio.

Após a finalização da etapa de desenvolvimento do projeto, o revendedor exclusivo (lojista) encaminha para a área de vendas os pedidos dos clientes, acompanhados dos respectivos projetos, que, após serem processados em nosso sistema, darão início aos planos de produção. No caso das lojas multimarcas, como a linha de produtos oferecida compreende, tão somente, móveis padronizados, para o início do plano de produção basta que o lojista nos encaminhe os pedidos dos clientes, não havendo, portanto, necessidade de desenvolvimento de um projeto específico.

A etapa posterior ao recebimento dos pedidos e projetos, quando for o caso, é o encaminhamento dos pedidos dos clientes à área de PCP - Programação e Controle da Produção, que irá gerar os planos de produção por meio de sistemas integrados de manufatura. Os referidos sistemas emitem as necessidades de compras dos insumos, dos acessórios, das embalagens e de outros materiais que serão utilizados na fabricação dos produtos incluídos nos pedidos dos clientes e desenvolvem um planejamento adequado de produção, visando a minimizar perdas de insumos e a assegurar o embarque dos produtos nos prazos acordados, um melhor controle de custos, e um planejamento otimizado de utilização de recursos.

Via de regra, todos os fornecedores atendem aos prazos de fornecimento das matérias primas e insumos utilizados no processo de produção. Não obstante, existem políticas de estoque mínimo de segurança suficiente para garantir por vários meses a demanda dos nossos clientes.

Após a geração dos planos de produção, inicia-se a produção dos módulos de móveis, que é constituída pelas seguintes fases: corte, acabamento, furação, estoque, embalagem e expedição nos quatro centros de produção, conforme descrito a seguir:

Centro de Corte: composto por máquinas seccionadoras, que realizam os cortes das chapas de MDF e MDP utilizadas para a produção dos módulos de móveis.

Centro de Acabamento: composto por máquinas perfiladeiras e bordatrizes, que desenvolvem os processos de ranhura, rebaixe, aplicação de bordas e acabamento das chapas de MDF e MDP utilizadas para a produção dos módulos de móveis (perfil 45°, perfil boleado ou laminado).

Centro de Furação: composto por máquinas furadeiras totalmente automatizadas que fazem os diversos tipos de furação nas chapas de MDF e MDP utilizadas para a composição dos módulos de móveis. Esta é a última etapa do processo de beneficiamento das peças.

Centro de Embalagem: composto por esteiras selecionadoras, nas quais as peças e componentes são agrupadas para formar o módulo de móvel que será embalado e encaminhado para a expedição.

No centro de embalagem, os módulos de móveis são monitorados por meio de leitura ótica das etiquetas (código de barras) neles fixadas durante o processo de produção, permitindo o controle dos pedidos prontos para o embarque. Também na área de expedição é realizado o monitoramento dos módulos de móveis por meio de leitura ótica, quando do embarque dos produtos para os revendedores e lojistas. Destacamos que foi implantado em junho de 2011 um

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

sistema de leitura ótica por código de barras nas revendas exclusivas e lojas multimarcas, para conferência de todos os módulos de móveis recebidos e verificação da sua conformidade com o pedido que foi enviado à fábrica.

Atualmente, 92% dos produtos de nosso portfólio são produzidos em nossas instalações fabris. O restante que compreende: (i) peças especiais, tais como peças com acabamentos e medidas diferentes daqueles produzidos em nosso parque fabril; e (ii) acessórios, tais como puxadores, aramados, portas de alumínio e luminárias, customizados para complementar a linha de produtos, e são produzidos por empresas terceirizadas. Em alguns casos, enviamos diretamente para as empresas terceirizadas os insumos necessários (chapas de MDF e MDP) para a produção das peças especiais. O controle de qualidade dos produtos fabricados por empresas terceirizadas segue os mesmos critérios dos produtos fabricados por nós. Tais produtos são fabricados com base em desenhos técnicos fornecidos por nós. Para verificar o controle de qualidade das empresas terceirizadas, nossos técnicos inspecionam suas linhas de produção *in loco*, de forma a verificar, dentre outros aspectos, a procedência do material utilizado, garantindo, assim, a qualidade do produto final.

Para a otimização do parque de máquinas e mão de obra, utilizamos o Sistema “PreActor”, que realiza o controle do fluxo de produção e também permite que as manutenções sejam programadas com antecedência e sem interferência na programação de produção. Integrado a este sistema, utilizamos, ainda, o Sistema de Gestão da Produção – SSP, que permite, em tempo real, o rastreamento das peças durante o processo produtivo, garantindo um gerenciamento adequado dos materiais e das pessoas envolvidas em tal processo. Adicionalmente, as áreas de Métodos e Processos e Engenharia de Produto trabalham constantemente no desenvolvimento de novos fluxos de produção e em mudanças de *layout* das unidades de produção, buscando incrementos de produtividade.

Nosso parque fabril possui máquinas e equipamentos modernos, os quais foram adquiridos junto aos mais reconhecidos fornecedores mundiais da indústria. Estamos focados no atendimento ao mercado, com alta qualidade, compromisso com os prazos de entrega e baixos custos de produção. Os investimentos estão diretamente voltados a melhorias de qualidade dos produtos, flexibilização da cadeia produtiva, reduções de custos (estoques de produtos prontos e em elaboração) e minimização de perdas. Os gastos em imobilizado (CAPEX), em investimentos e intangível nos anos de 2009, 2010 e 2011, foram de: R\$9,99 milhões, R\$8,67 milhões e R\$30,32 milhões, respectivamente. A capacidade instalada utilizada nos anos de 2009, 2010 e 2011 foi de 90,9%, 93,7% e 64,6%, respectivamente.

Todas as máquinas utilizadas em nosso processo de produção possuem seguro.

(b) características do processo de distribuição

Possuímos uma ampla rede de distribuição que conta, atualmente, com mais de 886 revendas exclusivas e 1.776 Pontos de Vendas Multimarcas em todo o Brasil, bem como com 17 pontos de venda no exterior, entre revendas exclusivas e lojas multimarcas, nos seguintes países: Paraguai, Uruguai, Martinica, Angola, Costa Rica, Chile, Colômbia, México, Argentina, Peru, Guatemala, Emirados Árabes e República Dominicana, atingindo o segmento da população com renda mensal acima de R\$6.745,00 (“Classe A”), o segmento da população com renda mensal entre R\$5.174,00 e R\$6.745,00 (“Classe B”), o segmento da população com renda mensal entre R\$1.200,00 e R\$5.174,00 (“Classe C”) e o segmento da população com renda mensal entre R\$751,00 e R\$1.200,00 (“Classe D”), conforme critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Adicionalmente, estamos presentes em 47 das 50 cidades brasileiras com maior potencial de consumo no ano de 2011, segundo dados do IPC Marketing, além de estar presente em 315 cidades em todos os Estados brasileiros.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- **Revendas Exclusivas:** são lojas autorizadas a vender exclusivamente móveis planejados e modulados, de apenas uma de nossas marcas (Dell Ano, Favorita ou New) e devem seguir critérios preestabelecidos de identidade visual e localização do ponto comercial.
- **Lojas Multimarcas:** são lojas autorizadas a vender móveis das nossas marcas New e Telasul em estabelecimentos que comercializam móveis de outros fabricantes e de outras marcas, e não estão sujeitas a observância de critérios preestabelecidos de identidade visual e localização do ponto comercial.

O nosso relacionamento com as revendas exclusivas é formalizado por meio da celebração de contrato que prevê expressamente as obrigações de cada uma das partes signatárias. As principais obrigações previstas nos contratos celebrados com as revendas exclusivas, comuns aos contratos das nossas marcas Dell Ano, Favorita e New, são:

- (i) As revendas exclusivas devem seguir um padrão arquitetônico previamente definido por nós;
- (ii) A veiculação da marca pelas revendas exclusivas deve respeitar a nossa política, de modo a preservar a identidade da marca;
- (iii) As revendas exclusivas só podem alterar o endereço mediante prévia e expressa autorização concedida por nós;
- (iv) As revendas exclusivas devem implantar um dos três sistemas de informação sugeridos por nós;
- (v) As revendas exclusivas não podem ceder, integral ou parcialmente, o contrato celebrado com nós ou os direitos e obrigações a ele inerentes sem a nossa prévia e expresso consentimento; e
- (vi) As revendas exclusivas não podem contratar terceiros que tenham objeto social similar ao nosso para atender a pedidos de consumidores atraídos pelas nossas marcas.

Os contratos celebrados com as revendas exclusivas possibilitam a manutenção de um controle direto sobre os revendedores, permitindo o acompanhamento da performance de tais revendedores e a verificação do cumprimento de nossas políticas.

Presentes em todo o território nacional, as lojas que comercializam nossos produtos recebem, por meio de um sistema integrado de vendas, a atualização de todas as novidades existentes em nosso portfólio de produtos. As nossas lojas estão estrategicamente localizadas em pontos de alta visibilidade. Adicionalmente, para cada nova loja, avaliamos os critérios de viabilidade econômica e demográfica, bem como o perfil do lojista que nos representará.

A Companhia dispõe, ainda, de uma rede de representantes comerciais e agentes de distribuição, com plena autonomia, sem o caráter de exclusividade, mediante a celebração de contratos que estipulam as condições relativas às linhas de produtos (Linha Telasul e Linha New de móveis planejados), com remuneração mediante comissão sobre as vendas efetuadas em percentuais variáveis. Os contratos descrevem as áreas de atuação de cada um dos representantes comerciais e agentes, relativamente as áreas geográficas ou específicas a determinados clientes, estipulando o período de vigência aplicável a cada um dos instrumentos contratuais. A forma de pagamento das comissões é fixada na época de liquidação dos títulos correspondentes às vendas efetuadas pelos representantes comerciais e/ou agentes.

A capilaridade de nossa rede de revendedores atinge os mais diversos públicos e mercados no Brasil, o que acreditamos refletir em ganhos de escala que nos permitem adquirir expertise relacionada às particularidades de cada mercado e aumentar a força e alcance de nossas marcas. Adicionalmente, acreditamos que permite ainda ampliar nosso entendimento do mercado e dos perfis de consumo nas diferentes regiões, potencializando nossa competitividade, ampliando a

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

visão estratégica para expansão do nosso negócio e maximizando nossa rentabilidade, pois aproveitamos os ciclos econômicos de cada região.

A proporção de cada região/mercado em nossa receita reflete sua representatividade na conjuntura demográfica e econômica do Brasil, com destaque para as Regiões Sudeste, Sul e Nordeste, onde, em 31 de dezembro de 2011, registramos respectivamente, 64,21%, 15,80% e 10,56% de nossa receita bruta para o mercado interno, seguidas da Região Centro-Oeste com 4,52% e da Região Norte com 4,91% de participação. Na tabela abaixo é possível perceber esta representatividade, em 31 de dezembro de 2011, de acordo com o potencial de consumo de cada região no mercado brasileiro:

Região	% da Receita Bruta 2011 (mercado interno)	Potencial de Consumo Brasil 2011
Norte	4,91%	5%
Nordeste	10,56%	18%
Centro-Oeste	4,52%	8%
Sudeste	64,21%	52%
Sul	15,80%	17%
Total	100%	100%

NOTA: Dados Unicasa 31 de dezembro de 2011

Fonte: IPC Marketing

Nosso parque fabril abastece todos os canais de distribuição, o que nos permite maior controle sobre os pedidos e mais autonomia de agendamento de carga e expedição junto as empresas de logística. Contamos com cerca de 40 transportadoras terceirizadas que, em conjunto, atingem a totalidade do território nacional, prestando serviços a todos os nossos revendedores exclusivos e lojas multimarcas. O transporte de nossos produtos para todas as vendas exclusivas e para a grande maioria das lojas multimarcas é realizado via frete FOB (pagamento do frete é feito pelo destinatário).

Exigimos que as transportadoras que utilizamos possuam apólice de seguro contra acidentes ocorridos durante o transporte de nossos produtos. A aprovação de cada transportadora passa por nossos critérios como pontualidade, controle da entrega e comprometimento com a mercadoria.

Principais estratégias de marketing

Nossas marcas são criadas de acordo com posicionamentos distintos entre si, que seguem uma unidade de linguagem entre produtos oferecidos, pontos de venda, treinamento e propaganda adequados ao perfil de cada consumidor, levando em consideração os segmentos a que se destinam.

Contamos com uma eficiente estratégia de marketing que envolve a constante exposição de nossas marcas em mídias especializadas, tanto em veículos impressos quanto televisivos. Adicionalmente, participamos de feiras e eventos do segmento moveleiro com o objetivo de divulgar nossas marcas e nossos produtos. Estamos constantemente presentes nos principais canais da mídia brasileira.

Anualmente apresentamos uma nova campanha para o lançamento da coleção de cada uma de nossas marcas. Como estratégia de marketing para a Dell Anno, nossa marca *premium*, vinculamos seus produtos a formadores de opinião, investindo na associação entre os mercados de moda e arquitetura e utilizando *top models* em ensaios fotográficos realizados por grandes profissionais do ramo para produção de catálogos e veiculação de anúncios nacionais nas principais revistas do segmento. Ainda, investimos em mostras de decoração de projeção

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

nacional, como Casa Cor, e em parcerias com arquitetos e *designers* para incorporar diferenciais de valor agregado aos nossos produtos.

A estratégia de marketing utilizada para a Favorita consiste na associação da marca à artistas nacionais de grande exposição na mídia, com o objetivo de ampliar a aproximação com o consumidor, e na produção de ensaios fotográficos para veiculação de anúncios impressos em veículos nacionais de grande circulação voltados ao público feminino e em veículos especializados em decoração, mais acessíveis ao público alvo da marca. Investimos, também, na participação em feiras do setor moveleiro, como Casa Brasil, e na produção de catálogo para cada nova coleção.

A New, por sua vez, por estar voltada para o aproveitamento inteligente de espaços com praticidade e estilo, pensando principalmente nas necessidades da família da Classe C, possui como estratégia de marketing a incorporação deste conceito ao seu catálogo anual, em ações de *merchandising* em rede nacional nos principais canais abertos de televisão e também nos anúncios em revistas nacionais de decoração com perfil “faça você mesmo”.

Por fim, a estratégia de marketing da nossa marca Telasul, que possui um perfil mais comercial focado nas redes de distribuição e na grande base de consumidores dos grandes magazines, consiste na participação em diversas feiras comerciais nas principais regiões do país, como Movelpar, Movexpo e Movelsul, entre outras.

Aliado à estratégia de marketing de cada uma de nossas marcas, adotamos um processo de padronização de nossas revendas exclusivas em termos de concepção de espaço, forma de apresentação dos produtos e linguagem visual, de modo a permitir aos consumidores uma experiência de compra diferenciada. Nesta linha, cada revenda exclusiva é planejada seguindo um padrão de identidade visual específico, definido e gerenciado pelos nossos núcleos de arquitetura. Esta padronização inclui estudo de fachada, projeto arquitetônico, sinalização visual e disposição dos ambientes, de modo a potencializar a experiência de compra do consumidor.

Além disso, para reforçar nosso compromisso com o consumidor e visando uma maior aproximação e fidelização dos clientes, passamos a prover acesso, em 2011, a um sistema de consulta e acompanhamento de pedidos on-line por meio do website de cada uma de nossas marcas.

Treinamento

Para aprimorar as técnicas de venda, oferecemos aos nossos revendedores diversos cursos de formação e preparo das equipes de atendimento. Atendimento ao cliente e pós venda são parte importante do nosso modelo de negócio. Por esse motivo, e com o objetivo de preparar nossos revendedores e empregados, fornecemos à rede de lojas de todas as nossas marcas, por meio da Universidade Corporativa Unicasa, uma estrutura de suporte em treinamento, que compreende desde a orientação sobre produto e desenvolvimento de projetos até a montagem dos módulos de móveis, pós venda, gestão de pessoas e administração do próprio negócio, tendo capacitado mais de 6.300 empregados e revendedores desde 2007.

Ainda, para acompanhar o crescimento das nossas marcas, implantamos, em 2007, nosso Programa de *Trainees* Unicasa, que hoje conta com cerca de quatro processos seletivos nacionais ao longo do ano e consolidou-se como um vitorioso modelo de ensino corporativo, sendo matéria frequente em publicações nacionais importantes, tais como as revistas Exame e Você S.A. e os jornais Folha de São Paulo, Zero Hora, Jornal do Comércio e Correio do Povo. Atualmente, aproximadamente 90% dos nossos empregados que trabalham na área comercial participaram do nosso Programa de *Trainees*. A partir do início do ano de 2012, o nosso Programa de *Trainees* foi expandido, passando a dar suporte ao treinamento de empregados de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

outras áreas, além da área comercial. O objetivo da expansão do nosso Programa de *Trainees* é conceder treinamento aos empregados de todas as nossas áreas.

(c) características do mercado de atuação: (i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados

Dados e projeções do cenário econômico e da indústria existentes nessa seção foram obtidos através de pesquisas internas e de mercado, tanto em fontes públicas, quanto em publicações setoriais privadas. Algumas informações apresentam uma defasagem temporal relevante devido a periodicidade de atualização das mesmas, existindo, portanto, probabilidade de alteração nos cenários descritos abaixo.

VISÃO GERAL DO NOSSO SETOR DE ATUAÇÃO

O Mercado Brasileiro

Acreditamos que o atual cenário macroeconômico brasileiro, caracterizado pelo fomento do consumo doméstico, expansão do crédito, fortalecimento do mercado de trabalho e níveis crescentes de investimentos, se traduz em perspectivas positivas de taxas de crescimento do País.

Nesse contexto, a indústria de móveis planejados – um subsegmento da indústria moveleira focado no atendimento de clientes com exigências e objetivos específicos em cada compra – além de ser impactada pela conjuntura econômica do País e pela indústria moveleira, também está exposta a três setores da economia:

- i. Setor imobiliário: suprimento da demanda por móveis planejados para novas residências e para novos empreendimentos comerciais;
- ii. Setor de consumo/comércio varejista: dirigido, entre outros fatores, pelo aumento da renda disponível e pela expansão do crédito; e
- iii. Setor hoteleiro: vendas de móveis planejados para atender a crescente demanda da rede hoteleira, cujo crescimento acreditamos será fortemente estimulado pela agenda de eventos esportivos no Brasil (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016).

Os próximos tópicos têm como objetivo apresentar a atual conjuntura macroeconômica e de cada um dos setores acima mencionados, de forma a consolidar e esclarecer o impacto no setor de móveis planejados.

Cenário Macroeconômico

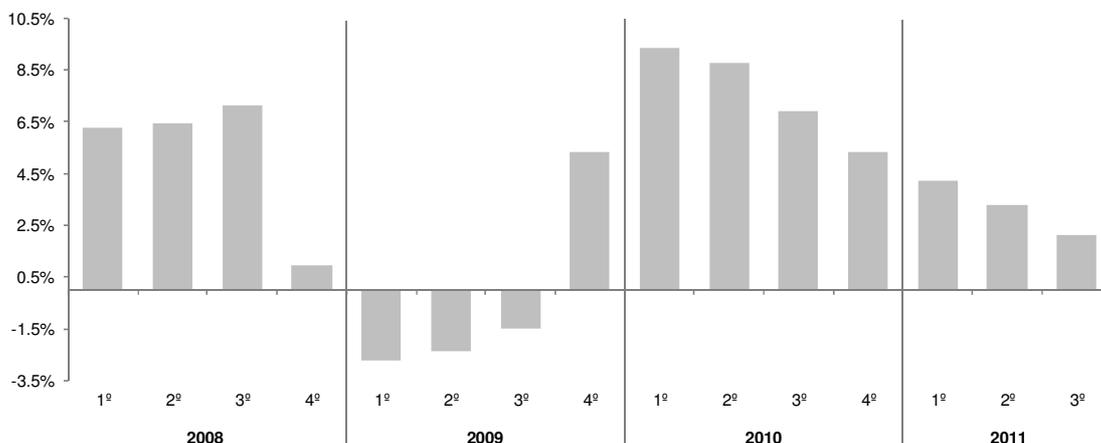
Ao longo dos últimos anos a economia brasileira consolidou-se como a maior da América Latina (aproximadamente 45% do PIB) e a sexta maior economia mundial de acordo com dados projetados pelo Fundo Monetário Internacional para o ano de 2011. Como consequência de uma trajetória consistente de crescimento econômico nos últimos anos e do arrefecimento do crescimento internacional, em 2010, o PIB brasileiro além de registrar um nível expressivo de crescimento, atingindo uma variação de 7,5% em relação a 2009, também posicionou o Brasil no contexto mundial como um dos países com mais rápido período de recuperação no período pós-crise financeira iniciada em 2008.

Apesar da positiva conjuntura macroeconômica doméstica, o PIB do Brasil em 2011 apresenta taxas marginais de crescimento inferiores às verificadas ao longo de 2010. Como resultado da

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

adoção de políticas macroprudenciais adotadas pelo Governo Brasileiro em dezembro de 2010, em conjunção a um ciclo de aperto monetário ao longo de 2011 traduzido no aumento da taxa básica de juros e da deterioração da conjuntura internacional, o PIB nacional, apesar de manter variações positivas, apresentou desaceleração de crescimento.

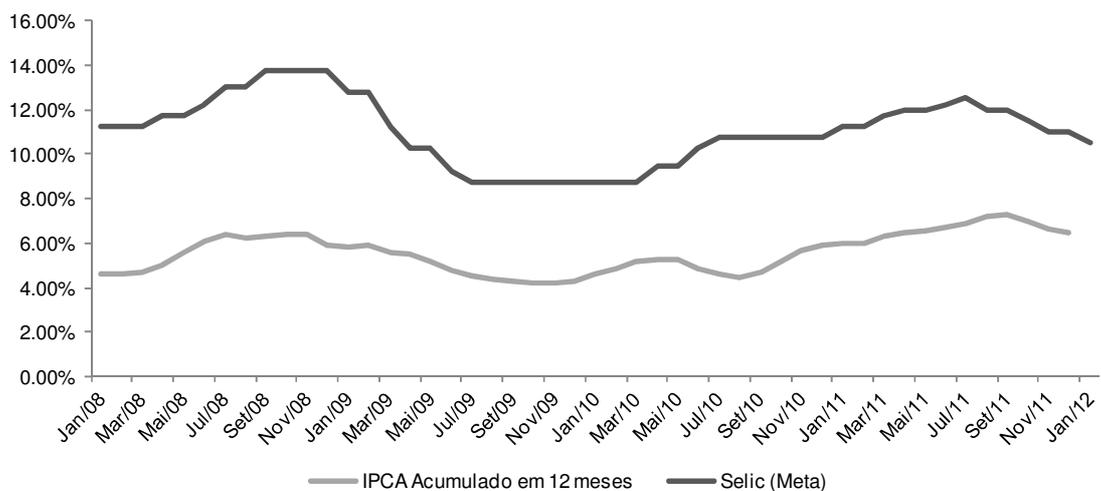
Evolução das taxas de crescimento real do PIB: variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior



Fonte: IBGE

Com o intuito de fomentar o dinamismo econômico e crescimento doméstico, o Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil (Bacen) vêm adotando uma série de políticas fiscais e monetárias. Dentre as políticas fiscais adotadas recentemente, destacam-se diversas medidas de desoneração tributária que impactará uma ampla gama de setores como a indústria, empresas listadas em bolsa, construção civil e consumidores em geral, com destaque para a redução do IOF de 3,0% para 2,5% no crédito direcionado à pessoa física e ampliação do teto do valor do imóvel de R\$75 mil para R\$85 mil sobre o qual incide alíquota de 1,0% do Regime Especial de Tributação (RET). No que tange à política monetária, o Bacen iniciou um ciclo de redução da taxa básica de juros e retirou parte das medidas macroprudenciais adotadas no final de 2010.

Evolução das taxa básica de juros (Selic) e inflação (IPCA)



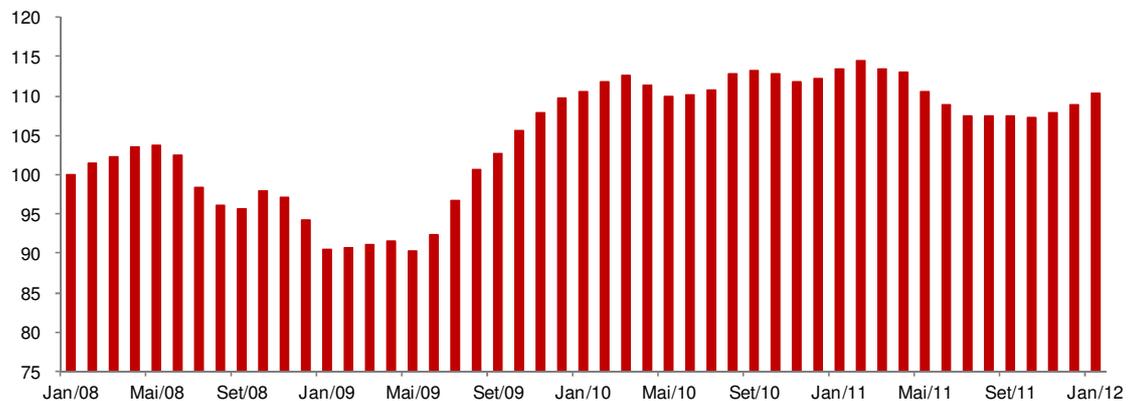
Fonte: Banco Central do Brasil

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Análises realizadas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), indicam que o principal agente de crescimento da economia brasileira continua sendo o Consumo Total, responsável por 1,9 p.p. de crescimento do PIB no terceiro trimestre, fomentado principalmente pelo consumo das famílias que nos últimos anos apresentou taxas de crescimento superiores a 4,0%: 6,1% em 2007, 5,7% em 2008, 4,4% em 2009 e 6,9% em 2010. Em 2011, o consumo das famílias continuou aquecido e contribuiu pelo trigésimo trimestre consecutivo para o crescimento da economia, sendo responsável por 1,7 p.p. do crescimento do PIB.

Como consequência de um ambiente econômico caracterizado pelo aumento do nível de crédito e do rendimento médio e positivo cenário para o mercado de trabalho, o consumo das famílias manteve seu desempenho e perspectivas positivas mesmo com o aumento da inflação. Esse cenário pode ser analisado através no índice de confiança do consumidor calculado pela Fecomércio e utilizado para mensurar o sentimento dos consumidores em relação à conjuntura econômica do país, considerando suas condições econômicas atuais e expectativas quanto à situação futura, servindo como importante balizador do consumo futuro e auxiliando, entre outros aspectos, nas decisões de investimento e formação de estoques por parte dos varejistas.

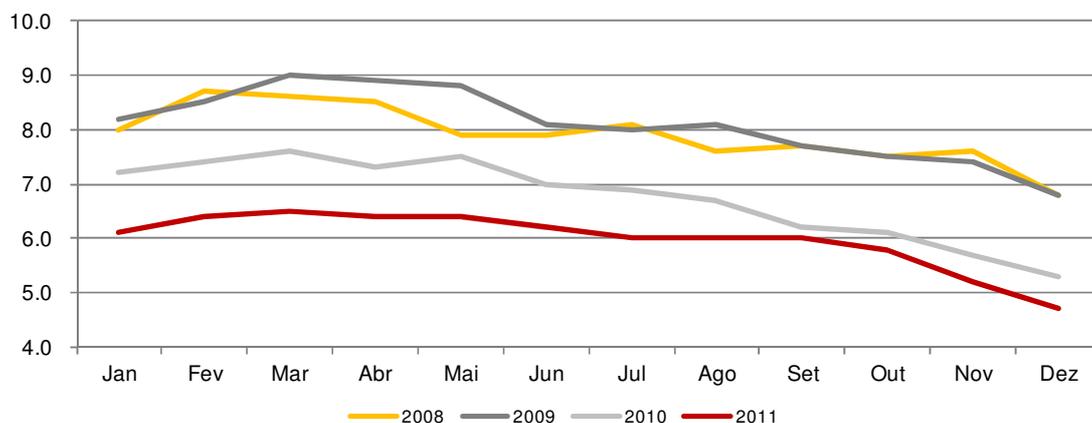
Índice de confiança do consumidor (média móvel de três meses, janeiro de 2008 = 100)



Fonte: Fecomércio SP

Acreditamos ainda que a perspectiva para o mercado de trabalho no Brasil continua positiva para o ano de 2012, apesar da recente desaceleração de crescimento econômico. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) indicam que o Brasil presencia os menores níveis históricos de desocupação.

Taxa de desocupação (em %)



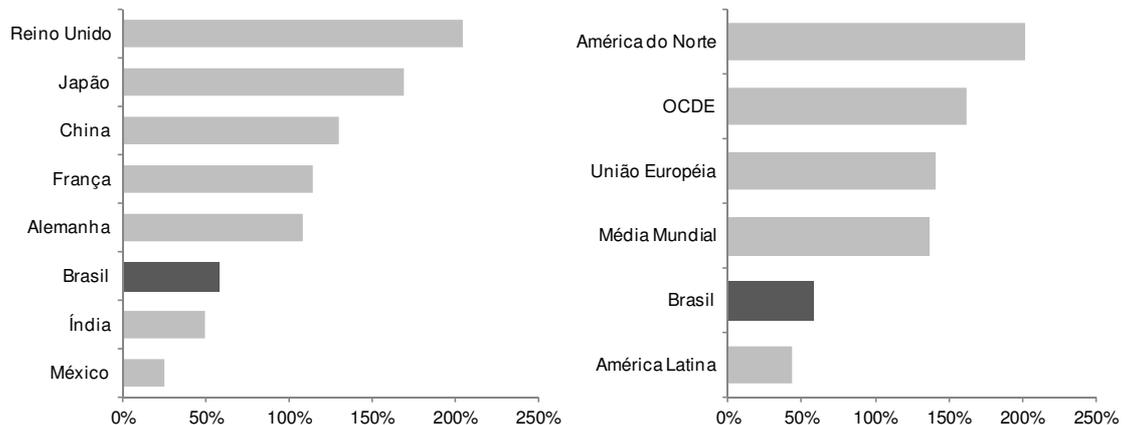
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Fonte IBGE

Além do positivo cenário de redução da taxa de desocupação, a economia brasileira também apresenta uma evolução qualitativa do emprego, representada pelo aumento do grau de formalização do mercado de trabalho e pelos aumentos reais de salários ocorridos nos últimos anos. Estudos elaborados pelo IPEA destacam que a proporção de pessoas ocupadas com carteira assinada evoluiu de 46% de março de 2002 para 54% em outubro de 2010, com crescimento do rendimento médio real de 8,6% no mesmo período, estimulando o consumo das famílias e suportando o crescimento da economia.

Outro fator fundamental para a manutenção do crescimento econômico no Brasil é a oferta de crédito. Como resultado da melhoria da conjuntura macroeconômica brasileira, redução da taxa básica de juros e estabilidade inflacionária, a oferta de crédito no Brasil nos últimos anos teve uma evolução significativa passando de 31% do PIB em 2002 para 57% em 2010, de acordo com dados do Banco Mundial. Apesar dessa expressiva taxa de crescimento, o crédito no Brasil ainda apresenta baixa taxa de participação na economia quando comparado a outros países conforme demonstrado nos gráficos a seguir.

Participação do crédito do setor privado em relação ao PIB em 2010

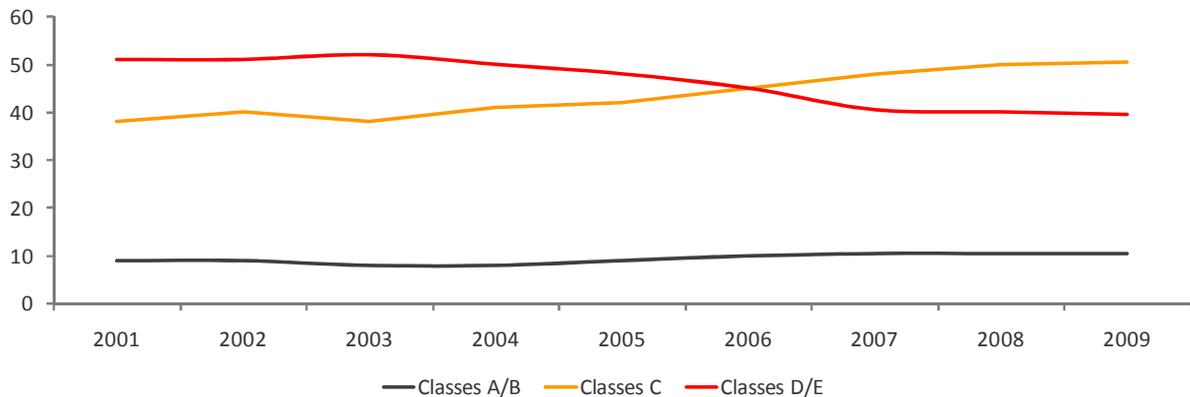


Fonte Banco Mundial

A distribuição de renda no país vem sendo favorecida tanto pela recente estabilidade econômica quanto pelo tripé “emprego-renda-crédito” mencionados anteriormente, e seus resultados refletem-se na expansão da Classe C decorrente da ascensão da Classe D e do segmento da população com renda mensal inferior a R\$751,00 (“Classe E”), conforme critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Segundo informações do Centro de Políticas Sociais da FGV, cerca de 29 milhões de pessoas ascenderam das Classes D/E e ingressaram na Classe C entre 2003 e 2009, que cresceu mais em termos proporcionais (2,5%) do que as demais classes, chegando a 95,4 milhões de brasileiros, o que corresponde a 50,5% da população.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Evolução das classes econômicas (em %)



Fonte: IBGE

Indústria Moveleira

Visão Geral

A indústria moveleira pode ser considerada uma indústria tradicional, sendo caracterizada basicamente pela elevada quantidade de empresas existentes no setor, elevado relacionamento com processos produtivos de diversas indústrias e ampla diversificação de produtos finais.

Ao que tange a diversificação industrial, o setor moveleiro diversifica-se essencialmente em função de três fatores:

- i) Matéria prima: madeira, metal, couro, plástico e outros;
- ii) Desenho físico dos móveis: indústria de móveis retilíneos – móveis com desenhos simples de linhas retas – e indústria de móveis torneados – apresentam elevado padrão de acabamento e desenhos mais complexos e elaborados; e
- iii) Destinação dos móveis: residencial e comercial.

Dado a elevada quantidade de empresas no setor, a concorrência no mercado internacional é dada basicamente em função dos preços, pois cada empresa é atomizada individualmente, sendo portanto tomadora, e não formadora de preço no mercado.

Nesse cenário, a eficiência na produção pode ser considerada como um dos principais fatores concorrenciais para o crescimento das empresas no setor. Além disso, o estilo e *design* das mercadorias, alinhados a estratégia de marketing, vêm recentemente mostrando-se como potenciais fatores estratégicos para aumentar a vantagem competitiva entre os concorrentes, agregando valor aos móveis comercializados e atraindo novos consumidores.

A história da indústria moveleira no Brasil

Visão Geral

Assim como em outros países, a indústria de móveis no Brasil também é constituída por um número significativo de empresas e com utilização intensiva de mão de obra. A título de ilustração, em 2009 (data dos dados mais recentes) existiam no Brasil mais de 24 mil empresas voltadas à produção de móveis, empregando aproximadamente 275,6 mil funcionários. Ainda

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

analisando dados desse período, é possível identificar uma concentração significativa de empresas com quadro funcional inferior a 100 funcionários (representam 98% do total).

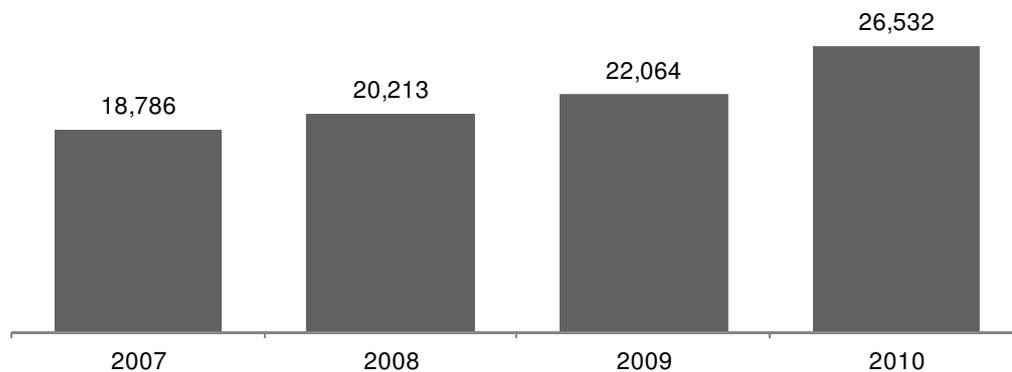
Quantidade de empresas e outras organizações da indústria moveleira

Faixas de pessoal ocupado total	Quantidade de empresas e outras organizações
De 0 a 4	14.117
De 5 a 9	4.510
De 10 a 19	2.812
De 20 a 49	1.750
De 50 a 99	482
De 100 a 249	268
De 250 a 499	77
De 500 a 999	37
Total de empresas	24.053

Fonte: IBGE, 2009

O faturamento anual da indústria moveleira apresentou crescimento de 41% no período de 2007 a 2010 – média de crescimento de 12,2% a.a. – atingindo um patamar de aproximadamente R\$26,5 bilhões em 2010, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Faturamento histórico das empresas do setor industrial moveleiro do Brasil (em milhões de Reais)



Fonte: Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI)

Estudos indicam que o aumento substancial da demanda interna pode ser explicado principalmente em função da elevação do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e da redução da taxa de juros nominal praticada no comércio, justificando o crescimento do faturamento da indústria de móveis no Brasil.

Além disso, acreditamos que a demanda do setor apresenta elevada relação com atividades econômicas que apresentam perspectivas positivas: (a) o setor imobiliário, uma vez que a demanda por móveis é fortemente ligada à entrega de imóveis novos, (b) o setor de varejo/consumo, considerando que o crescimento do consumo no Brasil abre espaço para a compra de bens duráveis e (c) o setor hoteleiro/corporativo, responsável pela demanda de móveis para atender às necessidades específicas de cada projeto. Esses setores são descritos com maior detalhamento em seções subsequentes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Produtos e Distribuição Geográfica Historicamente

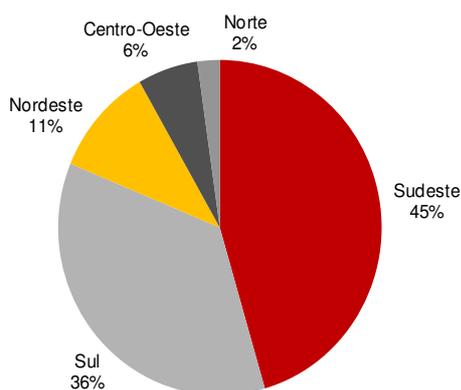
Apesar de diversificado, os móveis de madeira destinados ao uso doméstico representam a maior parte do mercado.

Investimentos em capacitação tecnológica na produção de móveis retilíneos tornaram-se cada vez mais frequentes, refletindo-se na superioridade tecnológica desse setor *vis-à-vis* os demais. Um dos polos nacionais de móveis retilíneos de madeira que pode ser destacado nesse contexto situa-se em Bento Gonçalves e caracteriza-se por ser um dos polos moveleiros de maior capacitação tecnológica e especialização em *design* do país.

Como função da necessidade de matéria-prima e, conseqüentemente, dos investimentos em tecnologia para melhorar a competitividade, um percentual substancial de empresas dessa região possui capacidade tecnológica acima da média do país.

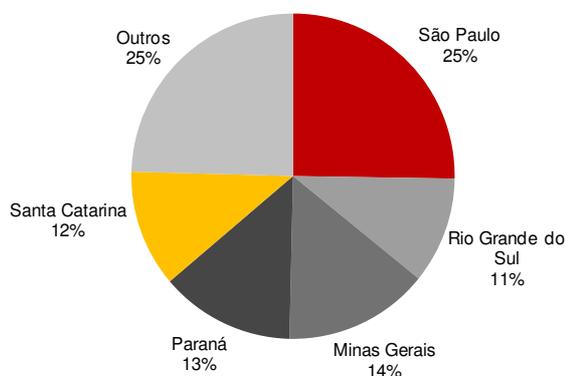
No que tange a distribuição geográfica, historicamente pode-se notar uma maior concentração das empresas da indústria moveleira nas regiões Sudeste e Sul, que representavam em conjunto aproximadamente 82% do total de empresas no país, como pode ser analisado através do gráfico abaixo:

Distribuição das empresas industriais moveleiras em 2009 por Região



Fonte: IBGE

Distribuição das empresas industriais moveleiras em 2009 por Estado

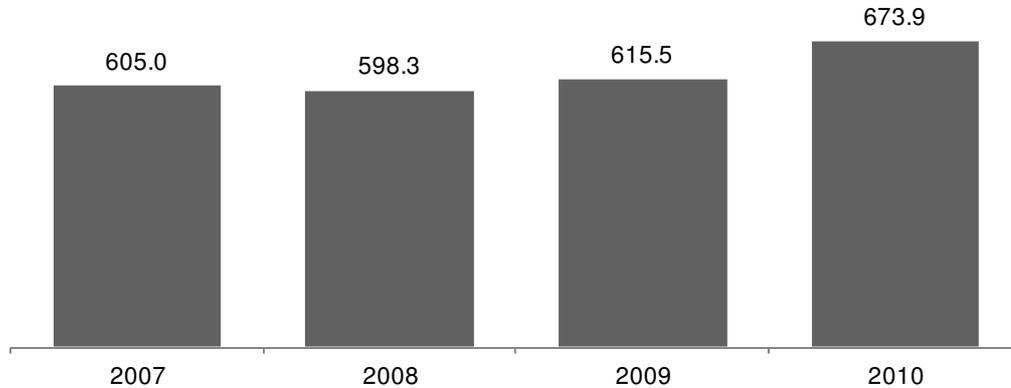


Fonte: IBGE

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

De acordo com dados do IEMI, os investimentos da indústria moveleira no Brasil em 2010 totalizaram aproximadamente R\$673,9 milhões, representando crescimento de 9,5% em relação ao ano de 2009 e 11,4% quando comparado a 2007.

Investimentos do setor moveleiro no período de 2007 a 2010 (em R\$ milhões)



Fonte: IEMI

Em função do elevado nível de investimento em renovação de parque tecnológico realizado pela indústria nos últimos anos, o volume de importações de máquinas realizado pelo setor moveleiro no Brasil no período de 2007 a 2010 apresentou crescimento de 44%, conforme destacado pela tabela abaixo:

Importações de máquinas no período de 2007 a 2010 (em milhões)

	2007	2008	2009	2010
Importações em US\$	78.3	112.5	90.9	112.4
<i>Taxa cambial</i>	<i>1.95</i>	<i>1.84</i>	<i>1.99</i>	<i>1.76</i>
Importações em R\$	152.5	206.8	181.1	197.8
<i>Part. nos investimentos totais</i>	<i>25%</i>	<i>35%</i>	<i>29%</i>	<i>29%</i>

Fonte: IEMI

Indústria Varejista

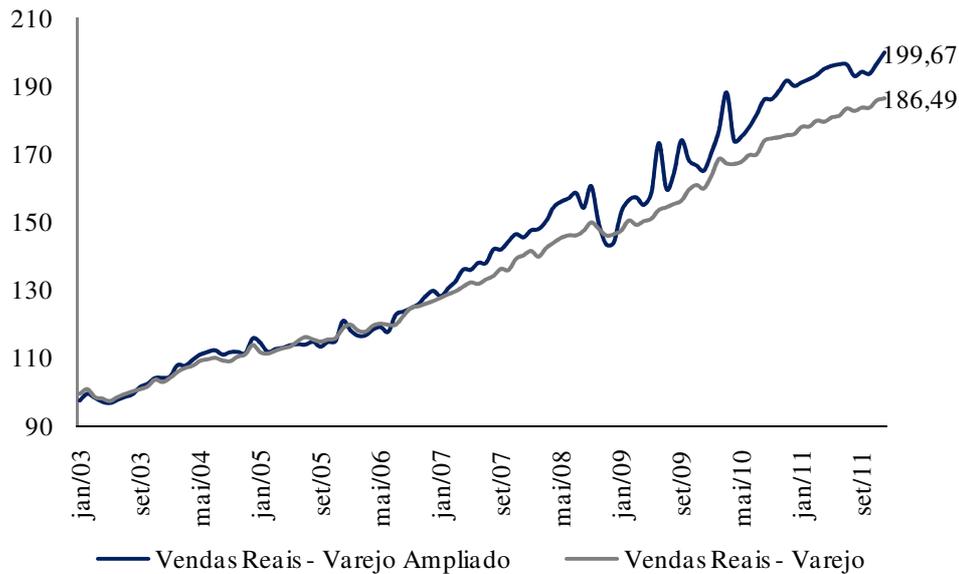
Comércio Varejista

De acordo com a última Pesquisa Mensal de Comércio, publicada em dezembro de 2011 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no país nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal é o comércio varejista, o varejo nacional obteve, em termos de volume de vendas, acréscimos da ordem de 6,7% no acumulado dos últimos 12 meses. No que se refere à receita nominal, os crescimentos foram de 10,1% com relação a igual mês de 2010 e de 11,5% no ano.

Evolução dos Índices de Vendas Reais no Varejo

Séries com Ajuste Sazonal (Base 100 em 2003)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

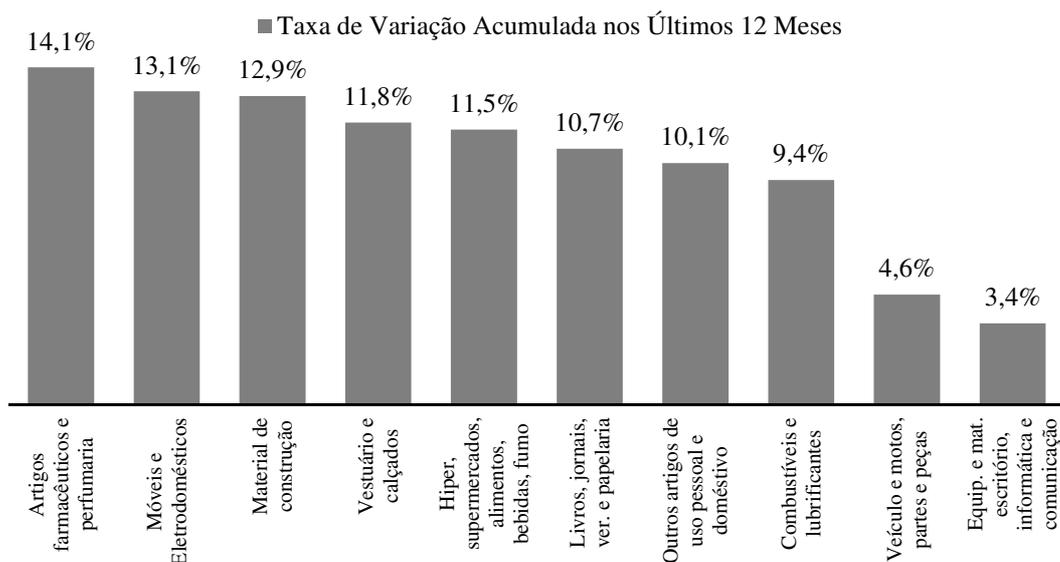


Fonte: IBGE

O índice de comércio varejista é um índice-síntese dos grupos de atividades cujas receitas provêm preponderantemente da atividade do varejo, divulgados para o Brasil e suas 27 Unidades da Federação, sendo: combustíveis e lubrificantes, supermercados, hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, vestuário, calçados e tecidos, móveis e eletrodomésticos, artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria e cosméticos, equipamentos e material para escritório, informática e comunicação, livros, jornais, revistas e papelaria e outros artigos de uso pessoal e doméstico. Já o índice de comércio varejista ampliado considera também o desempenho dos segmentos de veículos e motocicletas, partes e peças e de material de construção.

Na relação dez/11 x dez/10, as maiores variações em termos de receita ocorreram nas categorias de artigos farmacêuticos e perfumaria e de móveis e eletrodomésticos, as quais apresentaram crescimento de 14,1% e 13,1%, respectivamente.

Variação da Receita Nominal de Vendas - Últimos 12 Meses em Dezembro de 2011



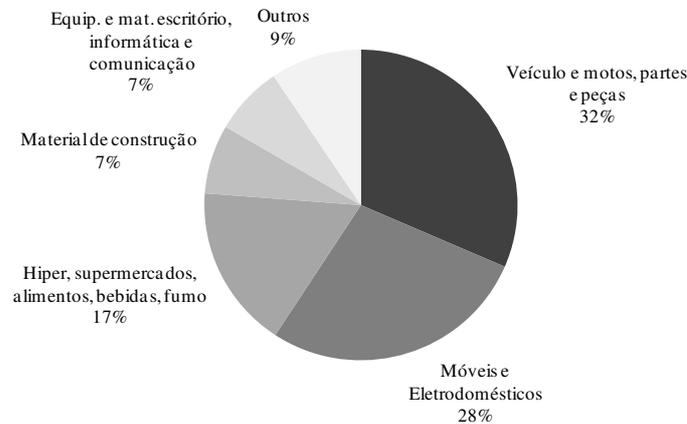
Fonte: IBGE

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nos últimos 12 meses, a categoria de móveis e eletrodomésticos apresentou a segunda maior contribuição relativa ao crescimento do volume de vendas nos últimos doze meses, de 28%, se considerado o comércio varejista ampliado.

Contribuição no Crescimento da Receita Nominal

Dez/2011 vs. Dez/2010 (Acumulado Últimos 12 Meses)



Fonte: IBGE

O Comércio Varejista de Bens Duráveis

O segmento varejista de bens duráveis abrange aqueles bens que não se esgotam no ato de sua utilização e são utilizados durante um período relativamente longo, como Móveis, Eletrodomésticos, Eletrônicos, Equipamentos de Informática, Brinquedos etc.

Nos últimos anos, o setor de eletroeletrônicos e móveis brasileiro teve um crescimento importante, apoiado pela estabilização da economia brasileira e melhoria dos índices salariais. Apesar da crise de 2008/09, o mercado deste segmento conseguiu recuperar suas vendas.

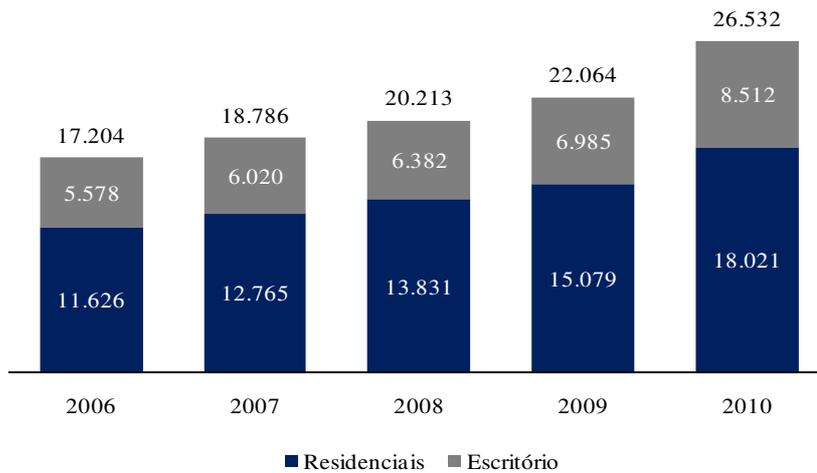
Mesmo com o grande aumento nas vendas dos últimos anos, acreditamos que o setor de eletroeletrônicos e móveis ainda possui um alto potencial de crescimento em função da baixa penetração de seus produtos nas classes de menor renda, que, emergentes na sociedade, tornam-se pensadas a adquirir bens de maior valor agregado.

O segmento de Utilidades Domésticas cresceu 14% em 2010, se comparado com o ano de 2009, com um faturamento de R\$15,3 bilhões e forte influência do crescimento do consumo interno, segundo dados preliminares da ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. Em 2011, segundo estimativas da mesma associação, espera-se que o setor tenha faturado R\$15,6 bilhões.

O setor de móveis tem apresentado um desempenho com taxas de crescimento expressivas, com as vendas do setor tendo variado a uma taxa média anual de 11,4% desde 2006, de acordo com dados divulgados no relatório “Brasil Móveis 2011” do IEMI – Instituto de Estudos e Marketing Industrial Ltda. No período de 2010, as vendas de móveis destinadas ao segmento residencial cresceram 19,5% se comparadas ao mesmo período de 2009. Já as vendas para o segmento corporativo, cresceram 21,9%, resultando em um crescimento do setor de 20,3%.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Faturamento total do setor industrial moveleiro (R\$ milhões)



Fonte: IEMI, Relatório "Brasil Móveis 2011"

As empresas varejistas atuantes no setor de bens duráveis adotam diferentes estratégias de mix de produtos e tamanho de lojas, com a convivência de concorrentes com os mais diversos tipos de pontos de venda, tais como lojas especializadas, lojas de departamento, hipermercados etc.

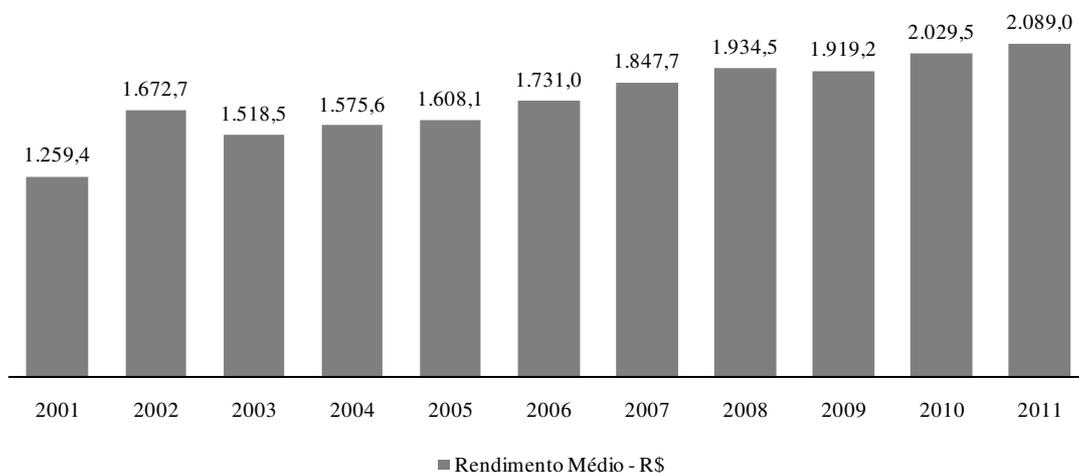
Os varejistas especializados tem aumentado a sua participação frente varejistas generalistas, pois aqueles, apesar do apelo de consumo por impulso dos hipermercados, oferecem uma equipe de vendedores treinados que prestam serviço de atendimento personalizado a seus clientes, podendo auxiliar na escolha do produto e oferecendo melhores condições de pagamento.

Mercado Consumidor

O crescimento do comércio varejista, tanto para bens duráveis e não duráveis, pode ser atribuído a diversos fatores, entre eles o potencial de consumo em ascensão no Brasil, devido a melhor distribuição de renda no País e ao aumento da renda da classe média.

O rendimento médio real efetivo das pessoas ocupadas, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou um crescimento de 66% entre dezembro de 2001 e dezembro de 2011.

Rendimento Médio Real Efetivo das Pessoas Ocupadas - Total (R\$)

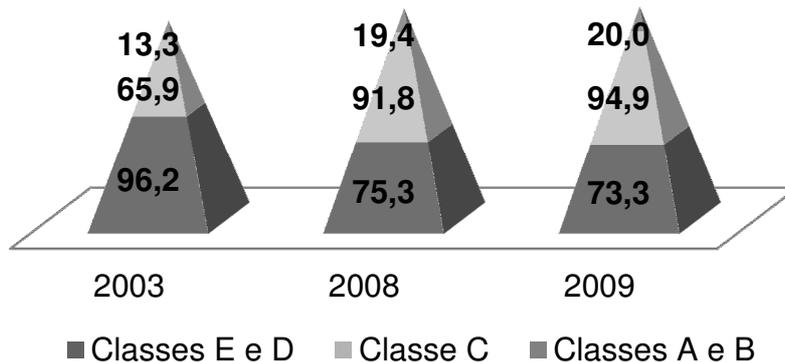


Fonte: IBGE

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No período de 2003 a 2009, foram adicionados cerca de 35,7 milhões de indivíduos nas classes econômicas A, B e C, cerca de 3,7 milhões a mais do que os 31,9 milhões adicionados no período entre 2003 e 2008. A base da pirâmide formada pelas classes D e E foi reduzida de 96,2 milhões em 2003 para 73,2 milhões em 2009, dos quais 2 milhões ainda no período da crise internacional. As pirâmides populacionais abaixo ilustram a evolução da população brasileira dividida nos diversos estratos econômicos.

Pirâmide Populacional Brasileira por Estratos Econômicos (milhões de pessoas)



O Setor Imobiliário do Brasil

A geração e o comportamento da demanda por habitações no longo prazo são explicadas principalmente por meio da evolução de alguns indicadores econômicos e sociais, tais como: (i) a disponibilidade de crédito, (ii) bônus demográfico, (iii) déficit habitacional e (iv) programas de incentivo governamentais.

Disponibilidade de Crédito

Atualmente, o crédito imobiliário no Brasil é disponibilizado através de dois principais sistemas, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), criado em meados da década de sessenta, e o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), instituído em 1997.

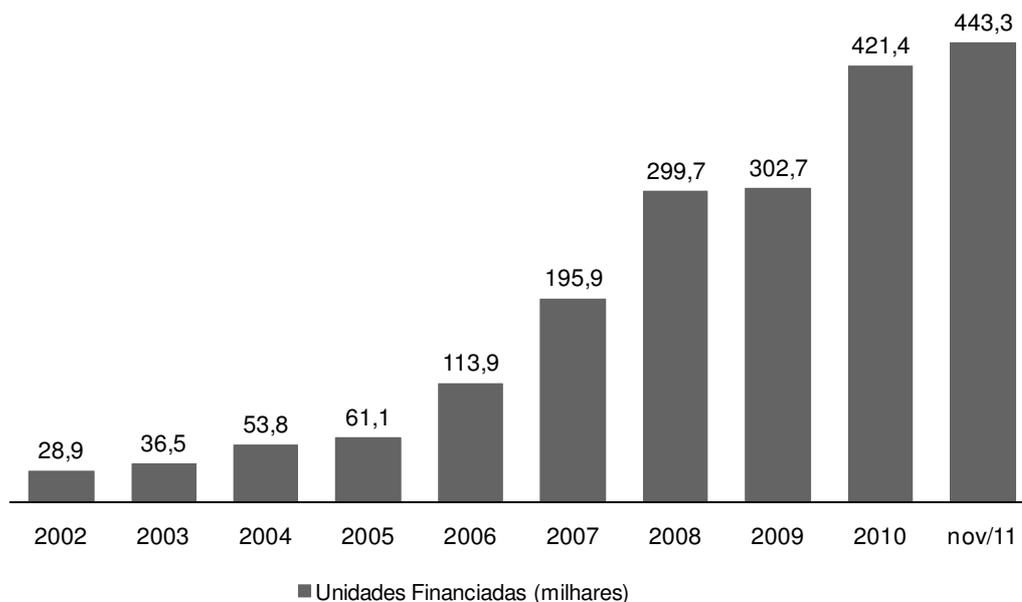
De acordo com a ABECIP – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, com a instituição da correção monetária, visando abrir o mercado para a colocação de títulos do governo e viabilizar financiamentos de longo prazo, foi possibilitada a criação de instrumentos de captação de recursos de prazos mais longos e os depósitos em caderneta de poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Por outro lado, viabilizou o crédito imobiliário. Características relevantes do SFI são a instituição de um novo título de crédito, o Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), afixação de regras para a criação de Companhias Securitizadoras, o procedimento para securitização de créditos imobiliários, a instituição do regime fiduciário sobre créditos imobiliários e a introdução, na legislação brasileira, da alienação fiduciária de imóveis, instrumento fundamental para a garantia efetiva das operações de financiamento imobiliário.

Entre 2001 e 2010, o saldo da poupança no Brasil cresceu, em média, 13,3% ao ano, de R\$97,1 bilhões para aproximadamente R\$300 bilhões em 2010. Até novembro de 2011, segundo dados da ABECIP, o saldo da poupança havia crescido para R\$327,6 bilhões.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

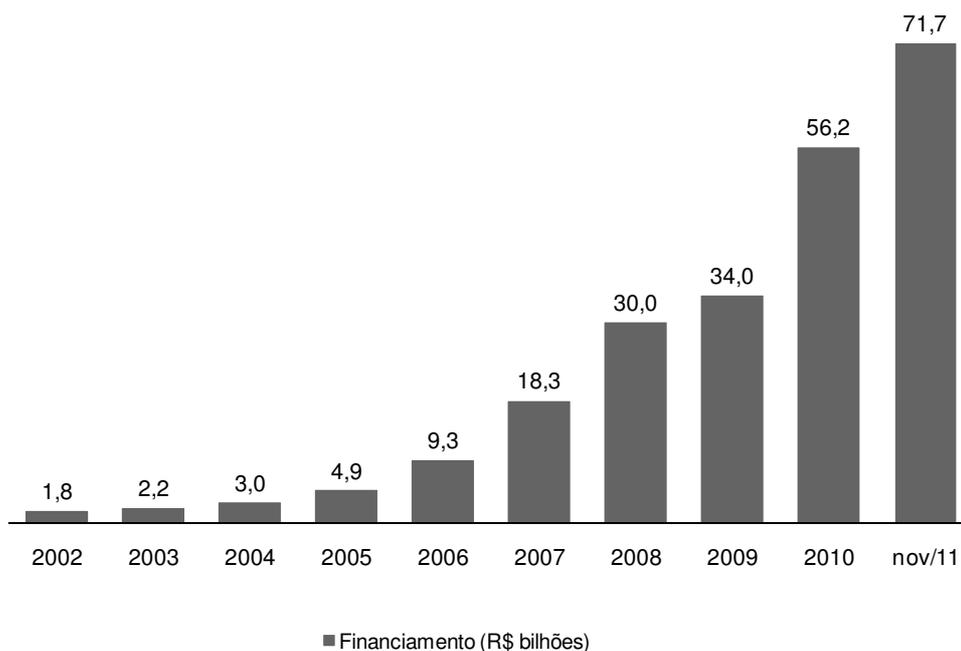
Os recursos contratados com caderneta da poupança podem financiar a construção e aquisição de unidades. Em termos de unidades, o financiamento com recursos do SBPE apresentou um crescimento médio anual de 39,8% entre 2002 e 2010. Até novembro de 2011, o número de unidades financiadas era equivalente a 105% do total em 2010. Em relação aos valores dos financiamentos, o crescimento foi 54,1% em média ao ano no mesmo período, atingindo R\$56,2 bilhões em 2010. Os recursos disponibilizados até novembro de 2011, no montante de R\$71,7 bilhões, eram equivalentes a 128% do total em 2010.

Unidades Financiadas com Recursos do SBPE (milhares)



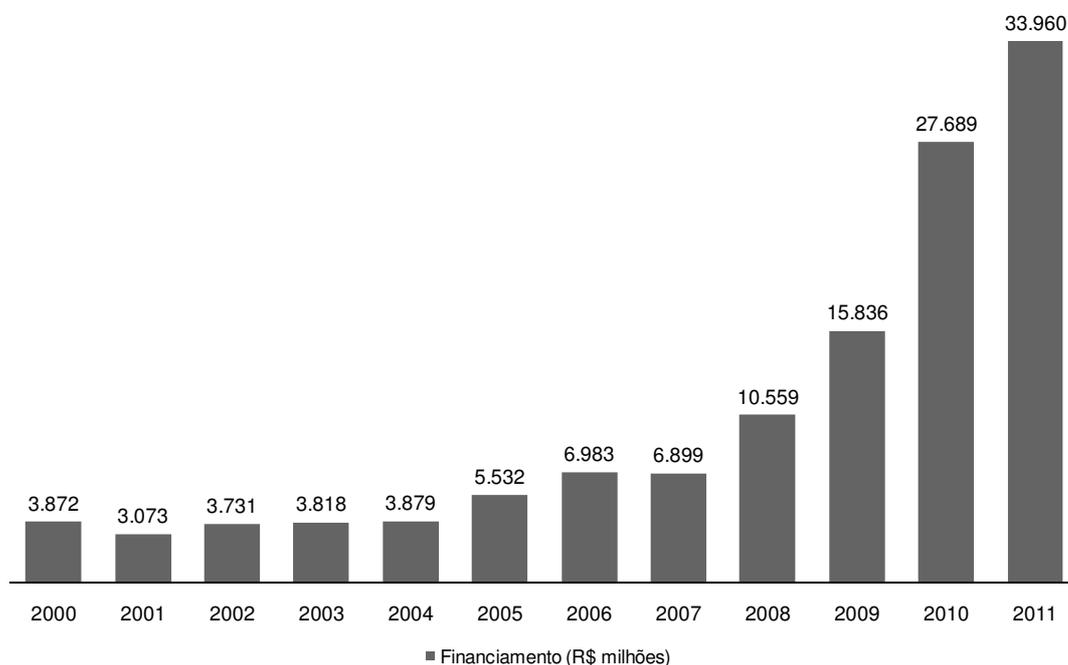
Fonte: SBPE

Valores Financiados com Recursos do SBPE (R\$ milhões)



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Financiamentos com Recursos do FGTS (R\$ milhões)



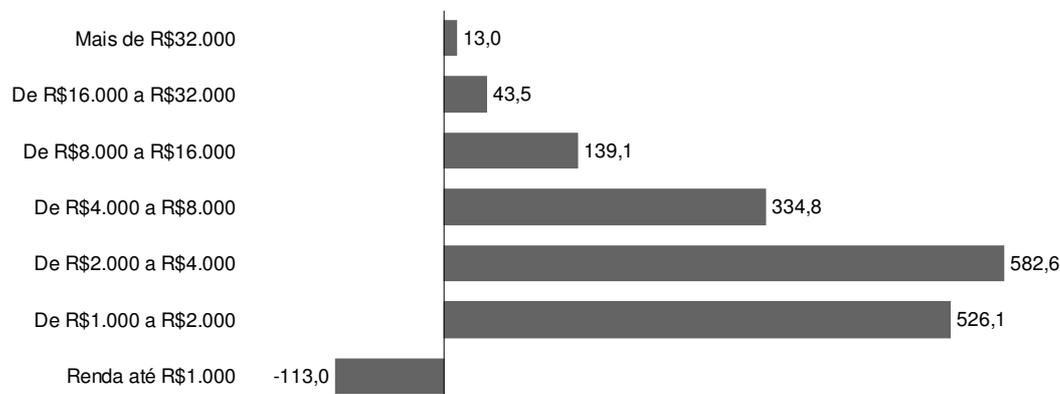
Fontes: Caixa Econômica Federal, CBIC

Bônus Demográfico

A demanda por habitações no longo prazo são explicadas principalmente, por meio da evolução de quatro indicadores sociais: a taxa de crescimento da população, a parcela de jovens na população, o número de pessoas por moradias e a expansão da renda familiar.

De acordo com estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (“FGV”) e Ernst & Young, há um aumento na demanda por habitações, dados o crescimento da população e a formação de novas famílias. O número de famílias brasileiras em 2007 era de 60,3 milhões, com uma população de 189,1 milhões. Estima-se que, em 2030, o número de famílias atinja 95,5 milhões, correspondendo a 233,6 milhões de pessoas. Este crescimento corresponde a uma formação média anual de aproximadamente 1,5 milhão de novas famílias.

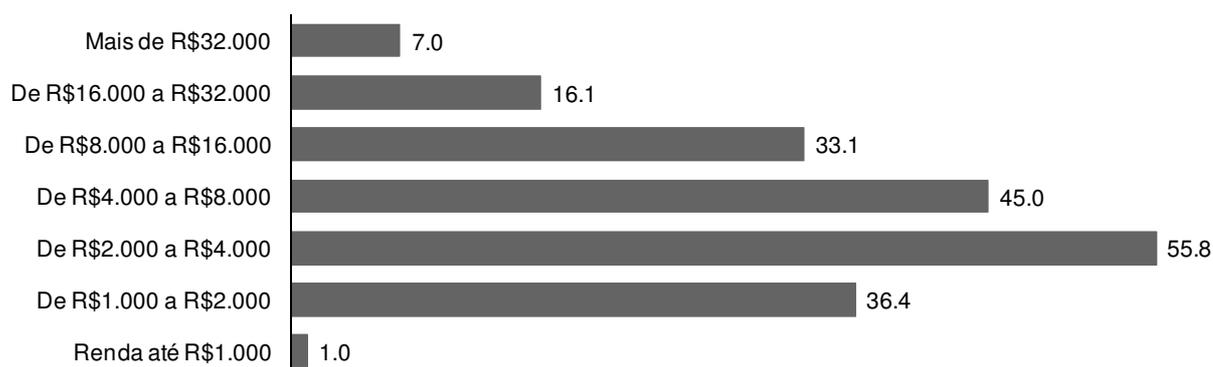
Média de Novas Famílias por Ano por Classe de Renda (por Domicílio, Mensal) (milhares)



Fonte: IBGE, FGV/Ernst & Young

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

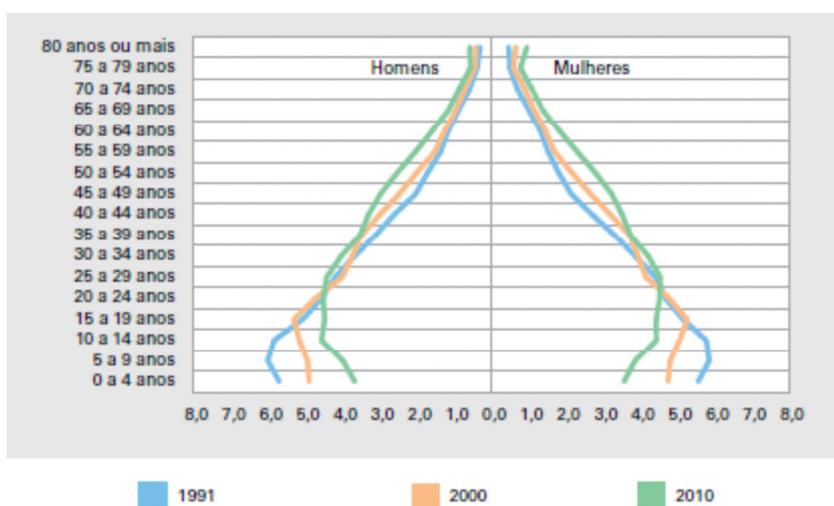
Investimento anual total em novas moradias por faixa de renda entre 2008 e 2030



Fonte: IBGE, FGV/Ernst & Young (“Brasil sustentável - Potencialidades do mercado habitacional”)

O percentual de jovens (15 a 29 anos) na população brasileira é bastante elevado. Em 2007, aproximadamente 51 milhões de pessoas se encontravam nessa faixa de idade, o que representava 27,3% da população de acordo com o IBGE. À medida que a parcela jovem da população envelhece, há um aumento da demanda por moradias. Em 2030, o Brasil deverá ter aproximadamente 38,4% de sua população com idade entre 25 e 49 anos, segundo dados do IBGE.

Pirâmide Etária - Composição da população residente total, por sexo e grupos de idade - Brasil - 1991/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

Segundo o Censo Demográfico 2010 publicado pelo IBGE, tem-se que o crescimento absoluto da população do Brasil nestes últimos dez anos se deu principalmente em função do crescimento da população adulta, com destaque também para o aumento da participação da população idosa. A evolução da estrutura etária observada nas pirâmides nos sugere também que, confirmadas as tendências esperadas de mortalidade e fecundidade, a população do Brasil tende a dar continuidade a esse processo de envelhecimento.

O estudo “Demanda futura por moradia no Brasil 2003 – 2023” publicado pelo Ministro de Estado das Cidades em 2009, apresenta uma projeção da demanda demográfica por domicílios estimando, em 2023, um estoque de 80,2 milhões de domicílios. Esse total é 40% maior que o

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

estoque estimado para 2008, com crescimento médio de 2,28% ao ano no período compreendido entre 2008 e 2023.

Programas de Incentivo Governamentais

No final de março de 2010, o Governo Brasileiro lançou a segunda etapa do PAC (“Programa de Aceleração do Crescimento”). A iniciativa prevê investimentos de R\$1,59 trilhão entre 2011 e 2014 em áreas de alta sensibilidade social, como moradia e saúde. Segundo cronograma, a segunda etapa do PAC tem previsão de investimento em obras de R\$958,9 bilhões entre 2011 e 2014. No período pós-2014, a estimativa de injetar mais R\$631,4 bilhões em obras – totalizando o R\$1,59 trilhão. Os focos são os mesmos da primeira etapa, iniciada em 2008: logística, energia e núcleo social-urbano.

Essas três frentes foram divididas em seis grupos: “Cidade Melhor”, “Comunidade Cidadã”, “Minha Casa, Minha Vida”, “Água e Luz para Todos”, “Energia e Transportes”. O programa “Minha Casa, Minha Vida”, nesta segunda fase, prevê investimentos da ordem de R\$72 bilhões, a serem desembolsados entre 2011 e 2014. A meta da segunda fase é a construção de 2 milhões de moradias, sendo 60% delas para atender a faixa de renda até 3 salários mínimos, 30% para a faixa de 3 a 6 salários mínimos, e 10% para a faixa de 6 a 10 salários mínimos.

Informações sobre o Setor Hoteleiro no Brasil

Com a criação da divisão de negócios denominada Unicasa Corporate, em janeiro de 2010, voltada para atender a demanda por móveis modulados de incorporadoras, empresas do segmento hoteleiro e de construção civil, a dinâmica do Setor Hoteleiro no Brasil passou a ser uma das referências para o potencial de crescimento desse novo negócio, impulsionado nos próximos anos, principalmente, pelos investimentos esperados no segmento de hotelaria em decorrência da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Descrição do Setor

A indústria hoteleira brasileira ainda pode ser considerada muito fragmentada, uma vez que somente 26,8% dos quartos de hotéis no mercado pertencem a redes hoteleiras. No critério de número de hotéis, a participação detida por redes hoteleiras é ainda menor: 7,7%.

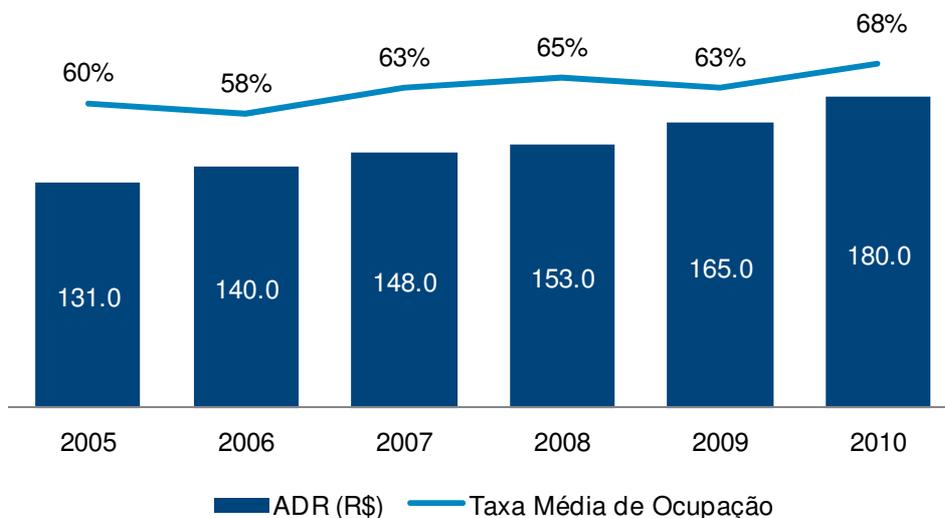
Hotéis e Flats inaugurados até julho/2011

Tipo	Número de Hotéis	Participação	Quartos	Participação
Hotéis e flats de cadeias nacionais	370	3.9%	53,137	11.8%
Hotéis e flats de cadeias internacionais	365	3.8%	67,150	15.0%
Hotéis independentes com até 20 quartos	3,488	36.5%	38,545	8.6%
Hotéis independentes com mais de 20 quartos	5,341	55.8%	290,040	64.6%
Total	9,564	100.0%	448,872	100.0%

Fonte: Jones Lang LaSalle Hotels - Hotelaria em Números 2011

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Valor da diária média e taxa de ocupação*

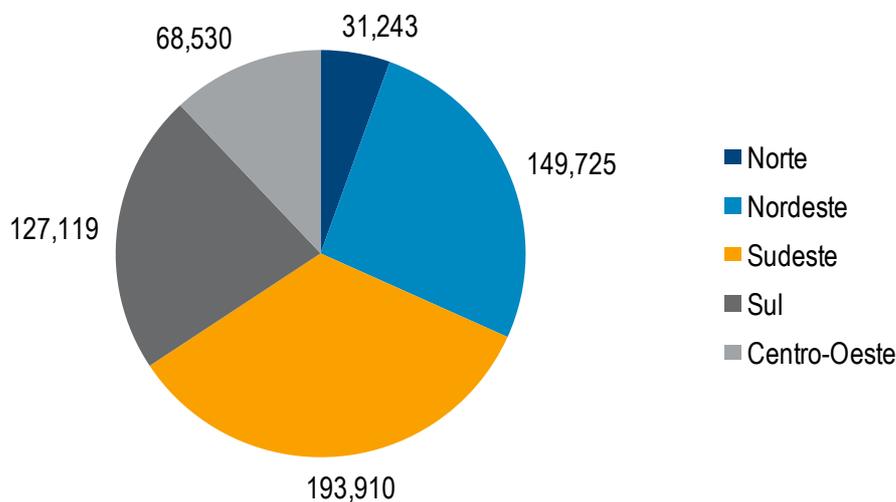


Fonte: Jones Lang LaSalle Hotels - Hotelaria em Números 2011

*Considera médias para hotéis e flats urbanos

Com relação à distribuição geográfica da indústria hoteleira no Brasil, os investidores hoteleiros estão se concentrando em explorar oportunidades principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e outras cidades que apresentam mais de um milhão de residentes. A região Sudeste lidera em número de leitos hoteleiros, seguida pela região Nordeste e pela região Sul. As regiões Centro-Oeste e Norte são as que possuem menor número de leitos.

Distribuição geográfica do número de leitos



Fonte: Anuário Estatístico de Turismo de 2011

Na última década o governo brasileiro tem dado maior atenção ao setor, com a criação do ministério do Turismo em 2003 e a aprovação, em janeiro de 2010, de uma linha de crédito especial do BNDES para o setor de turismo visando a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Denominado BNDES ProCopa Turismo, o programa tem como objetivo financiar a construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis de forma a aumentar a capacidade e qualidade de hospedagem em função da Copa do Mundo de 2014. Com uma linha de crédito de R\$2 bilhões, esta linha oferece uma taxa de juros anual que varia de acordo com o tipo de operação (direta ou indireta), a qual pode ser composta pelos seguintes componentes: custo financeiro (80% TJ-462 e 20% Cesta ou UMIPCA ou TS ou TJ3 ou TJ6), remuneração básica do BNDES (1,8% a.a.), taxa de risco de crédito (até 3,57% a.a., conforme o risco de crédito do cliente), taxa de intermediação financeira (taxa de 0,5% a.a. apenas aplicável para grande empresa) e remuneração do agente financeiro (negociada entre o agente financeiro e o cliente). O prazo total para amortização do financiamento é de 10 anos para projetos de construção de novos empreendimentos e de 8 anos para projetos de ampliação, reforma e modernização.

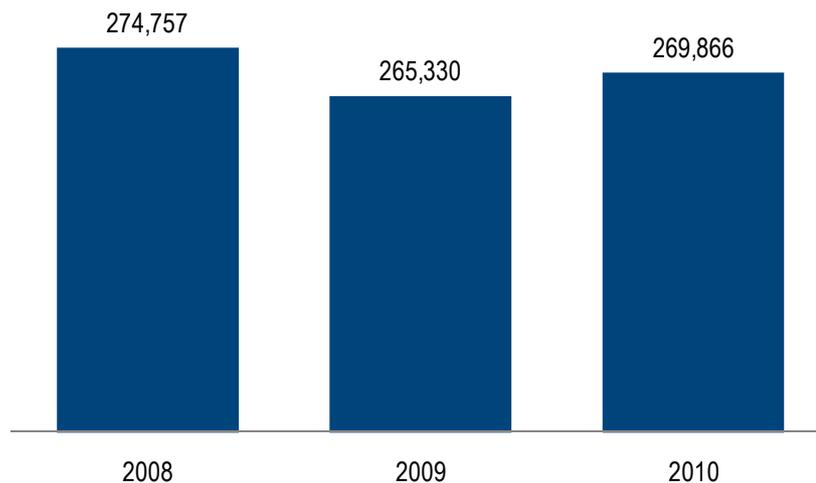
Há, ainda, linhas de financiamento alternativas com os subprogramas BNDES ProCopa Turismo – Hotel Sustentável e BNDES ProCopa Turismo – Hotel Eficiência Energética, de tal forma que a operação inicialmente deverá ser contratada nas condições do programa BNDES ProCopa Turismo e posteriormente o contratante poderá obter as condições do financiamento do subprograma, se atingidos os pré-requisitos. Diante da grande demanda por essa linha de crédito o BNDES poderá elevar para R\$2 bilhões os recursos oferecidos.

Nesse panorama de investimento na indústria hoteleira com a construção e reforma das unidades, há boas perspectivas para o setor de móveis modulados. A Unicasa, através do segmento Unicasa Corporate, é voltada para projetos corporativos com foco no segmento hoteleiro e imobiliário comercial. Um segmento focado nesses projetos específicos mantém alta qualidade e velocidade na entrega, podendo assim se beneficiar da boa perspectiva do setor hoteleiro.

Crescimento Histórico do Setor

Segundo o Ministério do Turismo, a oferta hoteleira brasileira de número de quartos teve crescimento de 1,7% em 2010 com relação a 2009, mas ainda se encontra abaixo do número atingido em 2008.

Evolução do número de leitos



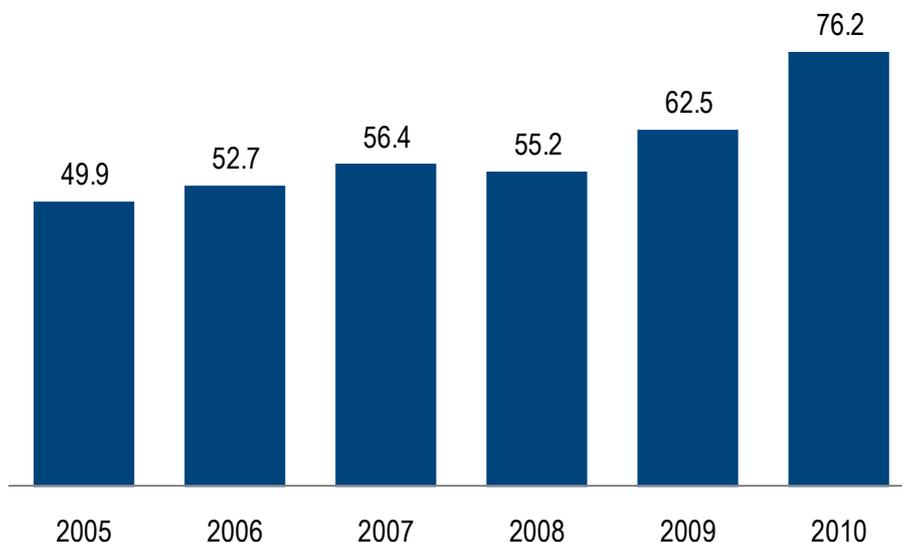
Fonte: Anuário Estatístico de Turismo de 2011 e 2010

Um dos fatores chave de influência na dinâmica do setor hoteleiro é o número de desembarques nacionais e internacionais de passageiros, os quais cresceram em média 8,8% ao ano entre 2005

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e 2010. O número de desembarques de voos nacionais e internacionais em 2010 foi de 76 milhões*.

Número de desembarques nacionais e internacionais em aeroportos brasileiros (milhões de passageiros)



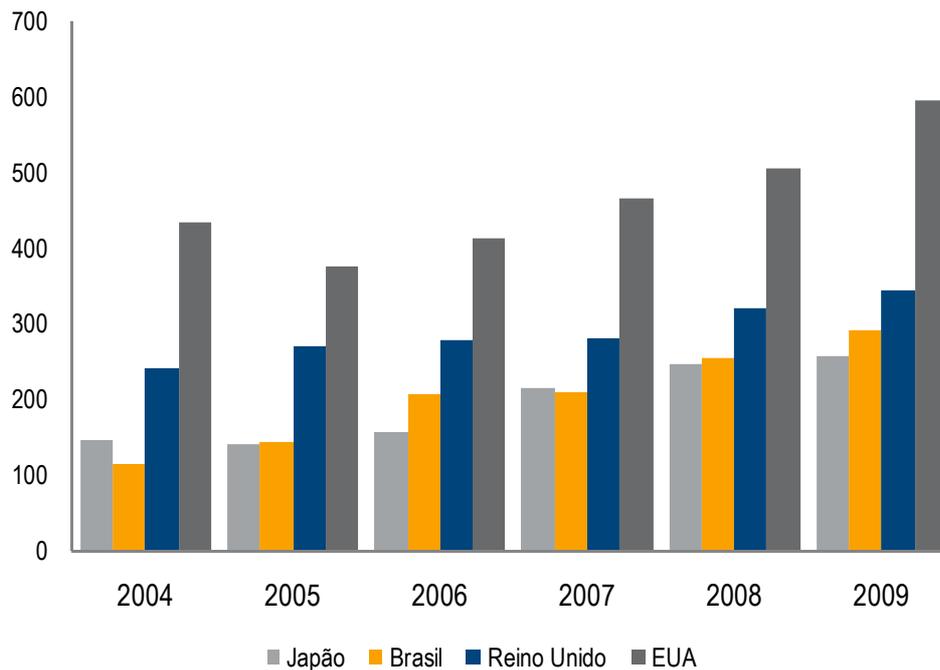
* Incluem passageiros residentes e não residentes no Brasil

Fonte: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

Há ainda outros parâmetros favoráveis à indústria de hotéis brasileira. O número de eventos internacionais realizados no Brasil mais do que dobrou entre 2004 e 2009. Se comparado com países como EUA, Reino Unido e Japão, por exemplo, o Brasil foi o país que apresentou a maior taxa de crescimento no número de eventos internacionais realizados nesse período e sediou mais eventos que o Japão em 2008.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Número de eventos realizados por ano



Fonte: Anuário Estatístico de Turismo de 2010

O setor hoteleiro foi um setor de rápida recuperação no período pós-crise. Segundo a consultoria Jones Lang LaSalle entre 2008 e 2009, apesar do crescimento das receitas de hospedagem, o total das receitas caiu aproximadamente 2%, com a queda na taxa média de ocupação. Em contrapartida, de acordo com a STR Consultoria, a receita da indústria hoteleira brasileira em reais teve crescimento de 18,9% entre 2009 e 2010.

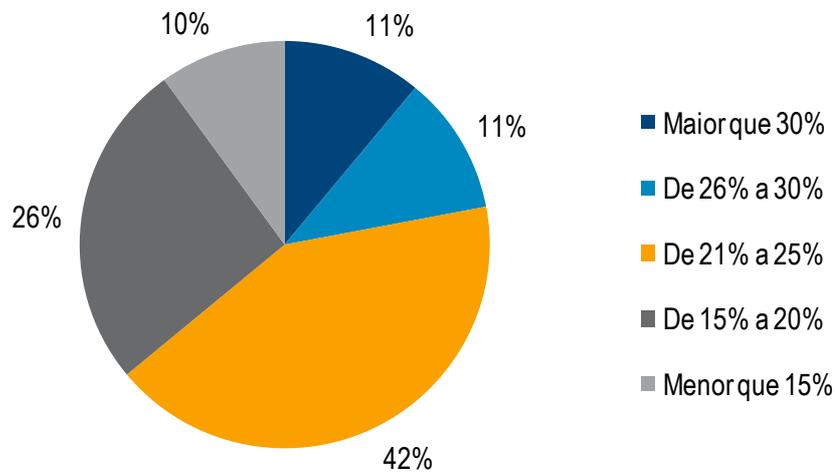
Projeções do Setor

De acordo com a consultoria Jones Lang LaSalle o Brasil apresenta o mercado hoteleiro mais atrativo da América do Sul. A RevPAR (Receita por Quarto Disponível) cresceu mais de 17% em 2010 e estudos do FOHB (Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil) indicam que o RevPAR dos hotéis afiliados a esta associação cresceu aproximadamente 32,5% em relação ao mesmo período de 2010.

Segundo estudo da Ernst & Young, o Brasil poderia receber cerca de US\$ 1 bilhão em investimentos no setor nos próximos dois anos, sendo que 42% dos investidores esperam retornos anuais entre 21% e 25% nos investimentos hoteleiros no Brasil nos próximos 12 a 24 meses. Abaixo apresentamos as taxas de retorno anual esperadas pelos investidores na indústria hoteleira no Brasil.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Distribuição das taxas de retorno esperadas pelos investidores



Fonte: Ernst & Young

Por ser altamente fragmentada, apresentar perspectivas de crescimento e pequena participação de redes internacionais, a indústria hoteleira no Brasil é atrativa para investidores que encontram nesse mercado ótimas oportunidades. Além disso, segundo um estudo conjunto feito entre a Ernst & Young e a Fundação Getúlio Vargas sobre o impacto socioeconômico da Copa do Mundo de 2014, o Brasil apresenta um déficit de aproximadamente 62 mil quartos de residência temporária.

Segundo o ex-ministro do Turismo, Luiz Barreto, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos são excelentes oportunidades para aumentar o número de leitos no Brasil e melhorar a qualidade de nossa rede hoteleira.

De acordo com a consultoria Jones Lang Lasalle, os projetos hoteleiros previstos para as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 somam R\$2,4 bilhões em investimentos estimados para 92 novos estabelecimentos até 2014. Para 2011, foram previstas as aberturas de 66 hotéis nas cidades sede, aumentando a oferta de quartos em 11.157 unidades.

Dentro desse cenário de crescimento da rede hoteleira e mercado fragmentado, acreditamos que existe uma boa perspectiva para o crescimento da participação das grandes redes hoteleiras dentro da indústria com a construção de novas unidades. As maiores administradoras hoteleiras do país apresentada abaixo representam sólida demanda potencial para a divisão *corporate* da Unicasa.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Administradora Hoteleira*	Número de Hotéis	Número de Quartos
1 Accor	122	21,028
2 Atlantica	77	12,876
3 BHG Brazil Hospitality Group	32	5,807
4 Blue Tree	25	4,172
5 Allia Hotels	37	4,009
6 Nacional Inn	34	3,985
7 Transamérica	21	3,523
8 Meliá Hotels	14	3,391
9 Windsor	10	2,819
10 Hotéis Slaviero	20	2,772
11 Bourbon	11	2,673
12 Othon	19	2,594
13 InterCity	17	2,259
14 Posadas	11	2,124
15 IHG	6	2,088
16 Vila Galé	6	2,055
17 Bristol Hotelaria	17	2,043
18 Nobile	15	1,887
19 Estanplaza	12	1,755
20 Travel Inn	22	1,589

Fonte: Jones Lang LaSalle Hotels - Hotelaria em Números 2011

*Inclui hotéis e flats inaugurados até julho de 2011 e considera administradoras que possuem mais de 600 apartamentos.

(i) participação em cada um dos mercados

A grande pulverização do mercado varejista de móveis e do mercado industrial de móveis não nos permite afirmar nosso percentual de participação no setor. Somos, no entanto, segundo a edição “1.000 Maiores & Melhores” de Julho de 2011 da Revista Exame², líderes do setor de móveis planejados no Brasil em termos de faturamento e rentabilidade.

(ii) condições de competição nos mercados

O setor em que atuamos conta com grande número de participantes, tendo apresentado nos últimos anos um nível alto de competição em todas nossas divisões. Atualmente, a rede varejista de móveis no país é composta em sua maioria por lojas exclusivas, autorizadas, multimarcas e magazines. Nesse sentido, nossa concorrência é fragmentada, contemplando desde empresas regionais e locais que atendem como marcenarias até empresas de mobiliário solto e planejado de alcance nacional. Assim, existem diferentes nichos de concorrentes locais que operam em cada mercado que atuamos, providenciando soluções variadas para as Classes A, B, C e D, os setores de construção civil e hoteleiro, e o mercado internacional. Embora existam pequenos concorrentes locais e regionais, acreditamos que somos um dos maiores produtores de móveis planejados no Brasil.

Todavia, acreditamos que nos diferenciamos de nossos concorrentes, perante os consumidores, pela excelência de nossos produtos, nosso portfólio de marcas fortes e abrangentes, nossa ampla rede de distribuição no Brasil e no exterior, nosso eficiente modelo de treinamento de revendedores e nossa tecnologia de ponta com alta produtividade e capacidade de entrega, destacando-se nosso comprometimento, cumprimento de prazos e padrões elevados de qualidade.

² Edição 995-E.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nos diversos segmentos de consumo abrangidos por nossas marcas, podemos citar como nossos principais concorrentes:

- Dell Anno e Favorita (Classes A e B): concorrem exclusivamente por meio de nossas revendas exclusivas. Os principais concorrentes dessas marcas são marcas nacionais como Formaplas, Florense, Ornare, Kitchens, Todeschini, SCA e Evviva Bertolini, que, em regra, estão estabelecidas no mercado há décadas.
- New (Classe C): concorre principalmente por meio de revendas exclusivas. Os principais concorrentes dessa marca são marcas nacionais como Itálínea e Bentec, que entraram no mercado recentemente.
- Telasul (Classe D): concorre principalmente por meio de Pontos de Venda Multimarcas. Por se tratar de produtos com menor valor de vendas, os concorrentes dessa marca são, principalmente, empresas de pequeno porte e micro empresas localizadas em todo o território nacional em grande quantidade.

Adicionalmente, acreditamos que a criação da nossa divisão de negócios Unicasa Corporate foi um movimento pioneiro. Nesse sentido, as nossas concorrentes nessa divisão de negócios serão, principalmente, as marcas mencionadas anteriormente, quando as mesmas se estruturarem para atuar nesse segmento.

Por fim, acreditamos que os concorrentes existentes nos mercados para os quais exportamos nossos produtos não apresentam ameaças significativas aos nossos resultados, devido ao valor relativamente pequeno da nossa receita decorrente da exportação de nossos produtos. Além disso, até a data deste Formulário de Referência não havíamos identificado concorrentes internacionais significativos que pretendam entrar no mercado brasileiro.

(d) eventual sazonalidade

As nossas operações não são influenciadas por fatores de sazonalidade. Não obstante, o mercado moveleiro é mais suscetível aos movimentos de mercado que reaquecem a economia a partir do segundo semestre do ano, decorrentes da programação em torno do 13º salário e festas de final de ano. Nesse sentido, a demanda por nossos produtos é maior no segundo semestre de cada ano, sendo que em geral nossas vendas durante o ano ficam distribuídas em torno de 55,0% no segundo semestre e 45,0% no primeiro semestre.

(e) principais insumos e matérias primas

A tabela abaixo demonstra a estimativa de participação, em 31 de dezembro de 2011, dos principais insumos e matérias-primas utilizados em nosso processo de produção em relação ao custo total (CPV) dos módulos fabricados por nossa empresa:

Material	% Participação
Chapas MDF	40,0%
Chapas MDP	17,0%
Portas em Alumínio	11,0%
Puxadores Metálicos	7,0%
Material de Embalagem	7,0%
Bordas de Papel/ABS	5,0%
Acessórios Diversos*	13,0%
Total	100,0%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

*Acessórios integrantes dos módulos (tambor mini fix, puxadores, corrediças, dobradiças, aramados, ferragens, cavilha, parafusos, dentre outros)

O critério adotado para a elaboração dessa tabela, tem como elemento principal a composição média dos módulos de móveis vendidos, baseada em ficha técnica dos produtos.

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;

Como regra geral, mantemos relacionamentos de longo prazo com nossos fornecedores. Não celebramos acordos que criam obrigações de compra para nós ou conferem exclusividade, a fim de manter nossa liberdade de contratar o fornecedor mais adequado, com base nos preços, qualidade, termos e condições de entrega dos produtos.

O desenvolvimento inicial do relacionamento com fornecedores e o processo de seleção são feitos por meio da análise dos materiais e insumos que os mesmos produzem, da verificação da capacidade de atender às nossas necessidades e da sua idoneidade. Todos os insumos são submetidos a testes no laboratório do nosso Departamento de Engenharia, para simulações práticas de protótipos e processos de produção. Após a aprovação dos insumos pelo referido departamento, o fornecedor será credenciado e cadastrado para atender às nossas demandas.

Nossas relações com fornecedores não estão sujeitas a nenhum tipo de controle ou regulamentação governamental específica.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores;

Conforme visto acima, nossos principais insumos são as chapas de MDP e MDF. Embora existam vários fornecedores que disponibilizam referidos insumos, atualmente adquirimos os mesmos de três grandes fornecedores, dos quais somos clientes há mais de dez anos.

(iii) eventual volatilidade de seus preços.

O custo dos insumos representa parcela significativa do nosso custo de produção e pode variar em decorrência da inflação e do desequilíbrio entre oferta e demanda. Adicionalmente, não celebramos contratos de fornecimento de matérias primas e insumos, sendo que os preços são definidos a cada negociação periódica, não havendo, portanto, bases pré-estabelecidas de reajustes de preços.

Considerando que compramos em grandes volumes e com programação antecipada, temos condições de obter, junto aos nossos fornecedores, preços altamente competitivos.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes dos clientes

Nossa base de clientes é pulverizada, de forma que nenhum dos nossos clientes, individualmente, é responsável por mais de 10% da nossa receita líquida de vendas.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, pois não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de nossa receita líquida de vendas.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Não temos necessidade de obter autorizações governamentais específicas para o desenvolvimento de nossas atividades.

Não obstante, a instalação, a ampliação da planta e a operação das nossas unidades de produção estão sujeitas à obtenção de licenças ambientais. O licenciamento é um dos instrumentos de gestão ambiental estabelecidos pela Lei n.º 6938, de 31 de agosto de 1981, também conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

O licenciamento é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente analisa a localização, instalação, ampliação e a operação do projeto e estabelece as condições para o seu desenvolvimento mediante a concessão de licenças específicas:

- Licença Prévia – exigem-se requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização, instalação e operação do projeto, observadas as normas de uso e ocupação do solo. É solicitada durante a fase preliminar de planejamento do projeto;

- Licença de Instalação – compreende a análise do projeto, de obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais. Deve ser solicitada na fase de implantação do projeto;

- Licença de Operação – tem por objetivo autorizar o início das atividades e funcionamento dos sistemas de controle ambiental apresentados durante o processo de licenciamento. Deve ser solicitada na fase de início da operação do empreendimento.

A ausência de licenças ambientais pode acarretar aplicação de sanções administrativas e criminais. No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de simples advertência até aplicação de multa no valor de R\$500,00 a R\$10.000.000,00. No âmbito criminal, pode ocorrer a responsabilização da pessoa jurídica, independentemente da responsabilização das pessoas físicas que concorreram para a prática do crime ambiental.

A realização de atividades potencialmente poluidoras enseja, ainda, o registro junto ao Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras do IBAMA e o recolhimento da Taxa de Fiscalização Ambiental – TCFA.

Apenas nossa Unidade de Bento Gonçalves, localizada na Rodovia RSC 470, Km 121, 930, bairro de São Vendelino, Bento Gonçalves/RS, exerce atividade potencialmente poluidora e está sujeita ao licenciamento ambiental. A unidade possui todas as licenças necessárias válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes. Adicionalmente, estamos cadastrados no IBAMA e estamos em dia com as obrigações decorrentes deste cadastro.

Adicionalmente, nossa unidade de produção está sujeita à regulamentação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (“CREA-RS”), conforme registro n.º 182372 de 07/10/2011 e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (“INMETRO”). Deste modo, fomos notificados a obter para cada uma das nossas unidades produtivas o Certificado de Registro de Pessoa Jurídica e de Responsabilidade Técnica junto ao CREA, bem como observar o Regulamento Técnico do INMETRO, especificamente em relação ao Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade.

Ainda, operamos segundo as normas e regulamentos do “INMETRO”. Não possuímos cadastro e certificados do órgão, tendo em vista que os produtos fabricados por nós não exigem certificações específicas por se tratarem de módulos para móveis, que estão liberados, e são de domínio comum entre os produtores de móveis. O único produto que comercializamos e que necessita certificação específica do “INMETRO” é o berço para crianças, introduzido em nosso portfólio de produtos no ano de 2011, o qual adquirimos de um fornecedor terceirizado que possui certificação para produção e venda de tal produto.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A legislação ambiental estabelece padrões que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, tais como o gerenciamento dos efluentes industriais, o manejo e a destinação final de resíduos sólidos, bem como o controle das emissões atmosféricas e de ruído. A violação aos padrões legais de qualidade ambiental e a degradação ambiental podem sujeitar o poluidor a sanções de natureza administrativa, cível e criminal.

Devido ao fato de a responsabilização ambiental ser objetiva e solidária entre poluidores diretos e indiretos, as sanções por violação das normas ambientais podem ser estendidas a nós, mesmo nos casos em que o dano não tenha sido diretamente causado pela empresa.

Estamos cientes das nossas responsabilidades e, em razão disso, somos diligentes em nossas atividades para a preservação do meio ambiente e observamos a legislação brasileira sobre o tema. Adotamos práticas de controle preventivo e, constantemente, investimos em ações visando a minimizar os impactos gerados, seja por meio do tratamento de efluentes, seja por meio da destinação adequada dos resíduos sólidos.

Destinação dos resíduos gerados

Conforme determinação da legislação ambiental, identificamos, segregamos e destinamos nossos resíduos de acordo com a “Planilha Trimestral de Resíduos Sólidos Industriais Gerados”, encaminhada trimestralmente à FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental – RS, instituição responsável pelo licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul). Ainda, todos os receptores dos resíduos sólidos gerados por nós estão devidamente licenciados pelos órgãos ambientais, possuindo licença de operação.

No ano de 2011, tivemos gastos de R\$14.127,00 na destinação final de resíduos perigosos em aterro licenciado e na incineração de resíduos e R\$13.519,00 na lavagem e reuso de panos e materiais contaminados com óleos e graxas. Ainda, investimos, no mesmo ano, R\$652.848,00 em sistema de exaustão, recolhimento e armazenamento de pó/serragem, garantindo que toda poeira gerada no processo produtivo fosse estocada em local isolado e fechado, para posterior destinação.

Tratamento de efluentes líquidos industriais

De acordo com a Norma Brasileira — NBR 9800/1987, efluente líquido industrial é o despejo líquido proveniente do estabelecimento industrial, compreendendo emanções de processo industrial, águas de refrigeração poluídas, águas pluviais poluídas e esgoto doméstico

Todo o efluente líquido industrial gerado (banheiros e processo produtivo) passa por tratamento físico, químico e biológico, sendo que reaproveitamos 100% do efluente tratado em nossas fábricas. No ano de 2009, investimos aproximadamente R\$140.000,00 na construção da nossa Estação de Tratamento de Efluentes, cujo processo consiste no tratamento físico, químico e biológico dos efluentes, possibilitando a sua total reciclagem.

Adicionalmente, visando ao aprimoramento das ações ligadas à responsabilidade ambiental, adotamos as seguintes práticas: (i) reaproveitamento de 100% da água utilizada em nossas fábricas; (ii) reaproveitamento dos coprodutos gerados no processo produtivo, tais como a serragem, a madeira, o plástico e o papelão, que são utilizados por outros setores da economia; (iii) substituição do óleo diesel pelo GLP (gás liquefeito de petróleo); (iv) utilização de embalagens feitas com plásticos recicláveis para transporte dos móveis por nós produzidos; e (v) utilização de matéria prima adquirida apenas de empresas que adotam um regime de manejo economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo, certificadas pela ISO 14001, que garante que os impactos gerados pelas atividades são controlados, e, ainda, se comprometem a utilizar madeira proveniente de plantações florestais certificadas, próprias ou de terceiros, ou adquiridas de fontes controladas, seguindo os princípios e critérios do FSC (*Forest Stewardship Council*). Essa madeira é empregada na produção de painéis de madeira reconstituída, podendo ser destinada à produção de energia.

Emissões Atmosféricas e ruídos

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Sistema de Controle de Poluição Atmosférica

Aproximadamente há 30 anos, os sistemas de exaustão instalados nas indústrias madeireiras tinham como objetivo principal a proteção da saúde do trabalhador, uma vez que captavam o pó gerado no processamento da madeira antes que se dispersasse no interior das fábricas. Pouca atenção era direcionada as emissões externas para a atmosfera.

Atualmente os sistemas de exaustão não são necessários apenas para a proteção da saúde dos funcionários, mas também para o controle da poluição externa do ar e a garantia da produção, evitando que esta seja prejudicada.

Funcionamento

A captação e aspiração é realizada por 15 filtros de mangas, cada qual dimensionado para a carga necessária requerida pelo centro de trabalho. Este equipamento capta as partículas através de uma tubulação de captação que interliga o sistema e a máquina de usinagem. Depois de captado, o pó passa pelo filtro de mangas onde as mangas filtrantes farão a separação do ar e do pó. O ar é expedido ao meio ambiente e o pó ficará retido no sistema.

Uma vez retido, o pó é direcionado para o sistema transporte que tem por objetivo recolher este material unidade e transportar até a seção/setor de armazenamento.

Contamos atualmente com 2 unidades de transportes que coletam este pó e depositam em 04 contêineres cada qual com capacidade de armazenar até 15 toneladas de material.

Filtros de mangas (características): O ar com material particulado (em partículas) ao entrar na moega do filtro, sofre uma queda brusca de velocidade, com esta desaceleração, estas partículas de maiores dimensões depositam-se na moega. O ar com particulado(partículas) menor vai em direção as mangas onde é retido, livre de material em partículas, o ar filtrado flui para a atmosfera. O sistema de limpeza das mangas é efetuado por meio de pulsos de ar comprimido.

Este sistema possibilita o funcionamento contínuo e automático do filtro. Um temporizador regula o intervalo de tempo entre a limpeza de uma fileira de mangas e outra. A limpeza se processa por meio de pulso de ar comprimido que inverte momentaneamente o sentido de fluxo dos gases.

Este tipo de equipamento possui altíssima eficiência na coleta de pó fino e hoje é largamente utilizado em processos altamente produtivos e exigentes quanto ao nível de filtragem.

Sistema de transporte e armazenagem

Uma vez aspiradas e separadas as partículas de pó, as mesmas são recolhidas por um sistema de transporte pneumático, o qual transporta até o destino de armazenamento que são acondicionadas em *containers*.

Muito embora todas as providências adotadas para controle e prevenção da emissão de partículas de pó de madeira para a atmosfera, a Unicasa é objeto de investigação do Ministério Público do Rio Grande do Sul que instaurou o inquérito civil de n. 00722.00032/2011 em virtude de vistoria na empresa, na qual foi encontrada uma pequena quantidade de pó de madeira no chão junto à linha de exaustores cuja limpeza foi efetuada pela aspiração do próprio exaustor. Atenta à sua responsabilidade social e ambiental a Unicasa já ampliou o seu sistema de retenção e armazenagem de material particulado (pó de serragem) proveniente do seu sistema de produção, modernizando os seus equipamentos de exaustão e controle de partículas.

Não adotamos padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Somos titulares de diversos registros e pedidos de registro de marcas perante o INPI, dentre os quais destacam-se: Dell Anno, Favorita e New. Adicionalmente, por meio do licenciamento da marca Telasul, de titularidade da empresa Telasul S.A. (interligada), adquirimos o direito de uso, não exclusivo, dessa marca em nossas atividades.

Acreditamos que tais marcas, além de relevantes para a condução das nossas atividades, têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da nossa posição competitiva. Caso não possamos mais utilizar essas marcas, ou caso tais marcas percam distintividade, poderemos enfrentar problemas para diferenciar nossos produtos no mercado. Não dependemos de patentes, concessões, franquias ou contratos de *royalties*.

Contrato de Licença de Uso da Marca “Telasul”. Em 2007, celebramos o Contrato de Licença de Uso de Marca com a empresa Telasul S.A., para a aquisição do direito de uso, não exclusivo, da marca “Telasul” no desenvolvimento das nossas atividades, registrada perante o INPI sob nº 811811280, na classe 20.10 (móveis e artigos do mobiliário em geral). O prazo de vigência desse licenciamento está atrelado à validade do registro da marca perante o INPI (29 de abril de 2016) e não há pagamento de remuneração ou *royalties* pela utilização da marca “Telasul” à Telasul S.A.

Atualmente, somos, também, titulares de diversos nomes de domínio registrados perante o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (“NIC.br”). Dentre os principais nomes de domínio, destacam-se: (i) www.dellanno.com.br; (ii) www.favoritamodulados.com.br; (iii) www.newmoveis.com.br; (iv) www.unicasamoveis.com.br; e (v) www.telasulmadeira.com.br.

No tocante aos programas de computador por nós utilizados, é possível destacar: (i) Sistemas Operacionais Windows em todas as suas versões, bem como o pacote Windows Office; (ii) Focco Sistemas (ERP): ERP Corporativo da Companhia; (iii) JM Software – Sistemas de Processos Industriais e Sistemas Departamentais; (iv) Metadados – Software de Recursos Humanos; (v) Procad – Sistema de Projeto de Móveis Planejados (Promob); e (vi) CP-PRO - Software Jurídico – Nova Prolink Tecnologia Ltda.

Para mais informações, vide itens 9.1 e 9.2 deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, nossa receita bruta de vendas no mercado interno totalizou R\$395,36 milhões, representando 98,3% do montante total da receita bruta no exercício.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia;

Nossa receita bruta de vendas com relação ao mercado externo é pouco significativa, tendo representado, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, 1,7% do total da nossa receita bruta. Além disso, exportamos nossos produtos para diversos países, sendo que nenhum desses países, individualmente, tem representatividade relevante em nossa receita bruta de vendas.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, nossa receita bruta de vendas no mercado externo totalizou R\$6,99 milhões, representando 1,7% do montante total da receita no exercício.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não obtivemos, nos três últimos exercícios sociais encerrando em 31 de dezembro de 2011, receitas relevantes de países estrangeiros.

7.8 – Relações de longo prazo relevantes

Não possuímos outras relações de longo prazo não descritas neste Formulário de Referência.

Informamos que a companhia ainda não possui um relatório de sustentabilidade ou algo similar. Estamos analisando todo o contexto que envolve a sustentabilidade e a sua geração de valor. A Direção da Unicasa esta comprometida com o desenvolvimento sustentável visa desenvolver e estruturar um relatório de sustentabilidade, demonstrando os valores da sustentabilidade corporativa a seus investidores e ao mercado em geral, que será publicado no futuro próximo.

7.9 - Outras informações relevantes

PONTOS FORTES

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são:

Liderança no mercado mobiliário do país, com portfólio de marcas complementares, reconhecidas e desejadas, com penetração nas Classes A, B, C e D. Somos líderes em receita bruta no mercado brasileiro de móveis planejados. Nossas marcas Dell Anno, Favorita, New e Telasul, possuem grande reconhecimento no mercado nacional e alcançam, de forma complementar, os segmentos de consumo representados pelas Classes A, B, C e D, sem competição entre si. Com perfis distintos, nossas marcas recebem grandes investimentos em campanhas de *marketing*, inclusive campanhas associadas a *top models*, celebridades, arquitetos e estilistas, buscando alta projeção nos segmentos de decoração, arquitetura e moda, conforme o público que visam atingir. Além disso, em 2010 e 2011 expusemos nossas marcas e produtos em feiras e mostras do segmento mobiliário do país, tais como Movelsul, Movelpar, Casa Brasil e Casa Cor. Ainda, atuamos como patrocinadores no Salão Internacional do Móvel de Milão de 2011, realizado na Itália. Acreditamos que as nossas marcas são a base para nosso crescimento e para a alta rentabilidade do nosso negócio.

Ampla rede de revendedores com distribuição no Brasil e no exterior. Desenvolvemos ao longo dos anos uma sólida rede de revendedores autorizados, estrategicamente localizados e padronizados, adequados à proposta de cada uma de nossas marcas. Presente em todos os Estados do território nacional, nossa rede de distribuição contava, em 31 de dezembro de 2011, com 886 revendas exclusivas e 1.776 Pontos de Venda Multimarcas no Brasil, além de 17 revendas exclusivas e Pontos de Venda Multimarcas no exterior, localizados nos seguintes países: Paraguai, Uruguai, Martinica, Angola, Costa Rica, Chile, Colômbia, México, Argentina, Peru, Guatemala, Emirados Árabes e República Dominicana. A capilaridade de nossa rede de revendedores atinge os mais diversos públicos e mercados, o que nos permite adquirir conhecimento de cada mercado e suas particularidades, além de potencializar a força e alcance de nossas marcas.

Desenvolvimento de produtos com *design* inovador em parque fabril de alta tecnologia e eficiência. Nossa equipe de pesquisa e desenvolvimento (P&D) acompanha constantemente as tendências de mercado, avaliando referências estéticas, funcionais, de moda e comportamentais, com o objetivo de lançar periodicamente novas coleções com *design* inovador. No período compreendido entre 2007 e 2010, figuramos entre as 50 empresas mais inovadoras da Região Sul, de acordo com o *ranking* “Campeãs da Inovação” da Revista Amanhã/RS (www.amanha.com.br). A alta tecnologia empregada em nosso parque fabril favorece a agilidade no lançamento de novos produtos e proporciona excelência de acabamento em grande escala. Ainda, nossos modernos equipamentos fabris permitem que trabalhem com uma linha de produtos com diferentes opções de padrões de acabamento, sem perder ganhos de escala. Isto nos confere um diferencial competitivo, uma vez que nos possibilita desenvolver linhas de produtos mais abrangentes, em termos de padrões de acabamento, com menores custos.

Agilidade para se antecipar às oportunidades de crescimento do setor. Nosso setor de atuação tem sido favorecido pelas expansões do consumo, do crédito e da renda no país, bem como pelo crescimento do mercado imobiliário. Acreditamos que estamos bem posicionados para capturar as oportunidades existentes no mercado, uma vez que, em sintonia com os movimentos recentes da economia, adequamos nossa estrutura para reagir com velocidade às oportunidades iminentes. Por exemplo, em 2009, com o início da rápida expansão do consumo da Classe C, lançamos a marca New, com foco nesses consumidores. Da mesma forma, em 2010, com a rápida expansão do mercado imobiliário, residencial, comercial, hoteleiro e da construção civil, além do anúncio da realização Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos no Brasil, criamos uma divisão corporativa preparada para atender de forma personalizada as parcerias neste segmento, a Unicasa Corporate.

7.9 - Outras informações relevantes

Crescimento consistente com rentabilidade e geração de caixa. Temos apresentado índices de crescimento consistentes. Nos exercícios sociais encerrados em 2009 e 2011, nossa receita bruta de vendas foi de R\$313,39 milhões e R\$402,35 milhões, respectivamente, o que representou um crescimento médio anual composto de 13,3%. Devido ao nosso modelo eficiente de produção e distribuição, acreditamos que somos capazes de expandir nossas operações com rentabilidade crescente. Entre 2009 e 2011, aumentamos nossa margem EBITDA de 21,7% para 27,3%. Além disso, possuímos pouco capital investido, níveis reduzidos de estoque de produtos acabados (produzimos sob encomenda), prazos de vendas curtos e baixo investimento em ativo imobilizado, o que nos permite crescer com forte geração de caixa. Ainda, nosso parque fabril nos permite um aumento da capacidade produtiva da ordem de 40% sem a necessidade de investimentos adicionais relevantes, o que resulta em baixa necessidade de capital no curto e médio prazo e não compromete o nosso plano de negócios para os próximos três anos. Este modelo de negócios, que possibilita o nosso crescimento com forte geração de caixa, se traduz em elevadas taxas de retorno sobre o capital investido (ROIC), as quais foram equivalentes a 31,2%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, 36,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, e 28,2%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Política de recursos humanos focada em resultados e no cliente. Nosso negócio exige um modelo de venda assistida, que se inicia com a elaboração do projeto no momento da venda, seguida da montagem e pós venda. Temos consciência da importância de revendedores motivados e comprometidos com o conceito de cada uma de nossas marcas e com bom atendimento ao consumidor e aos profissionais especificadores (arquitetos, decoradores e *designers*). Diante disso, implantamos, em 2007, nossa Universidade Corporativa, iniciativa pioneira responsável por capacitar nossos empregados e nossos revendedores e suas equipes, garantido suporte e disseminação de melhores práticas em todas as etapas do processo comercial. Essa iniciativa nos proporciona ganhos de performance, decorrentes dos melhores resultados obtidos pelos nossos empregados e nossos revendedores, bem como nos garante a preservação da imagem e a valorização de nossas marcas.

Administração com profunda experiência no setor e gestão profissionalizada. Alguns de nossos sócios fundadores, os quais fazem parte de nosso Conselho de Administração e/ou de nossa Diretoria, possuem mais de 20 anos de experiência no setor moveleiro. Além disso, nosso time de gestores é focado em resultados, em melhorias constantes nas práticas de administração e no retorno para os nossos acionistas. Nossa equipe de administradores e gestores tem sido fundamental para os consistentes resultados e para o crescimento obtidos pela Companhia nos últimos anos, incluindo agilidade para o desenvolvimentos de novos negócios. Adicionalmente, como forma de intensificar a motivação e comprometimento de nossos administradores na obtenção de melhores resultados e na criação de valor para nossos acionistas, pretendemos aprovar um plano de outorga de opções de compra de ações após a realização da nossa oferta pública inicial de ações.

ESTRATÉGIAS

Nossos planos de expansão e crescimento contemplam as principais estratégias abaixo. Entendemos que a nossa geração de caixa é suficiente para fazer frente aos nossos planos de expansão e crescimento. O nosso planejamento para a consecução de tais planos sempre envolveu a hipótese de utilização do caixa gerado por nossas próprias atividades para fomentar nossa expansão orgânica.

Expandir a base de revendedores de nossas marcas no Brasil e aumentar as vendas nas revendas já existentes. Pretendemos expandir nossa base de revendas exclusivas, visando o crescimento contínuo de receita, rentabilidade e visibilidade. Pretendemos expandir principalmente o número de revendas exclusivas das marcas New e Telasul, que focam nos

7.9 - Outras informações relevantes

segmentos da população das Classes C e D. Objetivamos, com isso, capturar parte do consumo em móveis da parcela de, aproximadamente, 49,3 milhões de brasileiros, que migraram das Classes D e E para as Classes A, B e C entre os anos de 2003 e 2011. Para isso, continuaremos adotando as estratégias de prospecção e abertura de lojas que nos permitiram abrir mais de 370 revendas exclusivas da marca New em menos de três anos, e replicaremos esse modelo para a marca Telasul.

Capturar as oportunidades de crescimento. Pretendemos intensificar nossos esforços para capturar as oportunidades de crescimento, investindo na qualificação de nossos revendedores, a fim de consolidar o posicionamento das nossas marcas, incentivando-os a implementar melhorias, a investir no treinamento de equipes e na gestão do negócio e, quando necessário, a buscar localizações mais estratégicas para as lojas. Nesse sentido, criamos a Universidade Corporativa Unicasa, uma estrutura de suporte em treinamento aos nossos revendedores e empregados, bem como podemos, estrategicamente, disponibilizar recursos para nossos revendedores, o que, em regra, é mais fácil, conveniente e menos burocrático para os mesmos, em comparação com a obtenção de recursos com instituições financeiras. Adicionalmente, visando capturar novas oportunidades de crescimento, podemos investir em lojas próprias por meio da aquisição de lojas existentes ou da abertura de novas lojas.

Capturar maiores ganhos de escala e eficiência operacional mediante o aumento das nossas vendas. Nosso crescimento e a consolidação da nossa posição de liderança no setor de móveis planejados passam pelo aumento da eficiência de nossas operações. Por meio do crescimento contínuo de nossas vendas e do investimento constante em tecnologia, como o investimento em 2011 de R\$25,40 milhões em máquinas e equipamentos, especialmente robotizado de origem alemã que nos permitirá eliminar estoques intermediários, com operacionalização total programada para junho de 2012, pretendemos obter ganhos de escala e eficiência operacional adicionais. Isso nos propiciará diluição de custos fixos, maior poder de negociação com fornecedores, melhoria da produtividade e otimização da nossa capacidade fabril.

Ampliação constante da oferta de produtos inovadores. Conquistamos, anualmente, de 2007 a 2010, colocação entre as 50 empresas mais inovadoras da Região Sul, de acordo com o *ranking* “Campeãs da Inovação” da Revista Amanhã/RS (www.amanha.com.br). Acreditamos que a inovação contínua é um elemento importante para a imagem das nossas marcas, nossa competitividade e nosso crescimento. Adicionalmente, somos reconhecidos por nosso foco em pesquisa e desenvolvimento e continuaremos a gerir nosso *mix* de produtos de forma a antecipar tendências e surpreender o consumidor. Acreditamos haver diversas oportunidades para continuarmos expandindo a oferta de novos produtos em outras categorias do setor de móveis planejados. Recentemente, lançamos as linhas infantil e de escritório (*kids* e *office*), como forma de implementar nossa estratégia de diversificação de produtos.

Incrementar nossas vendas no segmento corporativo. Com nossa capilaridade aliada à estrutura logística, capacidade e flexibilidade de produção, acreditamos estar posicionados de forma privilegiada para aproveitar oportunidades que esperamos serem significativas, em decorrência de expansão do segmento corporativo, baseada no expressivo crescimento do mercado imobiliário no Brasil e nos novos investimentos previstos para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016. Pretendemos continuar expandindo nossas parcerias com incorporadoras e empresas do ramo hoteleiro e da construção civil, o que acreditamos que permitirá a alavancagem de nossas vendas neste segmento.

INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

O quadro a seguir ilustra a evolução de nossos resultados nos três últimos exercícios sociais, findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

7.9 - Outras informações relevantes

	Exercícios sociais encerrados em			Crescimento médio anual composto ⁽⁵⁾
	31 de dezembro de			
	2011	2010	2009	
	<i>(em R\$ mil)</i>			
Receita bruta de vendas	402.355	392.223	313.394	13,3%
Receita líquida de vendas	294.677	288.345	224.958	14,5%
Número de módulos de móveis vendidos (em unidades)	1.705.306	1.798.364	1.527.363	5,7%
EBITDA ⁽¹⁾	80.444	72.919	48.808	28,4%
Margem EBITDA ⁽²⁾	27,3%	25,3%	21,7%	12,1%
Lucro líquido	57.792	53.086	37.122	24,8%
Margem líquida ⁽³⁾	19,6%	18,4%	16,5%	9,0%
Número de vendas exclusivas	886	841	745	9,1%
Número de Pontos de Venda Multimarcas	1.776	334	313	138,2%
Retorno sobre o capital investido - ROIC ⁽⁴⁾	31,2%	36,0%	28,2%	5,2%
Endividamento – curto prazo	1.115	557	7.386	(61,1)%
Endividamento – longo prazo	5.688	3.904	5.018	6,5%

⁽¹⁾ O EBITDA é definido por nós como lucro líquido, adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social e da depreciação e amortização.

O EBITDA não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de nosso desempenho operacional ou liquidez. Adicionalmente, o EBITDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias. Entendemos que o EBITDA é frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na revisão de nosso desempenho operacional, bem como, na comparação com o desempenho operacional de outras empresas. O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, gastos de capital e outros encargos relacionados. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida de desempenho operacional e liquidez.

⁽²⁾ EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

⁽³⁾ Lucro líquido dividido pela receita líquida de vendas.

⁽⁴⁾ *Return on Invested Capital*: retorno sobre o capital investido, calculado através do EBIT (lucro antes do resultado líquido entre as receitas e despesas financeiras, do IRPJ e da CSLL), deduzido das despesas de IRPJ e CSLL e dividido pelo resultado médio entre o saldo do período atual e o período anterior da soma dos ativos fixos e capital empregado da Companhia. O ROIC não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez.

⁽⁵⁾ O crescimento médio anual composto – CAGR do período compreendido entre 2009 a 2011

O quadro a seguir apresenta a nossa receita bruta total segregada por marca e pela nossa divisão de negócios Unicasa Corporate, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

7.9 - Outras informações relevantes

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de					
	2011		2010		2009	
	R\$ (em R\$ mil)	Quantidade de Módulos	R\$ (em R\$ mil)	Quantidade de Módulos	R\$ (em R\$ mil)	Quantidade de Módulos
Receita Bruta Total	402.355	1.705.306	392.223	1.798.364	313.394	1.527.363
Mercado Interno	395.361	1.614.895	386.464	1.737.873	309.297	1.491.485
Dell Anno e Favorita	244.567	812.691	263.553	946.361	244.766	970.161
New	110.710	537.320	76.334	409.743	22.121	130.780
New Exclusivo	91.959	445.942	60.149	320.027	15.908	91.019
New Multimarca	18.751	91.377	16.184	89.716	6.212	39.762
Telasul	30.010	221.021	40.284	346.619	38.213	360.534
Unicasa Corporate	6.043	25.947	2.559	12.307	632	3.404
Outras Receitas	4.031	17.917	3.734	22.842	3.565	26.606
Mercado Externo	6.994	90.411	5.759	60.491	4.097	35.878

CONTRATAÇÃO DE SEGUROS

Praticamos uma consistente política de seguros, por meio da qual mantemos contratadas determinadas apólices de seguro junto a grandes seguradoras brasileiras, tais como Itaú Seguros S.A., Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e Confiança Companhia de Seguros. Nesse sentido, possuímos apólices de seguro vigentes dos ramos Responsabilidade Civil Geral, Riscos Nomeados e Auto (frota), com cobertura para sinistros e danos envolvendo o desenvolvimento das nossas atividades diárias, abrangendo, inclusive, sinistros ocorridos nas dependências da nossa fábrica localizada em Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, com cobertura para incêndio, lucros cessantes, danos elétricos, danos na fabricação (*work damages*), dentre outras.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL

Não possuímos políticas específicas ou projetos de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural.

8.1. Grupo econômico da Companhia**(a) controladores diretos e indiretos**

Nossos acionistas controladores diretos são: (i) Alexandre Grendene Bartelle, (ii) Frank Zietolie, (iii) Juvenil Antonio Zietolie, (iv) Kelly Zietolie, (v) Emilia Angela Saretta Zietolie, e (vi) Nely Rosa Celso Schenatto, conforme acordo de acionistas celebrado em 14 de março de 2012, que possuem, em conjunto 35.686.637 ações representativas de 54% do nosso capital social. Para informações sobre o referido acordo de acionistas, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

(b) controladas e coligadas

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos sociedades subsidiárias controladas e/ou coligadas.

(c) participações da Companhia em sociedades do grupo

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos participação em nenhuma outra sociedade.

(d) participações de sociedades do grupo na Companhia

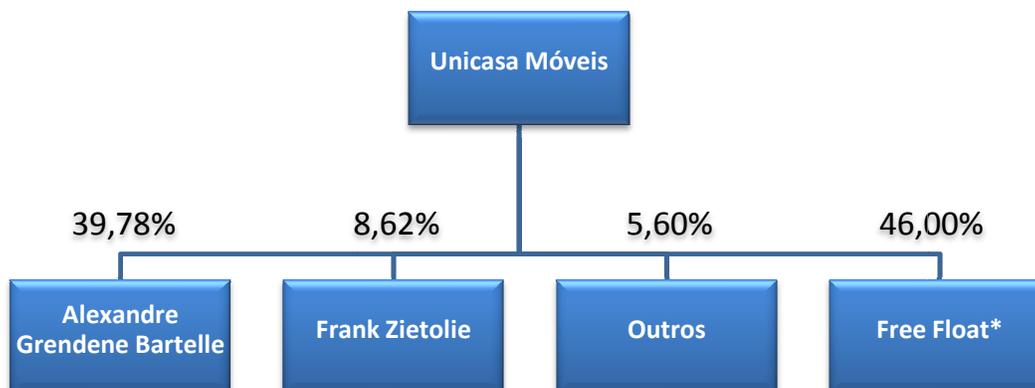
Não aplicável, tendo em vista que não há participação de nenhuma outra sociedade do grupo na Companhia.

(e) sociedades sob controle comum

Não há sociedades sob controle comum.

8.2. Organograma do Grupo Econômico da Companhia

A nossa atual estrutura acionária é a seguinte:



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui operações de reestruturação.

8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não há outros bens do ativo não-circulante que sejam relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia que não estejam indicados nos itens 9.1(a) a 9.1(c) abaixo.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Área de terras – Sede da empresa	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Terreno	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Terreno	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Prédio industrial de alvenaria	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Prédio e terreno (Escritório de Vendas)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 822366991	Nacional	08/11/2015 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 822367009	Nacional	23/08/2015 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 200072064	Nacional	05/11/2021 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 812601548	Nacional	05/11/2021 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 825188938	Nacional	02/05/2017 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 825188946	Nacional	02/05/2017 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 825188962	Nacional	02/05/2017 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 825188970	Nacional	02/05/2017 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DL KITCHENS", processo nº. 827641346	Nacional	20/07/2020	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "FAVORITA MODULADOS", processo nº. 825492300	Nacional	05/06/2017 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "FAVORITA", processo nº. 830160876	Nacional	09/03/2021 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "TUDO DELL ANNO", processo nº. 900009004	Nacional	21/07/2019 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 200069993	Nacional	08/11/2015 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 822142155	Nacional	19/07/2015 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "VÍVERE MODULADOS", processo nº. 825492319	Nacional	05/06/2017 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "CONDESSA", processo nº. 812374002	Nacional	22/02/2014 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660662	Nacional	09/06/2019 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 812199448	Nacional	29/12/2017 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660654	Nacional	09/06/2019 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660689	Nacional	09/06/2019 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660700	Nacional	09/06/2019 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660719	Nacional	09/06/2019 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660727	Nacional	09/06/2019 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660743	Nacional	09/06/2019 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828669600	Nacional	09/06/2019 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "LANNÉE", processo nº. 815334095	Nacional	07/04/2012 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "ÁUREA", processo nº. 829838988	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "D LINEA ÚNICA", processo nº. 825504341	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "DELL ANNO HOME STYLING", processo nº. 830419942	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "DELL ANNO HOME STYLING", processo nº. 830419950	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "FAVORITA", processo nº. 829874658	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "FORTTI", processo nº. 830529152	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "OK", processo nº. 829835865	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "SCARLET", processo nº. 829952977	Nacional	19/07/2021 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "UNICASA", processo nº. 830419900	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "FORTTI", processo nº. 830529160	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "KISS", processo nº. 829835890	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "KISS", processo nº. 829835903	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW", processo nº. 829835873	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW", processo nº. 829835881	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "OK", processo nº. 829835857	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "UNICASA", processo nº. 830419969	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Nominativa "FAVORITA", processo nº. 830421491	Nacional	10 anos(renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Nominativa "FAVORITA", processo nº. 830421505	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "DELLANO UNITOKEN", processo nº. 831108401	Nacional	10 anos(renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "FAVORITA UNITOKEN", processo nº 831108363	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW MÓVEIS PLANEJADOS" processo nº 831200960	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW MÓVEIS PLANEJADOS" processo nº 831200979	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW MÓVEIS PLANEJADOS" processo nº 831200987	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW UNITOKEN" processo nº 831108398	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "UNI CORPORATE" processo nº 831109173	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "UNI CORPORATE" processo nº 831109181	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "UNICASA CORPORATE" processo nº 831110635	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "UNICASA CORPORATE" processo nº 831110643	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de registro de Marca Mista "NEW MÓVEIS PLANEJADOS" processo nº 831200995	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELL ANNO", processo nº. 103633	Emirados Árabes Unidos	30/06/2018 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELL ANNO", processo nº. 103634	Emirados Árabes Unidos	30/06/2018 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO KITCHENS", processo nº. 842774	México	17/05/2014 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 1962683	Argentina	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELL ANNO", processo nº. 229988	Paraguai	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 3175777	Estados Unidos da América	28/11/2016 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 324229	Uruguai	17/10/2010 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DL KITCHENS", processo nº. 143396	Panamá	27/06/2015 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DL KITCHENS", processo nº. 2569789	Argentina	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DL KITCHENS", processo nº. 286381	Paraguai	22/02/2016 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DL KITCHENS", processo nº. 360419	Uruguai	12/09/2015 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Pedido de Concessão de Patente de Invenção nº. PI0801442-6	Nacional	22/04/2028 (renovável)	O depósito de pedido de patente constitui ao depositante uma mera "expectativa de direito", que pode lograr êxito ou não. Após a publicação do pedido da patente, este é examinado tecnicamente mediante o chamado requerimento de exame técnico. O prazo para a interposição deste requerimento tem início no depósito e segue por até 36 meses. A não apresentação deste requerimento enseja no arquivamento simples do depósito do pedido. Da mesma forma, o indeferimento ou mesmo o abandono do pedido podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos. A extinção da patente é causada pela (i) expiração do prazo de vigência; (ii) renúncia do seu titular, ressalvado o direito de terceiros; (iii) caducidade; e (iv) falta de pagamento da retribuição prevista.	Em razão dos pedidos de registro de patentes ainda estarem em análise perante o INPI, em caso de impedimento do uso destas patentes na fabricação de determinados produtos, isso causará um efeito adverso em nossas vendas. No entanto, a proteção à patente é concedida desde a data do seu depósito perante o INPI e, portanto, a Companhia só sofrerá efeitos adversos na venda de produtos que utilizam as patentes citadas na hipótese de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Pedido de Concessão de Patente de Modelo de Utilidade nº. MU 8900106-0	Nacional	06/01/2024 (renovável)	O depósito de pedido de patente constitui ao depositante uma mera "expectativa de direito", que pode lograr êxito ou não. Após a publicação do pedido da patente, este é examinado tecnicamente mediante o chamado requerimento de exame técnico. O prazo para a interposição deste requerimento tem início no depósito e segue por até 36 meses. A não apresentação deste requerimento enseja no arquivamento simples do depósito do pedido. Da mesma forma, o indeferimento ou mesmo o abandono do pedido podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos. A extinção da patente é causada pela (i) expiração do prazo de vigência; (ii) renúncia do seu titular, ressalvado o direito de terceiros; (iii) caducidade; e (iv) falta de pagamento da retribuição prevista.	Em razão dos pedidos de registro de patentes ainda estarem em análise perante o INPI, em caso de impedimento do uso destas patentes na fabricação de determinados produtos, isso causará um efeito adverso em nossas vendas. No entanto, a proteção à patente é concedida desde a data do seu depósito perante o INPI e, portanto, a Companhia só sofrerá efeitos adversos na venda de produtos que utilizam as patentes citadas na hipótese de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Registro de Marca Nominativa "Telasul", processo nº. 811811280	Nacional	29.04.2016	No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca de titularidade da Companhia que estão sob análise do INPI, ou dos órgãos internacionais competentes, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio escritório de marca correspondente) não tentem prejudicar os registros da Companhia por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Da mesma forma, no âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que tais registros violam seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 826037895	Nacional	11/03/2018 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Pedido de Concessão de Patente de Invenção nº. PI0605075-1	Nacional	17/11/2026 (renovável)	O depósito de pedido de patente constitui ao depositante uma mera "expectativa de direito", que pode lograr êxito ou não. Após a publicação do pedido da patente, este é examinado tecnicamente mediante o chamado requerimento de exame técnico. O prazo para a interposição deste requerimento tem início no depósito e segue por até 36 meses. A não apresentação deste requerimento enseja no arquivamento simples do depósito do pedido. Da mesma forma, o indeferimento ou mesmo o abandono do pedido podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos. A extinção da patente é causada pela (i) expiração do prazo de vigência; (ii) renúncia do seu titular, ressalvado o direito de terceiros; (iii) caducidade; e (iv) falta de pagamento da retribuição prevista.	Em razão dos pedidos de registro de patentes ainda estarem em análise perante o INPI, em caso de impedimento do uso destas patentes na fabricação de determinados produtos, isso causará um efeito adverso em nossas vendas. No entanto, a proteção à patente é concedida desde a data do seu depósito perante o INPI e, portanto, a Companhia só sofrerá efeitos adversos na venda de produtos que utilizam as patentes citadas na hipótese de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "SCARLET", processo nº. 829953000	Nacional	14/06/2021 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 200063480	Nacional	19/07/2015 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660735	Nacional	09/06/2019 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "ÁUREA", processo nº. 829838996	Nacional	13/10/2020 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 200069985	Nacional	08/11/2015 (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possuía nos últimos 3 exercícios participação em sociedades.

Operamos no mercado, principalmente, por meio das marcas Dell Anno, Favorita, New e Telasul. Como forma de proteção aos direitos de propriedade intelectual, fazemos o controle de vigência de nossas marcas e dos pedidos de registros de marcas de terceiros. Monitoramos, também, o uso não autorizado de nomes comerciais e nomes de domínio que possam prejudicar as nossas atividades e causar confusão ao consumidor e tomamos as providências cabíveis perante o INPI ou NIC.br, conforme o caso. Adicionalmente, tomamos as providências cabíveis junto aos infratores, nos casos de uso indevido de nome, marca ou mesmo de captação ilícita de clientela. Adicionalmente, mantemos em dia o pagamento das taxas de registro das marcas devidas ao INPI, e dos registros de nomes de domínio devidas ao NIC.br, de forma a evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

Em relação à marca NEW depositamos pedido de registro junto ao INPI na forma mista e aguardamos a sua concessão. Importante ressaltar que, durante o processo de registro da marca “New” perante o INPI, temos, apenas, uma expectativa de direito para a utilização da marca. Somente a concessão do registro da marca pelo INPI garante ao titular da marca seu uso exclusivo em todo o território nacional, por um prazo de 10 anos, passíveis de sucessivas renovações. É possível que o registro venha a ser concedido sem exclusividade no seu elemento nominativo. De todo modo, investimos na divulgação da marca NEW para que se torne conhecida do mercado consumidor, reforçando a sua representatividade no segmento de móveis planejados.

Ainda, convém ressaltar que celebramos contrato de licença de uso da marca “Telasul” (811811280), com a Telasul S.A., não averbado perante o INPI. Referido contrato produz efeito entre as partes e permanecerá vigente pelo prazo de validade do registro da marca, podendo ser negociada a prorrogação da licença com a empresa licenciante se assim entendermos necessário para nossos negócios. Adicionalmente, ressaltamos que a empresa Telasul S.A. possui outros registros da marca “Telasul” perante o INPI, garantindo a proteção em outras classes. No entanto, destacamos que adquirimos o direito de uso, não exclusivo, somente da marca “Telasul”, registrada na classe 20.10 (móveis e artigos do mobiliário em geral).

Adicionalmente, o Sr. Frank Zietolie nos cedeu e transferiu a titularidade Patente de Invenção PI-0605075-1 (“Aperfeiçoamento em Dispositivo de Fixação de Prateleiras em Balanço”), sendo que, em 28 de dezembro de 2011, solicitamos, perante o INPI, a anotação da transferência de titularidade da referida patente. Porém, até o momento, o INPI ainda não publicou a transferência da titularidade.

A Companhia tem contratado leasing operacional (arrendamento mercantil) de uma aeronave, o qual é reconhecido como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a despesa com o arrendamento totalizou R\$1,6 milhão, sendo totalmente reembolsada pelos acionistas em razão do uso do equipamento.

Além dos ativos descritos no item 9.1 (b), possuímos também os seguintes ativos:

9.2 - Outras informações relevantes

Modelo de Utilidade	Pedido de Concessão de Patente de Modelo de Utilidade n°. MU 8900106-0, denominada "DISPOSIÇÃO EM SUPORTE PARA PRATELEIRA SUSPensa"	Nacional	06/01/2024 (ressalvado o prazo mínimo de 7 anos a partir da data de concessão).	O depósito de pedido de patente constitui ao depositante uma mera "expectativa de direito", que pode lograr êxito ou não. Após a publicação do pedido da patente, este é examinado tecnicamente mediante o chamado requerimento de exame técnico. O prazo para a interposição deste requerimento tem início no depósito e segue por até 36 meses. A não apresentação deste requerimento enseja no arquivamento simples do depósito do pedido. Da mesma forma, o indeferimento ou mesmo o abandono do pedido podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos. A extinção da patente é causada pela (i) expiração do prazo de vigência; (ii) renúncia do seu titular, ressalvado o direito de terceiros; (iii) caducidade; e (iv) falta de pagamento da retribuição prevista.	Em razão dos pedidos de registro de patentes ainda estarem em análise perante o INPI, em caso de impedimento do uso destas patentes na fabricação de determinados produtos, isso causará um efeito adverso em nossas vendas. No entanto, a proteção à patente é concedida desde a data do seu depósito perante o INPI e, portanto, a Companhia só sofrerá efeitos adversos na venda de produtos que utilizam as patentes citadas na hipótese de violação de direitos de terceiros.
Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território Atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Conseqüência da perda dos direitos
Desenho Industrial	Registro de Desenho Industrial n°. DI5901160-2, denominada Configuração ornamental aplicada em armário"	Nacional	01/07/2014 (prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 5 anos)	A extinção do registro dos desenhos industriais é causada pela (i) expiração do prazo de vigência; (ii) renúncia do seu titular, ressalvado o direito de terceiros; ou (iii) falta de pagamento da retribuição prevista.	A perda da proteção dos desenhos industriais conferida pelos registros perante o INPI acarreta na possibilidade de terceiros produzirem, usarem, colocarem a venda ou venderem produtos com a mesma forma ornamental dos produtos por nós fabricados. Desta forma, na hipótese de perda destes direitos, os nossos concorrentes poderão colocar no mercado produtos com a mesma forma ornamental, o que poderá gerar confusão aos consumidores no momento da escolha dos produtos, causando um efeito adverso em nossos resultados.
Desenho Industrial	Registro de Desenho Industrial n°. DI7104629-1, denominada "Configuração aplicada em cantoneira para tampos de móveis"	Nacional	11/11/2021 (prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 5 anos)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas conseqüências descritas acima.

9.2 - Outras informações relevantes

Desenho Industrial	Registro de Desenho Industrial n°. DI6000991-8, denominada “Configuração ornamental aplicada em conjunto de armários para quarto”	Nacional	22/03/2015 (prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 5 anos)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Desenho Industrial	Registro de Desenho Industrial n°. DI6203488-0, denominada “Configuração aplicada em painel para loja”	Nacional	06/11/2012 (prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 5 anos)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Desenho Industrial	Registro de Desenho Industrial n°. DI6601342-9, denominada “Configuração aplicada em pórtico”	Nacional	26/04/2016 (prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 5 anos)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Desenho Industrial	Registro de Desenho Industrial n°. DI6601343-7, denominada “Configuração aplicada em pórtico”	Nacional	26/04/2016 (prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 5 anos)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Desenho Industrial	Registro de Desenho Industrial n°. DI6804931-5, denominada “Configuração aplicada em painel indicativo horizontal”	Nacional	10/11/2018 (prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 5 anos)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território Atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de Domínio	<i>delanno.com.br</i>	Nacional	06/09/2019 (renovável)	A perda dos direitos relativos aos domínios está relacionada à (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro	Podemos não obter o registro de novos nomes de domínios relacionados aos novos produtos a serem lançados no mercado, na hipótese destes nomes de domínio já estarem registrados no NIC.br, pois é vedada a solicitação de registro do domínio já registrado por terceiros, salvo se for detentora de pedidos de registro de marcas ou de marcas registradas correspondentes a esses domínios.

9.2 - Outras informações relevantes

				do domínio.	
Nome de Domínio	<i>dellanno.com.br</i>	Nacional	09/01/2016 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>favoritaplanejados.com.br</i>	Nacional	23/10/2012 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>dellano.com.br</i>	Nacional	06/09/2019 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>favoritamodulados.com.br</i>	Nacional	19/03/2014 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>favoritamoveisplanejados.com.br</i>	Nacional	18/03/2012 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>grupounicasa.com.br</i>	Nacional	26/03/2012 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>moveisdellanno.com.br</i>	Nacional	24/01/2014 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>moveisnew.com.br</i>	Nacional	21/07/2014 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>newmoveis.com.br</i>	Nacional	21/07/2016 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>newmoveismodulados.com.br</i>	Nacional	21/07/2016 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>newmoveisplanejados.com.br</i>	Nacional	21/07/2016 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>telasulmadeira.com.br</i>	Nacional	28/02/2013 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>telasulmodulados.com.br</i>	Nacional	07/02/2013 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.2 - Outras informações relevantes

Nome de Domínio	<i>telasulplanejados.com.br</i>	Nacional	16/08/2012 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>traineunicasa.com.br</i>	Nacional	28/01/2015 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>unicamoveis.com.br</i>	Nacional	19/03/2012 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>unicasacorporate.com.br</i>	Nacional	02/07/2012 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>unicasamoveis.com.br</i>	Nacional	17/09/2016 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>unitoken.com.br</i>	Nacional	19/04/2012 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>villagenew.com.br</i>	Nacional	14/04/2014 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Somos líderes em receita bruta no setor de móveis planejados no Brasil, segundo a edição “Melhores & Maiores” de julho de 2011 da Revista Exame.

Os últimos anos foram marcados pelo nosso sólido crescimento financeiro e operacional. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, vendemos 1,70 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$294,68 milhões, um EBITDA de R\$80,44 milhões e um lucro líquido de R\$57,79 milhões. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, vendemos 1,79 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$288,34 milhões, um EBITDA de R\$72,92 milhões e um lucro líquido de R\$53,09 milhões. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, vendemos 1,52 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$224,96 milhões, um EBITDA de R\$48,81 milhões e um lucro líquido de R\$37,12 milhões. No período de 2009 a 2011, nossas vendas de módulos de móveis passaram de 1,52 milhão de unidades para 1,70 milhão de unidades. Adicionalmente, nossa receita líquida de vendas, nosso EBITDA, e nosso lucro líquido apresentaram taxas compostas de crescimento anual (“CAGR”) de 14,5%, 28,4% e 24,8%, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2011, contávamos com uma rede de distribuição de vendas com: (i) 886 revendas exclusivas no Brasil; (ii) 1.776 lojas multimarcas e pontos de venda em magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”) no Brasil e (iii) 17 pontos de venda no exterior, entre revendas exclusivas e lojas multimarcas.

Nossos Diretores entendem que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar nosso plano de negócio e cumprir nossas obrigações de curto e médio prazo. Nosso capital de giro é suficiente para as atuais exigências e os nossos recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos de curto e médio prazo. Adicionalmente, nossos Diretores consideram que o nosso parque fabril apresenta condições suficientes para atender a nossa atual demanda de produção, comportando inclusive a expansão de nossa capacidade produtiva sem a necessidade de realização de investimentos significativos em máquinas e equipamentos no médio prazo.

Em 31 de dezembro de 2011, nosso ativo circulante era de R\$125,95 milhões (R\$145,74 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$109,90 milhões em 31 de dezembro de 2009) e superava em R\$72,65 milhões o nosso passivo circulante, de R\$53,30 milhões (R\$101,70 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$70,45 milhões em 31 de dezembro de 2009), representando um índice de liquidez corrente de 2,36 (3,31 em 31 de dezembro de 2010 e 2,79 em 31 de dezembro de 2009), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante a companhia possui R\$2,36 de ativo circulante (R\$3,31 em 31 de dezembro de 2010 e R\$2,79 em 31 de dezembro de 2009). Nossa dívida bancária (curto e longo prazo) correspondia a R\$6,80 milhões (R\$4,46 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$12,40 milhões em 31 de dezembro de 2009), descontando-se o caixa e aplicações financeiras (curto e longo prazo) de R\$12,45 milhões (R\$20,91 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$19,69 milhões em 31 de dezembro de 2009), o que resultou em um caixa líquido de R\$5,65 milhões (R\$16,45 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$7,29 milhões em 31 de dezembro de 2009).

(b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2010, apresentávamos uma disponibilidade líquida (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas, deduzidas as obrigações com instituições financeiras) de R\$16,45 milhões; a qual era de R\$7,29 milhões em 31 de dezembro de 2009. Em

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

31 de dezembro de 2011, nosso caixa líquido era de R\$5,65 milhões. Nossos Diretores acreditam que possuímos recursos excedentes em nosso caixa para o cumprimento de nossas obrigações financeiras, sendo que a nossa disponibilidade líquida aumentou nos períodos demonstrados na tabela abaixo:

<i>(em R\$ mil)</i>	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Empréstimos e financiamentos	6.803	4.461	12.404
Fornecedores	8.425	5.684	4.962
(-) Caixa e equivalente de caixa	(12.131)	(20.621)	(17.844)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(323)	(290)	(1.843)
Dívida líquida	2.774	(10.766)	(2.321)
Patrimônio líquido	195.739	159.602	123.864
Patrimônio líquido e dívida líquida	198.513	148.836	121.543

Em 31 de dezembro de 2011, a maior parte de nosso endividamento se concentrava em empréstimos de capital de giro. Esse endividamento tem perfil de curto prazo (16,4%) e de longo prazo (83,6%) e seu serviço de dívida é tipicamente suportado pela receita decorrente da venda de nossos produtos.

Pelos fatores acima expostos, nossos Diretores entendem que nossa atual estrutura de capital, verificada principalmente com base na relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis conservadores de alavancagem.

(i) *hipóteses de resgate*

As ações emitidas pela Companhia são todas ordinárias e, exceto pelas hipóteses de resgate previstas na legislação aplicável, não há qualquer outra hipótese de resgate de nossas ações. Além disso, nossos Diretores entendem que não existe, no curto prazo, justificativa para a realização de resgate de nossas ações.

(ii) *fórmula de cálculo do valor de resgate*

Como não há hipótese de realização de resgate de ações, além daquelas previstas em lei, não é possível estabelecer fórmula de cálculo de um valor hipotético de resgate.

(c) **capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Temos cumprido todas as obrigações referentes aos nossos compromissos financeiros até a data deste Formulário de Referência, bem como mantido a regularidade dos pagamentos desses compromissos.

Em 31 de dezembro de 2011, mantínhamos uma posição na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$12,13 milhões (R\$20,62 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$17,84 milhões em 31 de dezembro de 2009) e um saldo de contas a receber de clientes de curto prazo no valor de R\$77,83 milhões (R\$86,29 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$64,29 milhões em 31 de dezembro de 2009), montante suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos com empréstimos e financiamentos no passivo circulante de R\$1,11 milhão (R\$0,56 milhão em 31 de dezembro de 2010 e R\$7,39 milhões em 31 de dezembro de 2009), fornecedores de R\$8,42 milhões (R\$5,68 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$4,96 milhões em 31 de dezembro de 2009) e demais passivos circulantes de R\$43,77 milhões (R\$37,81 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$27,11 milhões em 31 de dezembro de 2009). O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2011 era de 2,36 (3,31 em 31 de dezembro de 2010 e 2,79 em 31 de dezembro de 2009), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante a companhia possui R\$2,36 de ativo circulante (R\$3,31 em 31 de dezembro de 2010 e R\$2,79 em 31 de dezembro de 2009).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Analisando a nossa dívida e disponibilidade líquida ao longo dos períodos mencionados neste Formulário de Referência, nossos Diretores acreditam que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir os investimentos e despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Se houver qualquer mudança no perfil de nossa dívida, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e capital de giro, acreditamos ter capacidade para contratá-los junto a instituições financeiras de primeira linha.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para financiamento de nossas operações, utilizamos principalmente o caixa gerado em nossas operações. Adicionalmente, também utilizamos, de forma estratégica, empréstimos e financiamentos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha e junto ao BNDES.

Apresentamos baixo nível de endividamento para financiar nossas atividades, conforme demonstrado no item 10.1 (b), possuindo em 31 de dezembro de 2011 uma disponibilidade líquida (caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, deduzidas as obrigações financeiras) de R\$5,65 milhões. Essa situação nos permite a utilização de capital próprio para o financiamento de nossas operações e investimentos.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nossos Diretores acreditam que nossa geração de caixa é suficiente para o cumprimento de nossas obrigações. As deficiências de geração de caixa que eventualmente possam ocorrer serão cobertas com nosso caixa e equivalentes de caixa que é composto por valores em caixa e bancos e aplicações financeiras que, em sua grande maioria, são de liquidez imediata e, em 31 de dezembro de 2011, totalizavam R\$12,13 milhões (R\$20,62 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$17,84 milhões em 31 de dezembro de 2009). Caso seja necessário cobrir eventuais deficiências de liquidez além dos valores mantidos em nosso caixa e equivalentes de caixa, nossos Diretores acreditam que temos capacidade de fazê-lo por meio de empréstimos e financiamentos bancários ou operações de mercado de capitais.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos dois contratos de financiamento em aberto, que totalizavam R\$6,80 milhões. Nosso endividamento em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, está indicado na tabela abaixo:

Empréstimos e Financiamentos	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
<i>(em R\$ mil)</i>			
Banco Votorantim (repasso BNDES)	R\$2,788	R\$4.461	R\$12.404
Banco Santander - BNDES	R\$4,015	-	-
Total	R\$6,803	R\$4.461	R\$12.404
Curto prazo	R\$1,115	R\$557	R\$7.386
Longo prazo	R\$5,688	R\$3.904	R\$5.018

Em geral, nossos empréstimos não possuem garantia real, sendo garantidos por meio de avais de nossos acionistas controladores, os Srs. Alexandre Grendene Bartelle, Juvenil Antônio Zietolie e Frank Zietolie.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto na data deste Formulário de Referência, nem possuiu em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios findos naquelas datas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As taxas de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos que possuímos são:

Empréstimos e Financiamentos	Taxa de Juros e Encargos	Vencimento
Banco Votorantim - BNDES	9% a.a.	2014
Banco Santander - BNDES	9% a.a.	2013

Em 31 de dezembro de 2011, a taxa média ponderada dos juros e encargos incidentes sobre o nosso endividamento era de 9,0% ao ano.

A Companhia concede aval financeiro aos financiamentos bancários obtidos pelos lojistas exclusivos. O saldo de garantia concedido em 31 de dezembro de 2011 totalizava R\$ 4,83 milhões (R\$0,88 milhão em 2010 e R\$1,84 milhão em 2009).

(i) *contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos relevantes em relação ao nosso endividamento nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011:

Tipo de operação	Credor	Saldo Devedor	Taxa de Juros	Vencimento	Circulante	Não Circulante
(Em R\$ Mil, exceto %)						
Banco Votorantim (repassa BNDES)	Banco Votorantim	R\$ 2.788	9% a.a.	15/06/2014	R\$1.115	R\$1.673
Banco Santander (repassa BNDES)	Banco Santander	R\$4.015	9% a.a.	15/06/2013	-	R\$4.015

Em 08 de junho de 2009, firmamos contrato de financiamento junto ao Banco Votorantim S.A. (na qualidade de agente financeiro), por meio de repasse de recursos oriundos do “BNDES – Automático Revitaliza”, no valor de R\$5,0 milhões, com prazo de pagamento de 60 meses, carência de 6 meses e vencimento final em junho de 2014. Os encargos financeiros incidentes sobre este contrato são de 9% a.a., correspondente a 0,7207% a.m. Este financiamento está garantido por meio de avais concedidos por nossos acionistas controladores, os Srs. Alexandre Grendene Bartelle e Frank Zietolie. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor deste financiamento era de R\$2,79 milhões.

Em 22 de novembro de 2011, firmamos contrato de financiamento junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. (na qualidade de agente financeiro), por meio de repasse de recursos oriundos do “BNDES – Revitaliza Exportação”, no valor de R\$4,00 milhões, com prazo de pagamento de 18 meses, e vencimento final em junho de 2013. Os encargos financeiros incidentes sobre este contrato são de 9% a.a., correspondente a 0,7207% a.m. Para este financiamento foi dispensada qualquer garantia, temos o compromisso de exportar e comprovar os embarques do valor equivalente a US\$2,25 milhões até junho de 2013. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor deste financiamento era de R\$4,02 milhões e a receita bruta de vendas para o mercado externo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$6,99 milhões.

Os empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não tem cláusulas restritivas (“covenants”).

(ii) *outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

A Companhia mantém relacionamento comercial com o Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, incluindo o acordo comercial celebrado em maio de 2010, com vencimento em janeiro de 2014, para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Santander Financiamentos”) perante os revendedores exclusivos e seus respectivos clientes. Essas operações não representam

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

dívida à Companhia, pois as contratações são realizadas diretamente entre as vendas exclusivas e/ou os clientes finais e o Santander Financiamentos, com taxas e prazos de financiamento que variam para cada cliente. Parcela significativa das vendas da Companhia é financiada por meio deste acordo. Pela promoção e fomento da contratação de operações de financiamento ou cessão de direitos creditórios, a Companhia recebe uma remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os revendedores exclusivos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

(iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não temos qualquer restrição dessa natureza imposta em nossos contratos de empréstimo e financiamento, exceto em relação à modificação ou transferência de nosso controle societário. Caso essa restrição não seja respeitada, os respectivos credores têm o direito de decretar o vencimento antecipado dos empréstimos ou financiamentos concedidos, o que pode, inclusive, causar o vencimento antecipado de outros contratos financeiros. Até o presente momento, temos cumprido com todas as obrigações contratuais ali previstas e, caso entendamos necessário, solicitaremos anuência prévia dos credores para a realização de certas operações.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2011, já havíamos utilizado a totalidade dos saldos de nossos financiamentos contratados, de forma que não havia nenhum contrato de financiamento com saldos a liberar. Além disso, em 31 de dezembro de 2011, a companhia possuía R\$5,50 milhões em linhas de crédito disponibilizadas e aprovadas por instituições financeiras, mas não utilizadas.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Esta seção trata da análise de nossas demonstrações de resultado, nossos fluxos de caixa e nossos balanços patrimoniais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e em IFRS, e auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil referem-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelas normas regulamentares da CVM e pelos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC . Para mais informações, vide itens 10.4 e 10.5 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 COM O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	AV ⁽¹⁾ (%)	2010	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽²⁾ 2011/2010
Receita bruta de vendas	402.355	136,5%	392.223	136,0%	2,6%
Mercado interno	395.361	134,2%	386.464	134,0%	2,3%
Mercado externo	6.994	2,4%	5.759	2,0%	21,4%
Deduções de vendas	-107.678	-36,5%	-103.878	-36,0%	3,7%
Receita líquida de vendas	294.677	100,0%	288.345	100,0%	2,2%
Custo dos produtos vendidos	-168.792	-57,3%	-172.634	-59,9%	-2,2%
Lucro bruto	125.885	42,7%	115.711	40,1%	8,8%
Despesas com vendas	-42.223	-14,3%	-40.220	-13,9%	5,0%
Despesas administrativas	-16.780	-5,7%	-13.367	-4,6%	25,5%
Outras receitas operacionais, líquidas	6.496	2,2%	5.071	1,8%	28,1%
Resultado antes das despesas e receitas financeiras	73.378	24,9%	67.195	23,3%	9,2%
Despesas financeiras	-2.645	-0,9%	-1.375	-0,5%	92,4%
Receitas financeiras	10.643	3,6%	9.765	3,4%	9,0%
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	81.376	27,6%	75.585	26,2%	7,7%
Imposto de renda e contribuição social	-23.584	-8,0%	-22.499	-7,8%	4,8%
Correntes	-25.207	-8,6%	-23.337	-8,1%	8,0%
Diferidos	1.623	0,6%	838	0,3%	93,7%
Lucro líquido do exercício	57.792	19,6%	53.086	18,4%	8,9%

⁽¹⁾ Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo, atingiu R\$402,36 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 2,6%, ou R\$10,14 milhões, comparados aos R\$392,22 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

O crescimento da receita bruta de vendas ocorreu devido ao aumento de 2,3% nas vendas no mercado interno e de 21,4% no mercado externo, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 98,3% e do mercado externo 1,7% do total da receita bruta do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$395,36 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 2,3%, ou R\$8,90 milhões, comparados aos R\$386,46 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. No ano de 2011 vendemos para o mercado interno um volume de 1.614.895 módulos que representou uma redução de 7,1% ou 122.978 módulos em relação ao volume vendido em 2010 que foi de 1.737.873 módulos. O valor médio por módulo vendido no mercado interno foi de R\$244,82 em 2011, o que representou um aumento de 10,1% comparado com os R\$222,38 em 2010.

No ano de 2011 tivemos alguns eventos que afetaram o desempenho de nossas vendas para o mercado interno, onde tivemos um crescimento abaixo de nossas expectativas devido a efeitos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

da estratégia de Reposicionamento das nossas marcas Dell Anno e Favorita (conforme definido no item 7 deste Formulário de Referência), aliada ao fraco desempenho econômico do País no 2º semestre de 2011. O Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita ocorreu por meio da renegociação de 126 contratos celebrados com revendedores exclusivos e abrangeu, dentre outros, a transferência de pontos de venda, reformas de lojas e aquisição de novos pontos. Para mais informações sobre o Reposicionamento, vide item 7 deste Formulário de Referência.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$6,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 21,4%, ou R\$1,23 milhão, comparados aos R\$5,76 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. O incremento da receita ocorreu principalmente pelos seguintes fatores (i) aumento da quantidade de módulos vendidos, que no ano de 2011 representou 90.411 módulos, ou seja, um aumento de 49,5% ou 29.920 módulos em relação ao volume exportado em 2010, que foi de 60.491 módulos, (ii) redução do preço médio de venda de 18,7%, que em 2011 era de R\$77,36 comparada a R\$95,21 em 2009.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$107,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 3,7% ou R\$3,80 milhões, comparados aos R\$103,88 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, conforme abaixo descrito.

Impostos sobre as Vendas

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS e COFINS) atingiram R\$79,73 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 2,2% ou R\$1,74 milhão, comparados aos R\$77,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 19,8% e 19,9% de nossa receita bruta de vendas. O aumento destes impostos de 2,2%, do ano de 2011 em relação ao ano de 2010, ficou em linha com o crescimento de 2,6% da receita bruta de vendas no mercado interno no mesmo período.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$18,54 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 32,3% ou R\$4,52 milhões, comparados aos R\$14,02 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 4,7% e 3,6% de nossa receita bruta de vendas. O aumento no montante do IPI sobre a Receita Bruta verificada em 2011 em relação a 2010, se deve principalmente à redução na alíquota de referido tributo para 0% (zero por cento), no âmbito do programa de incentivo ao setor moveleiro, editado pelo Governo Federal através do Decreto nº 7.016 de 26 de novembro de 2009, que vigorou apenas no período de 27 de novembro de 2009 a 31 de março de 2010. Desta forma, a Companhia teve suas vendas tributadas pelo IPI apenas por 9 meses durante o ano de 2010, e em 2011 a incidência foi calculada sobre todos os 12 meses do exercício.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$4,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou uma redução de 51,7% ou R\$4,34 milhões, comparados aos R\$8,40 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 1,0% e 2,1% de nossa receita bruta de vendas. Esta redução ocorreu principalmente pela melhoria no processo produtivo, melhoria na política de comercialização de vendas e melhoria no sistema de logística. Adicionalmente, em 2010 a Companhia teve um elevado índice de devoluções em função do Governo Federal, através do Decreto nº 7.016 de 26 de novembro de 2009, ter reduzido à zero a alíquota de IPI. Desta forma alguns clientes devolveram estoques comprados nos primeiros dias da vigência da lei por estarem com custo acima do mercado. Estes produtos foram refaturados sem perdas a nossa Companhia.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$5,34 milhões, o que representou um aumento de 54,3% ou R\$1,88 milhão, comparados aos R\$3,46 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Este aumento ocorreu principalmente pelos seguintes fatores: (i) aumento da receita bruta de vendas para o mercado interno de 2,3% ou R\$8,90 milhões em relação ao ano de 2010, que representou um aumento de R\$0,15 milhão; (ii) aumento do prazo médio de contas a receber de 34 dias para 45 dias que representou um aumento de R\$1,27 milhão, tendo em vista que a Companhia implementou uma política comercial mais agressiva no ano de 2011 por meio de aumento do prazo das nossas vendas e (iii) pelo aumento da variação do índice (Selic) utilizado pela Companhia para ajuste, que no ano de 2011 foi superior a 2010, representando um aumento de R\$0,46 milhão. O AVP representou nos respectivos períodos, a 1,3% e 0,9% de nossa receita bruta de vendas.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$294,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 2,2% ou R\$6,34 milhões, comparados aos R\$288,34 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Custo dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$168,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou uma redução de 2,2% ou R\$3,84 milhões, comparado aos R\$172,63 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

O custo dos produtos vendidos em 2011 representou 57,3% sobre a receita líquida de vendas, comparado aos 59,9% do ano de 2010. A redução de R\$3,84 milhões do custo dos produtos vendidos em relação ao ano de 2010 se deve, principalmente, pela redução nos volumes totais de módulos vendidos em 2011 (1.705.306) quando comparado a 2010 (1.798.364), ou seja uma redução de 5,2%, resultando numa redução no consumo de matérias primas e insumos num valor de R\$9,45 milhões. A redução dos custos foi parcialmente compensada pelo: (i) aumento no custo da mão de obra num total de R\$3,90 milhões tendo em vista o aumento de salário pela convenção coletiva de trabalho que foi de 8,0% e que ficou em linha com a inflação bem como da ampliação do quadro de funcionários pela contratação de mais 69 pessoas e (ii) aumento das despesas com depreciação no valor de R\$1,19 milhão tendo em vista os investimentos em novas máquinas e equipamentos. O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) por módulo vendido em 2011 foi de R\$98,98, 3,10% maior que o verificado em 2010, que foi de R\$96,00.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, principalmente pelo aumento de nossa receita bruta de vendas que foi de 2,6% em relação a 2010 e com a diminuição no custo dos produtos vendidos, nosso lucro bruto atingiu R\$125,88 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 8,8% ou R\$10,17 milhões, comparados aos R\$115,71 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Nossa margem bruta aumentou para 42,7% no exercício de 2011, comparado aos 40,1% no exercício de 2010.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$52,51 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 8,2% ou R\$3,99 milhões, comparados aos R\$48,52 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, à 17,8% e 16,8% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas atingiram R\$42,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 5,0% ou R\$2,00 milhões, comparados aos R\$40,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 14,3% e 13,9% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas ocorreu principalmente pelos seguintes fatores: (i) aumento dos investimentos em propaganda e marketing de 27,3% ou R\$2,95 milhões; (ii) aumento dos gastos com salários e encargos no valor de R\$3,24 milhões ou 57,6%, tendo em vista, a ampliação do quadro de funcionários da divisão de vendas num total de 31 pessoas com o objetivo de aumentar a receita de vendas e o número de revendas autorizadas, compensado pela: (a) redução de despesas com serviços de terceiros, consultorias e outras despesas com vendas, no valor de R\$3,30 milhões, representando uma redução de 16,0%, uma vez que em 2010 incorremos em despesas não recorrentes relacionadas ao Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita e da expansão de lojas da marca New, que foram reduzidas em 2011; e, (b) redução de despesas de comissões sobre vendas dos representantes comerciais autônomos, no valor de R\$0,96 milhão, ou 27,8%, tendo em vista a redução de vendas para as lojas multimarcas.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas atingiram R\$16,78 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 25,5% ou R\$3,41 milhões, comparados aos R\$13,37 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. O aumento das despesas ocorreu principalmente devido a: (i) aumento de gastos com salários e encargos, tendo em vista o aumento de salário pela convenção coletiva de trabalho que foi de 8,0% e que ficou em linha com a inflação bem como da ampliação do quadro de funcionários pela contratação de mais 12 novos funcionários no setor administrativo, no valor de R\$1,62 milhão, (ii) aumento de gastos com serviços de terceiros de consultorias e assessorias, despesas tributárias, despesas de viagens do departamento administrativo no valor de R\$1,07 milhão, (iii) aumento de despesas com indenização de mercadorias para lojistas e consumidores (Procon) por defeito de fabricação, erro de montagem e projeto no valor de R\$1,80 milhão, compensados pela redução de R\$1,28 milhão referente a reversão de provisões contábeis. Tais fatores influenciaram no aumento acima da média de nossas despesas operacionais. Nossas despesas administrativas corresponderam, nos respectivos períodos indicados acima, a 5,7 % e 4,6% da nossa receita líquida de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras Receitas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas atingiram R\$6,50 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento 28,1% ou de R\$1,43 milhão comparados aos R\$5,07 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando respectivamente 2,2% e 1,8% da nossa receita líquida de vendas. Tal aumento decorreu principalmente do aumento das receitas de prêmio bancário decorrente de convênio celebrado com instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, tendo como base o volume de financiamentos realizados aos clientes dos nossos revendedores exclusivos.

Resultado antes das Despesas e Receitas Financeiras

O resultado antes das despesas e receitas financeiras atingiu R\$73,37 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 9,2% ou R\$6,18 milhões, comparados aos R\$67,19 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 24,9% e 23,3% da nossa receita líquida de vendas, conforme descrito abaixo.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$2,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 92,4% ou R\$1,27 milhão comparados aos R\$1,37 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento ocorreu principalmente dos seguintes fatores: (i) pelo reconhecimento do ajuste a valor presente (AVP) no valor de R\$1,34 milhão sobre os contratos de mútuo com os revendedores exclusivos firmados em 2011; (ii) aumento de despesas com IOF, tarifas bancárias e variação cambial, no valor de R\$0,29 milhão, apesar da (iii) redução das despesas com financiamentos bancários no valor de R\$0,36 milhão. Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 corresponderam, respectivamente, a 0,9% e 0,5% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$10,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou uma aumento de 9,0% ou R\$0,88 milhão comparados aos R\$9,76 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esta variação decorreu devido: (i) ao aumento de receita com variação cambial de R\$0,87 milhão; e (ii) ao aumento das receitas de aplicações financeiras e descontos obtidos de fornecedores no valor de R\$0,34 milhão apesar da redução do valor de AVP sobre títulos de créditos a receber de clientes no valor de R\$0,24 milhão. Nossas receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 corresponderam, respectivamente, a 3,6% e 3,4% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações analisadas acima, nosso lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social atingiu R\$81,38 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 7,7% ou R\$5,80 milhões, comparados aos R\$75,58 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 27,6% e 26,2% da nossa receita líquida de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social – correntes atingiram R\$25,21 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 8,0% ou R\$1,87 milhão, comparados a R\$23,34 milhões no mesmo período de 2010, o qual foi proporcional a variação de 7,7% verificada em nosso resultado antes do imposto de renda e contribuição social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos

Nossas receitas com imposto de renda e contribuição social – diferidos atingiram R\$1,62 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 93,7% ou R\$0,78 milhão, comparado a uma receita de R\$0,84 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Isto se deve pelo aumento das provisões contábeis, principalmente relacionadas a riscos trabalhistas, cíveis e tributários e a devedores duvidosos no ano de 2011, as quais são temporariamente indedutíveis.

Lucro Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro líquido atingiu R\$57,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 8,9% ou R\$4,70 milhões, comparados aos R\$53,09 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a uma margem líquida de 19,6% e 18,4% da nossa receita líquida de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	AV ⁽¹⁾		AV ⁽¹⁾		AH ⁽²⁾
	2010	(%)	2009	(%)	2010/2009
Receita bruta de vendas	392.223	136,0%	313.394	139,3%	25,2%
Mercado interno	386.464	134,0%	309.297	137,5%	24,9%
Mercado externo	5.759	2,0%	4.097	1,8%	40,6%
Deduções de vendas	-103.878	-36,0%	-88.436	-39,3%	17,5%
Receita líquida de vendas	288.345	100,0%	224.958	100,0%	28,2%
Custo dos produtos vendidos	-172.634	-59,9%	-140.930	-62,6%	22,5%
Lucro bruto	115.711	40,1%	84.028	37,4%	37,7%
Despesas com vendas	-40.220	-13,9%	-33.658	-15,0%	19,5%
Despesas administrativas	-13.367	-4,6%	-10.585	-4,7%	26,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	5.071	1,8%	3.937	1,8%	28,8%
Resultado antes das despesas e receitas financeiras	67.195	23,3%	43.722	19,4%	53,7%
Despesas financeiras	-1.375	-0,5%	-1.715	-0,8%	-19,8%
Receitas financeiras	9.765	3,4%	10.096	4,5%	-3,3%
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	75.585	26,2%	52.103	23,2%	45,1%
Imposto de renda e contribuição social	-22.499	-7,8%	-14.981	-6,7%	50,2%
Correntes	-23.337	-8,1%	-14.960	-6,7%	56,0%
Diferidos	838	0,3%	-21	0,0%	N/A
Lucro líquido do exercício	53.086	18,4%	37.122	16,5%	43,0%

⁽¹⁾ Análise Vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise Horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo, atingiu R\$392,22 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 25,2%, ou R\$78,83 milhões, comparados aos R\$313,39 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

O crescimento da receita bruta de vendas ocorreu devido ao aumento de 24,9% nas vendas no mercado interno e de 40,6% no mercado externo, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 98,5% e do mercado externo 1,5% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, e 98,7% e 1,3%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$386,46 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 24,9%, ou R\$77,16 milhões, comparados aos R\$309,30 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. No ano de 2010 vendemos para o mercado interno um volume de 1.737.873 módulos que representou um aumento de 16,5% ou 246.388 módulos em relação ao volume vendido em 2009 que foi de 1.491.485 módulos. O valor médio por módulo vendido no mercado interno foi de R\$222,38 em 2010, o que representou um aumento de 7,2% comparado com os R\$207,37 em 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2010 tivemos alguns eventos que contribuíram para o desempenho de nossas vendas, onde tivemos um crescimento tais como: (i) abertura de 117 pontos de vendas entre revendas exclusivas e lojas multimarcas das lojas Dell Anno, Favorita e New e Telasul (ii) participação importante dos produtos vendidos com a marca New destinados ao segmento de consumo da Classe C, que foi lançada no ano de 2009 e consolidou suas vendas no ano de 2010. As vendas da marca New em 2010 atingiram R\$76,33 milhões contra R\$22,12 milhões do ano anterior.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$5,76 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 40,6% ou R\$1,66 milhão, comparados aos R\$4,10 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. O incremento da receita ocorreu principalmente pelo aumento da quantidade de módulos vendidos, que no ano de 2010 representou 60.491 módulos para móveis, ou seja um aumento de 68,6% ou 24.613 módulos em relação ao volume exportado em 2009, que foi de 35.878 módulos, apesar da redução do preço médio de vendas em 16,6%, que em 2010 era de R\$95,21 comparada a R\$114,20 em 2009. A redução no preço médio foi influenciada pela queda de 11,9% do valor médio do dólar verificado em 2010.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$103,88 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 17,5% ou R\$15,45 milhões, comparados aos R\$88,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, conforme abaixo descrito.

Impostos sobre as Vendas

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS e COFINS) atingiram R\$77,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 25,1% ou R\$15,64 milhões, comparados aos R\$62,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a 19,9% e 19,9% de nossa receita bruta de vendas. O aumento destes impostos de 25,1%, do ano de 2010 em relação ao ano de 2009, ficou em linha com o crescimento de 25,2% da receita bruta de vendas no mesmo período.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$14,02 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou uma queda de 4,9% ou R\$0,72 milhão, comparados aos R\$14,74 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a 3,6% e 4,7% de nossa receita bruta de vendas. A queda no montante do IPI sobre a receita bruta de vendas verificada em 2010 deve-se principalmente à redução na alíquota de referido tributo para 0% (zero por cento), no âmbito do programa de incentivo ao setor moveleiro, editado pelo Governo Federal através do Decreto nº 7.016 de 26 de novembro de 2009, que vigorou apenas no período de 27 de novembro de 2009 a 31 de março de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$8,40 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 78,3% ou R\$3,69 milhões, comparados aos R\$4,71 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a 2,1% e 1,5% de nossa receita bruta de vendas. O aumento das devoluções deve-se principalmente em função da redução na alíquota do IPI para 0% (zero por cento), no âmbito do programa de incentivo ao setor moveleiro, editado pelo Governo Federal através do Decreto nº 7.016 de 26 de novembro de 2009, desta forma alguns clientes devolveram estoques comprados nos primeiros dias da vigência da lei por estarem com custo acima do mercado. Estes produtos foram refaturados sem perdas a nossa Companhia

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$3,46 milhões, o que representou uma redução de 47,8% ou R\$3,17 milhões, comparados aos R\$6,63 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,9% e 2,1% de nossa receita bruta de vendas. Essa redução ocorreu devido ao fato que no ano de 2009, a taxa de juros utilizada para cálculo do AVP tinha como base juros estimados internamente, sendo que, em 2010, passamos a utilizar como referência a taxa de juros média do mercado financeiro, divulgado pela ANBIMA/SELIC, a qual passou a melhor refletir o custo financeiro das transações.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$288,34 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 28,2% ou R\$63,38 milhões, comparados aos R\$224,96 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$172,63 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um acréscimo de 22,5% ou R\$31,70 milhões, comparado aos R\$140,93 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

O custo dos produtos vendidos em 2010 representou 59,9% da receita líquida de vendas, comparado aos 62,6% do ano de 2009. O aumento do custo dos produtos vendidos em valores absolutos foi de 22,5%, inferior em 5,7% quando comparado com o crescimento da receita líquida, que foi de 28,2%.

O aumento de R\$31,70 milhões do custo dos produtos vendidos verificado no ano de 2010, se deve principalmente: (i) ao aumento no consumo de matérias primas e insumos num valor de R\$26,83 milhões; (ii) aumento no custo da mão de obra num total de R\$3,25 milhões tendo em vista o aumento de salário pela convenção coletiva de trabalho que foi de 5,8% e que ficou em linha com a inflação bem como da ampliação do quadro de funcionários pela contratação de mais 87 pessoas e (iii) aumento nos gastos gerais de fabricação e depreciações no valor de R\$1,62 milhão.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$115,71 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 37,7% ou R\$31,68 milhões, comparados aos R\$84,03 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Nossa margem bruta aumentou para 40,1% no exercício social de 2010,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

comparado aos 37,4% no exercício social de 2009.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$48,51 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 20,4% ou R\$8,21 milhões, comparados aos R\$40,30 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a 16,8% e 17,9% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas atingiram R\$40,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 19,5% ou R\$6,56 milhões, comparados aos R\$33,66 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a 13,9% e 15,0% da nossa receita líquida de vendas. Este aumento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: (i) aumento em investimentos em propaganda e marketing de 20,6% ou R\$1,90 milhão; (ii) aumento nas despesas com serviços de terceiros (como fretes sobre vendas, assessorias e consultorias) de 25,0% ou R\$1,35 milhão; (iii) aumento de despesas de comissões sobre vendas de 20,5% ou R\$0,60 milhão; (iv) aumento da provisão para devedores duvidosos no valor de R\$1,42 milhão, tendo em vista o aumento dos créditos a receber de clientes de R\$86,29 milhões em 31 de dezembro de 2010 comparado aos R\$64,29 milhões em 31 de dezembro de 2009, e também, do aumento do número de clientes durante o período; (v) aumento das despesas de substituição de mercadorias, por motivo de defeito de fabricação, erro de projeto e montagem dos móveis adquiridos pelos nossos clientes no valor de R\$1,61 milhão. Em contrapartida tivemos redução de 3,0% ou R\$0,31 milhão nas outras despesas com vendas, em relação ao mesmo período de 2009.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas atingiram R\$13,37 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 26,3% ou R\$2,79 milhões, comparados aos R\$10,58 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. O aumento das despesas ocorreu principalmente com: (i) aumento de gastos com salários e encargos, tendo em vista o aumento salarial pela convenção coletiva de trabalho que foi de 5,8% e que ficou em linha com a inflação e realinhamento de funções e da contratação de 53 novos funcionários no setor administrativo, no valor de R\$0,89 milhão, (ii) aumento de gastos com serviços de terceiros de consultorias e assessorias, despesas de viagens do departamento administrativo e publicações legais no valor de R\$0,38 milhão, (iii) aumento da provisão de processos trabalhistas no valor de R\$1,21 milhão. Nossas despesas administrativas corresponderam, nos respectivos períodos indicados acima, a 4,6% e 4,7% da nossa receita líquida de vendas.

Outras Receitas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas atingiram R\$5,07 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 28,8% ou R\$1,13 milhão comparados aos R\$3,94 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando respectivamente 1,8% da receita líquida de vendas em cada ano. Tal aumento decorreu principalmente da recuperação de despesas de marketing e publicidade, reembolsadas pelos lojistas de revendas exclusivas no valor de R\$1,11 milhão.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado antes das Despesas e Receitas Financeiras

O resultado antes das despesas e receitas financeiras atingiu R\$67,19 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 53,7% ou R\$23,47 milhões, comparados aos R\$43,72 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a 23,3% e 19,4% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$1,37 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou uma redução de 19,8% ou R\$0,34 milhão comparados aos R\$1,71 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Tal redução foi decorrente principalmente pela redução das despesas com variação cambial, decorrente dos títulos a receber dos clientes do exterior no valor de R\$0,32 milhão. Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 corresponderam, respectivamente, a 0,5% e 0,8% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$9,76 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou uma redução de 3,3% ou R\$0,33 milhão comparados aos R\$10,09 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação decorreu principalmente do aumento de: (i) juros recebidos de clientes no valor de R\$1,27 milhão; e (ii) rendimento de aplicações financeiras no valor de R\$0,82 milhão. Os aumentos ocorridos foram compensados pela redução no Ajuste a Valor Presente (AVP) de R\$2,40 milhões. Nossas receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 corresponderam, respectivamente, a 3,4% e 4,5% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro antes do imposto de renda e da contribuição social atingiu R\$75,58 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 45,1% ou R\$23,48 milhões, comparados aos R\$52,10 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a 26,2% e 23,2% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social – correntes atingiram R\$23,34 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 56,0% ou R\$8,38 milhões, comparados a R\$14,96 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. A variação das despesas com imposto de renda e contribuição social ocorreu pelo aumento de 45,1% em nosso lucro antes do imposto de renda e contribuição social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

Nossas receitas com imposto de renda e contribuição social – diferido atingiram R\$0,84 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de R\$0,82 milhão, comparado a uma despesa de R\$0,02 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Isto se deve ao aumento das provisões contábeis, principalmente relacionadas a riscos trabalhistas e cíveis e a devedores duvidosos, as quais são temporariamente indedutíveis.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro líquido atingiu R\$53,09 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 43,0% ou R\$15,97 milhões, comparados aos R\$37,12 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a uma margem líquida de 18,4% e 16,5% da nossa receita líquida de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
COMPARADO COM O BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.**

BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL, EXCETO PERCENTUAIS)	Em 31 de dezembro de				
	2011	AV ⁽¹⁾ (%)	2010	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽²⁾ 11/10 (%)
Ativo					
Circulante	125.946	48,8%	145.744	69,5%	-13,6%
Caixa equivalentes de caixa	12.131	4,7%	20.621	9,8%	-41,2%
Aplicações financeiras vinculadas	323	0,1%	-	0,0%	N/A
Contas a receber de clientes	77.833	30,1%	86.289	41,1%	-9,8%
Estoques	22.144	8,6%	23.729	11,3%	-6,7%
Adiantamento e antecipações	712	0,3%	727	0,3%	-2,1%
Empréstimos concedidos	3.524	1,4%	8.908	4,2%	-60,4%
Despesas antecipadas	5.674	2,2%	3.550	1,7%	59,8%
Impostos a recuperar	1.508	0,6%	47	0,0%	N/A
Outros ativos circulantes	2.097	0,8%	1.873	0,9%	12,0%
Não Circulante	132.255	51,2%	64.080	30,5%	106,4%
Aplicações financeiras vinculadas	-	0,0%	290	0,1%	-100,0%
Contas a receber de clientes	33.022	12,8%	-	0,0%	N/A
Empréstimos concedidos	8.102	3,1%	1.871	0,9%	333,0%
Ativo mantido para venda	6.751	2,6%	5.867	2,8%	15,1%
Imposto de renda e contribuição social diferida	4.428	1,7%	2.805	1,3%	57,9%
Impostos a recuperar	43	0,0%	51	0,0%	-15,7%
Despesas antecipadas	526	0,2%	19	0,0%	N/A
Depósitos judiciais	1.419	0,5%	598	0,3%	137,3%
Outros ativos não circulantes	636	0,2%	73	0,0%	771,2%
Investimentos	704	0,3%	404	0,2%	74,3%
Imobilizado	75.994	29,4%	51.430	24,5%	47,8%
Intangível	630	0,2%	672	0,3%	-6,3%
Total do ativo	258.201	100,0%	209.824	100,0%	23,1%
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante	53.301	20,6%	44.048	21,0%	21,0%
Empréstimos e financiamentos	1.115	0,4%	557	0,3%	100,2%
Fornecedores	8.425	3,3%	5.684	2,7%	48,2%
Obrigações tributárias	15.974	6,2%	15.515	7,4%	3,0%
Juros sobre capital próprio a pagar	7.905	3,1%	5.780	2,8%	36,8%
Salários e encargos sociais	4.556	1,8%	3.623	1,7%	25,8%
Adiantamento de clientes	14.269	5,5%	11.904	5,7%	19,9%
Outros passivos circulantes	1.057	0,4%	985	0,5%	7,3%
Não circulante	9.161	3,5%	6.174	2,9%	48,4%
Empréstimos e financiamentos	5.688	2,2%	3.904	1,9%	45,7%
Obrigações tributárias	84	0,0%	142	0,1%	-40,9%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.389	1,3%	2.128	1,0%	59,3%
Patrimônio Líquido	195.739	75,8%	159.602	76,1%	22,6%
Capital social	29.699	11,5%	29.699	14,2%	0,0%
Reservas de lucros	5.939	2,3%	129.903	61,9%	-95,4%
Dividendos adicionais propostos	160.101	62,0%	-	N/A	N/A
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	258.201	100,0%	209.824	100,0%	23,1%

(1) Análise Vertical (participação percentual dos itens do ativo sobre o ativo total e dos itens do passivo sobre o total do passivo e do patrimônio líquido).

(2) Análise Horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

Ativo Circulante*Caixa e equivalentes de caixa*

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$12,13 milhões em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 41,2% em comparação com R\$20,62 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução decorre principalmente do caixa aplicado nas atividades de investimento e financiamento que foi compensado parcialmente pelo caixa gerado nas atividades operacionais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Aplicações financeiras vinculadas

Tratam-se de aplicações financeiras destinadas a garantia de financiamentos bancários vinculados a obrigações de nossos revendedores exclusivos, que anteriormente estavam registradas no ativo não circulante em função do prazo, no montante de R\$0,32 milhão.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2011, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$77,83 milhões, representando uma diminuição de 9,8% ou R\$8,46 milhões, em relação ao montante de R\$86,29 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução aconteceu principalmente em razão da reclassificação de parte das contas a receber de clientes para o ativo não circulante devido ao alongamento de prazo de pagamento concedido a diversos clientes neste período. Fizemos a prorrogação de prazo de pagamento a diversos revendedores exclusivos, como parte das medidas de apoio incluídas no plano de Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita, que teve início em 2007 e teve sua fase mais intensa principalmente entre os anos de 2009 e 2011, restando pequena parcela do Reposicionamento a ser concluída em 2012. Em 2011 aumentamos a provisão para devedores duvidosos em R\$2,45 milhões. Em 31 de dezembro de 2011 a provisão era de R\$5,07 milhões comparado a R\$2,62 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal variação decorreu do aumento no atraso de pagamentos dos títulos a receber e do risco de inadimplência.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$22,14 milhões em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 6,7% ou R\$1,59 milhão, em comparação com R\$23,73 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução decorre a: (i) menor volume de compra de insumos; e (ii) aprimoramento dos sistemas de controle e racionalização do consumo de matérias primas dos produtos em elaboração no processo produtivo.

Adiantamento e antecipações

Os adiantamentos e antecipações totalizaram R\$0,71 milhão em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 2,1% em relação aos R\$0,73 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não houve variação significativa nesta conta no período.

Empréstimos concedidos

Empréstimos concedidos referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 7,71% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$3,52 milhões em 31 de dezembro de 2011, reduzindo 60,4% em relação ao valor de R\$8,91 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução é justificada pela reclassificação para o ativo não circulante decorrente da ampliação dos prazos de vencimento dos empréstimos concedidos aos revendedores exclusivos.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizam R\$5,67 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 59,8% em relação ao valor de R\$3,55 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse acréscimo justifica-se principalmente pelo aumento de contratação antecipada de celebridades e espaços publicitários em revistas, das quais nós nos utilizamos para fazer a propaganda de nossos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

produtos, aproveitando condições favoráveis de preço e garantindo espaço para a divulgação das nossas marcas.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$1,51 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$1,46 milhão em relação ao valor de R\$0,05 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esse incremento decorre de créditos de PIS e COFINS referentes a importação de máquinas e equipamentos industriais ocorridos no ano de 2011.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$2,09 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$0,22 milhão em relação ao valor de R\$1,87 milhão em 31 de dezembro de 2010. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber: (i) reembolso de despesas de publicidade e propaganda debitadas a nossos revendedores exclusivos; (ii) reembolso das despesas com aeronave; e, (iii) prêmio bancário por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos.

Ativo Não Circulante

Aplicações financeiras vinculadas

Tratam-se de aplicações financeiras destinadas a garantia de financiamentos bancários vinculados a obrigações de nossos revendedores exclusivos. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo desta conta era de R\$0,29 milhão, sendo que no exercício de 2011 tais valores foram transferidos para o ativo circulante em razão da data do vencimento de tais aplicações.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desta conta era de R\$33,02 milhões, sendo que em 31 de dezembro de 2010 esta conta não apresentava saldo.

Isto se deve ao fato da Companhia ter renegociado 126 contratos celebrados com revendedores exclusivos que constavam no ativo circulante, que se destinaram a facilitar o Reposicionamento de tais clientes por meio de: (i) realocação de pontos de vendas para locais mais estratégicos, (ii) mudança de investidor (lojista); e (iii) reforma e alteração no visual, *lay-out*, *show room*, fachada e outros itens. Esta medida de prorrogação de prazo de pagamento faz parte das medidas de apoio incluídas no plano de Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita, que teve início em 2007 e teve sua fase mais intensa principalmente entre os anos de 2009 e 2011, restando uma pequena parcela do Reposicionamento a ser concluído em 2012.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$8,10 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$6,23 milhões em comparação com R\$1,87 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento é justificado pela liberação de novas operações de empréstimos para dez novos revendedores exclusivos. Os empréstimos concedidos se destinaram a facilitar o Reposicionamento de tais clientes por meio de: (i) realocação de pontos de vendas para locais mais estratégicos, e (ii) reforma, alteração no visual, *lay-out*, *show room* e fachada.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo mantido para venda

Temos como política aceitar dação em pagamento de devedores duvidosos em certos casos, quando se esgotam as negociações comerciais ou judiciais. O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado.

O ativo mantido para venda totalizou R\$6,75 milhões em 31 de dezembro de 2011 aumentando 15,1% em relação aos R\$5,86 milhões em 31 de dezembro de 2010. Este aumento decorreu do recebimento de imóveis em dação de pagamento de contas a receber de clientes. Estes imóveis (lojas, terrenos e apartamentos) foram recebidos por seu valor justo, validado por avaliadores independentes.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$4,42 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$1,62 milhão ou 57,9% em relação ao valor de R\$2,80 milhões em 31 de dezembro de 2010. Este acréscimo ocorreu pelo aumento das provisões temporariamente indedutíveis no ano de 2011, principalmente relacionadas a riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e devedores duvidosos.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$0,04 milhão em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 15,6% em relação ao valor de R\$0,05 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$0,52 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$0,50 milhão em relação aos R\$0,02 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$1,42 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$0,82 milhão em relação aos R\$0,60 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu pela necessidade de realização de diversos depósitos judiciais em processos de natureza cível e tributário em andamento.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$0,64 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$0,57 milhão comparado aos R\$0,07 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Investimentos

Nossos investimentos totalizaram R\$0,70 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando em R\$0,30 milhão do valor registrado em 31 de dezembro de 2010 de R\$0,40 milhão. Esse aumento decorre de investimentos de direitos de uso de ponto comercial adquiridos para instalação de lojas para revenda de nossos produtos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$75,99 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$24,56 milhões ou 47,8% em relação aos R\$51,43 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação decorreu pela aquisição de máquinas e equipamentos para aumento da capacidade de produção e melhoria da tecnologia utilizada no processo produtivo.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$0,63 milhão em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 6,3% em relação ao R\$0,67 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esta conta é composta de licenças de softwares e marcas e patentes, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Passivo Circulante

Empréstimos e financiamentos

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$1,11 milhão em 31 de dezembro de 2011 aumentando 100,2% em comparação com os R\$0,56 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pela contratação de uma linha de financiamento junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., agente financeiro do BNDES para capital de giro.

Fornecedores

Nosso saldo de fornecedores totalizou R\$8,42 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 48,2% em comparação com R\$5,68 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento aconteceu principalmente pelo incremento relativo a compra de máquinas e equipamentos industriais para aumento da capacidade de produção e melhoria da tecnologia utilizada no processo produtivo.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$15,97 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 3,0% quando comparado aos R\$15,51 milhões em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Juros sobre o capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de juros sobre o capital próprio a pagar totalizou R\$7,90 milhões, aumentando 36,8% quando comparado com os R\$5,78 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tendo em vista que a base de cálculo utilizada em 2011 foi maior do que o ano anterior.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$4,55 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 25,8% em comparação com os R\$3,62 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento deveu-se a: (i) contratação de 69 novos funcionários para a área de produção e de 38 novos funcionários para o setor administrativo e área comercial; (ii) aumento de salários pela convenção coletiva da categoria que foi de 8,0%; e, (iii) provisionamento do plano de participação nos resultados (PPR).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamentos de clientes totalizou R\$14,27 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 19,9% em relação aos R\$11,90 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação ocorreu em função da mudança da política de negociação com nossos clientes incentivando o pagamento antecipado, com o objetivo de aumentar a entrada de recursos para fortalecer nosso capital de giro, minimizando o risco de perdas com inadimplência, e propiciando um melhor aproveitamento dos limites de crédito de nossos clientes.

Outros passivos circulantes

Nossas outras contas a pagar totalizaram R\$1,05 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando 7,3% em comparação com R\$0,98 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e financiamentos

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$5,69 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 45,7% em comparação com os R\$3,90 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pela contratação de nova linha de financiamento junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., agente financeiro do BNDES para capital de giro.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$0,08 milhão em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 42,8% ou R\$0,06 milhão quando comparado aos R\$0,14 milhão em 31 de dezembro de 2010, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Nossas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas totalizaram R\$3,38 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 59,3% em comparação com os R\$2,13 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação decorreu pelo provisionamento em 2011 de processos tributários e previdenciários, em virtude do aumento do risco de perda, de acordo com o entendimento de nossos consultores jurídicos.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$195,74 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$159,60 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento de 22,6%, ou R\$36,14 milhões, é decorrente do lucro líquido do exercício de 2011 de R\$57,79 milhões, que foi compensado parcialmente pela distribuição de dividendos de R\$12,35 milhões e de juros sobre o capital próprio de R\$9,30 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 COMPARADO COM O BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL, EXCETO PERCENTUAIS)	Em 31 de dezembro de				
	2010	AV ⁽¹⁾ (%)	2009	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽²⁾ 10/09 (%)
Ativo					
Circulante	145.744	69,5%	109.903	64,9%	32,6%
Caixa equivalentes de caixa	20.621	9,8%	17.844	10,5%	15,6%
Contas a receber de clientes	86.289	41,1%	64.285	37,9%	34,2%
Estoques	23.729	11,3%	17.480	10,3%	35,7%
Adiantamento e antecipações	727	0,3%	715	0,4%	1,7%
Empréstimos concedidos	8.908	4,2%	5.362	3,2%	66,1%
Despesas antecipadas	3.550	1,7%	2.774	1,6%	28,0%
Impostos a recuperar	47	0,0%	494	0,3%	-90,5%
Outros ativos circulantes	1.873	0,9%	949	0,6%	97,4%
Não circulante	64.080	30,5%	59.559	35,1%	7,6%
Aplicações financeiras vinculadas	290	0,1%	1.843	1,1%	-84,3%
Empréstimos concedidos	1.871	0,9%	2.698	1,6%	-30,7%
Ativo mantido para venda	5.867	2,8%	3.055	1,8%	92,0%
Imposto de renda e contribuição social e diferida	2.805	1,3%	1.967	1,2%	42,6%
Impostos a recuperar	51	0,0%	59	0,0%	-13,6%
Despesas antecipadas	19	0,0%	64	0,0%	-70,3%
Depósitos judiciais	598	0,3%	176	0,1%	239,8%
Outros ativos não circulantes	73	0,0%	65	0,0%	12,3%
Investimentos	404	0,2%	404	0,2%	0,0%
Imobilizado	51.430	24,5%	48.535	28,6%	6,0%
Intangível	672	0,3%	693	0,4%	-3,0%
Total do ativo	209.824	100,0%	169.462	100,0%	23,8%
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante	44.048	21,0%	39.458	23,3%	11,6%
Empréstimos e financiamentos	557	0,3%	7.386	4,4%	-92,5%
Fornecedores	5.684	2,7%	4.962	2,9%	14,6%
Obrigações tributárias	15.515	7,4%	8.757	5,2%	77,2%
Juros sobre capital próprio a pagar	5.780	2,8%	3.234	1,9%	78,7%
Salários e encargos sociais	3.623	1,7%	2.792	1,6%	29,8%
Adiantamento de clientes	11.904	5,7%	11.256	6,6%	5,8%
Outros passivos circulantes	985	0,5%	1.071	0,6%	-8,0%
Não Circulante	6.174	2,9%	6.140	3,6%	0,6%
Empréstimos e financiamentos	3.904	1,9%	5.018	3,0%	-22,2%
Obrigações tributárias	142	0,1%	198	0,1%	-28,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.128	1,0%	924	0,5%	130,3%
Patrimônio líquido	159.602	76,1%	123.864	73,1%	28,9%
Capital social	29.699	14,2%	29.699	17,5%	0,0%
Reservas de lucros	129.903	61,9%	94.165	55,6%	38,0%
Total do passivo e do patrimônio líquido	209.824	100,0%	169.462	100,0%	23,8%

(1) Análise Vertical (participação percentual dos itens do ativo sobre o ativo total e dos itens do passivo sobre o total do passivo e do patrimônio líquido).

(2) Análise Horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$20,62 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 15,6% em comparação com R\$17,84 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse incremento decorre principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2010, que foi compensado parcialmente pelo caixa aplicado nas atividades de investimento e financiamento.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$86,28 milhões, representando um aumento de 34,2% ou R\$22,00 milhões, em relação ao montante de R\$64,28 milhões em 31 de dezembro de 2009. Concedemos prorrogação de prazo de pagamento a diversos revendedores exclusivos, como parte das medidas de apoio incluídas no plano de Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita, iniciado em 2007 e com fase mais intensa principalmente entre os anos de 2009 e 2011, restando uma pequena parcela do Reposicionamento a ser concluída em 2012. Em 31 de dezembro de 2010 a provisão para devedores duvidosos era de R\$2,62 milhões ou R\$1,42 milhão maior do que os R\$1,20 milhão em 31 de dezembro de 2009. Tal variação ocorreu devido ao aumento no atraso de pagamentos dos títulos a receber e do risco de inadimplência.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$23,73 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 35,7% ou R\$6,25 milhões, em comparação com R\$17,48 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorre principalmente pelo crescimento do volume em estoque, quando comparados a 2009, em função de nossa estratégia de incremento e reposição do estoque de insumos aproveitando a redução de preços no período.

Adiantamento e antecipações

Os adiantamentos e antecipações totalizaram R\$0,73 milhão em 31 de dezembro de 2010, aumentando 1,7% em relação aos R\$0,71 milhão em 31 de dezembro de 2009. Não houve variação significativa nesta conta no período.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$8,90 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 66,1% em relação ao valor de R\$5,36 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento é justificado pela liberação de operações de empréstimos para sete revendedores exclusivos já existentes. Os empréstimos concedidos se destinaram a facilitar o Reposicionamento de tais clientes por meio de: (i) realocização de pontos de vendas para locais mais estratégicos; e (ii) reforma, alteração no visual, *lay-out*, *show room* e fachada.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$3,55 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 28,0% em relação ao valor de R\$2,77 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse acréscimo justifica-se principalmente pela contratação antecipada de celebridades e espaços publicitários em revistas, das quais utilizamos para fazer a propaganda de nossos produtos, aproveitando condições favoráveis de preço e garantindo espaço para a divulgação de nossas marcas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$0,05 milhão em 31 de dezembro de 2010, diminuindo R\$0,44 milhão em relação ao valor de R\$0,49 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$1,87 milhão em 31 de dezembro de 2010, aumentando 97,4% em relação ao valor de R\$0,95 milhão em 31 de dezembro de 2009. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber: (i) reembolso de despesas de publicidade e propaganda debitadas a nossos revendedores exclusivos; (ii) despesas com aeronave; e (iii) prêmio bancário por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, de financiamentos dos clientes dos revendedores exclusivos.

Ativo Não Circulante

Aplicações financeiras vinculadas

Tratam-se de aplicações financeiras destinadas a garantia de financiamentos bancários vinculados a obrigações de nossos revendedores exclusivos. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo desta conta era de R\$0,29 milhão, diminuindo R\$1,55 milhão em comparação com R\$1,84 milhão em 31 de dezembro de 2009. Esta redução decorreu pela liberação de recursos utilizados para garantias de financiamentos bancários, em virtude da redução do saldo devedor a pagar de tais empréstimos.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,87 milhão em 31 de dezembro de 2010, diminuindo 30,7% em comparação com R\$2,69 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução de R\$0,82 milhão aconteceu substancialmente pela transferência do ativo não circulante para o ativo circulante em decorrência da vigência dos prazos de amortização dos contratos de empréstimo.

Ativo mantido para venda

O ativo mantido para venda totalizou R\$5,87 milhões em 31 de dezembro de 2010 aumentando R\$2,82 milhões em relação aos R\$3,05 milhões em 2009. Este aumento decorreu do recebimento de imóveis em dação de pagamento de contas a receber de clientes. Estes imóveis (lojas, terrenos e apartamentos) foram recebidos pelo seu valor de custo, sendo inferior ou igual ao valor justo, validado por avaliadores independentes.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$2,80 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 42,6% em relação ao valor de R\$1,97 milhão em 31 de dezembro de 2009. Este aumento decorreu pelo acréscimo da base de cálculo das provisões constituídas no ano de 2010.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$0,05 milhão em 31 de dezembro de 2010, diminuindo 13,6% em relação ao valor de R\$0,06 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$0,02 milhão em 31 de dezembro de 2010, diminuindo em relação aos R\$0,06 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$0,60 milhão em 31 de dezembro de 2010, aumentando R\$0,43 milhão em relação aos R\$0,17 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$0,07 milhão em 31 de dezembro de 2010, comparado aos R\$0,06 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Investimentos

Nossos investimentos totalizaram R\$0,40 milhão em 31 de dezembro de 2010, mantendo-se estáveis se comparado aos R\$0,40 milhão em 31 de dezembro de 2009.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$51,43 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 6,0% em relação aos R\$48,53 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação decorreu pela aquisição de máquinas e equipamentos para aumento da capacidade de produção e melhoria da tecnologia utilizada no processo produtivo.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$0,67 milhão em 31 de dezembro de 2010, em relação aos R\$0,69 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período. Esta conta é composta de licenças de softwares e marcas e patentes.

Passivo Circulante

Empréstimos e financiamentos

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$0,55 milhão em 31 de dezembro de 2010, diminuindo 92,5% em comparação com os R\$7,38 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução justifica-se pela liquidação de contratos de empréstimo e financiamento com o consequente pagamento dos valores vencidos no período.

Fornecedores

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$5,68 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 14,6% em comparação com R\$4,96 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento aconteceu principalmente pelo incremento estratégico na compra de insumos e matérias primas ocorridas no período.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$15,51 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 77,2% em comparação com R\$8,76 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorreu devido a: (i) impostos gerados sobre o incremento de nossas vendas realizadas no quarto trimestre de 2010; e (ii) aumento do lucro anual tributável.

Juros sobre o capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de juros sobre o capital próprio a pagar totalizou R\$5,78 milhões, aumentando 78,7% quando comparado com os R\$3,23 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tendo em vista que a base de cálculo utilizada em 2010 foi maior do que o ano anterior.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$3,62 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 29,8% em comparação com os R\$2,79 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento deveu-se a: (i) contratação de 138 novos funcionários para aumento de nossa capacidade de produção; (ii) aumento de salários pela convenção coletiva da categoria que foi de 5,8%; e (iii) provisionamento do plano de participação nos resultados (PPR).

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamentos de clientes totalizou R\$11,90 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 5,8% em relação aos R\$11,25 milhões em 31 de dezembro de 2009. Não houve variação significativa no período.

Outros passivos circulantes

Nossas outras contas a pagar totalizaram R\$0,98 milhão em 31 de dezembro de 2010, diminuindo 8,0% em comparação com R\$1,07 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e financiamentos

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$3,90 milhões em 31 de dezembro de 2010, diminuindo 22,2% em comparação com os R\$5,02 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução ocorreu pela transferência das parcelas a pagar, lançadas no passivo não circulante, para o passivo circulante, de acordo com o cronograma de pagamento dos empréstimos bancários.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$0,14 milhão em 31 de dezembro de 2010, diminuindo 28,3% quando comparado aos R\$0,19 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Nossas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas totalizaram R\$2,13 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando R\$1,21 milhão em comparação com R\$0,92 milhão em 31 de dezembro de 2009. Este aumento decorre de: (i) adição de 21 novos processos trabalhistas, (ii) mudança no critério de avaliação por partes dos advogados trabalhistas, sobre as

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

perspectivas de perdas prováveis, em função do aumento do número de processos e do valor médio das causas.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$159,60 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$123,86 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento de 28,9% ou R\$35,74 milhões é decorrente do lucro líquido do exercício de 2010 de R\$53,09 milhões, que foi compensado parcialmente pela distribuição de dividendos de R\$10,55 milhões e de juros sobre o capital próprio de R\$6,80 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ANÁLISE DE NOSSOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009, 2010 E 2011

A tabela abaixo demonstra os componentes do nosso fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010, e 2011, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	2010	2009	AH ⁽¹⁾ 11/10 (%)	AH ⁽¹⁾ 10/09 (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	37.829	33.175	31.513	14,0%	5,3%
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	-30.319	-8.673	-9.990	249,6%	-13,2%
Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	-16.000	-21.725	-6.881	-26,4%	215,7%
Aumento do caixa e equivalente de caixa	-8.490	2.777	14.642	-405,7%	-81,0%

(1) Análise Horizontal (percentual de variação das contas entre os períodos indicados).

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$12,13 milhões em 31 de dezembro de 2011, apresentando redução de R\$8,49 milhões ou 41,2% em comparação com R\$20,62 milhões em 31 de dezembro de 2010 e uma redução de R\$5,71 milhões ou 32,0% em comparação com R\$17,84 milhões realizados em 31 de dezembro de 2009. Essas reduções decorreram principalmente de caixa aplicado nas atividades de investimentos e financiamento, que foi compensado pelo caixa gerado nas atividades operacionais.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, nosso caixa líquido gerado pelas atividades operacionais atingiram o valor de R\$37,82 milhões, R\$33,17 milhões e R\$31,51 milhões, respectivamente. Esses aumentos da geração de caixa operacional foram decorrentes principalmente do aumento dos resultados de nossas operações nos períodos analisados.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$30,32 milhões e destinou-se a aquisição de máquinas e equipamentos para o parque fabril; representando um aumento de R\$21,65 milhões ou 249,6% comparado com R\$8,67 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e uma redução de R\$1,32 milhão ou 13,2% comparado com R\$9,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, tal redução deveu-se a um menor investimento em imobilizado.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, nosso caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$30,32 milhões, R\$8,67 milhões e R\$9,99 milhões, respectivamente. Ao longo dos 3 últimos exercícios sociais, realizamos gastos com imobilizado (CAPEX) em investimentos e intangível no valor de R\$48,98 milhões que se destinaram para aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível, para modernização, ampliação da capacidade de produção e atualização do nosso parque tecnológico.

Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$16,00 milhões, em comparação com R\$21,72 milhões no exercício

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

encerrado em 31 de dezembro de 2010, apresentando uma redução de R\$5,72 milhões que compreende as seguintes movimentações: (i) tivemos uma captação líquida de R\$2,14 milhões de empréstimos e financiamentos em 2011, enquanto que no ano de 2010 havíamos reduzido nossos empréstimos em R\$7,94 milhões; e (ii) aumento de R\$4,35 milhões a título de juros sobre o capital próprio e dividendos, em função da geração de caixa e lucratividade.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, nosso caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$21,72 milhões e R\$6,88 milhões, respectivamente. A variação de R\$14,84 milhões compreende principalmente: (i) R\$4,12 milhões respectivos aumento de pagamento de empréstimos e financiamentos; e (ii) aumento de R\$5,44 milhões pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio e dividendos.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultado das operações da companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Receita Bruta de Vendas

É composta por nossa receita bruta de vendas realizadas tanto no mercado interno quanto no mercado externo, de móveis planejados e modulados por meio de revendas exclusivas e lojas multimarcas, através das marcas Dell Anno, Favorita, New e Telasul. A receita de venda de produtos é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quanto aos riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Mercado interno

As vendas no mercado interno correspondem às vendas de nossos produtos no Brasil.

Mercado externo

As vendas no mercado externo correspondem às vendas de nossos produtos no exterior, nos seguintes países: Paraguai, Uruguai, Martinica, Angola, Costa Rica, Chile, Colômbia, México, Argentina, Peru, Guatemala, Emirados Árabes e República Dominicana.

Deduções

Impostos sobre vendas

Sobre a receita bruta de vendas no mercado interno incidem tributos não cumulativos diretos como o PIS, à alíquota de 1,65% e a COFINS, à alíquota de 7,6%. Além desses, também incidem o ICMS, cuja alíquota pode ser variável de 7% a 17% dependendo do estado de destino, bem como o IPI à alíquota de 5% a 10%. Sobre a receita de nossas vendas para o mercado externo não há incidência de PIS, COFINS, IPI ou ICMS.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções ocorrem quando nossos clientes decidem substituir total ou parcialmente produtos eventualmente avariados ou em desacordo com o pedido. Os abatimentos, originados pelas devoluções, são concedidos na forma de créditos a serem deduzidos no título de crédito correspondente ou descontados em pedidos futuros. Historicamente as devoluções e abatimentos não são relevantes, correspondendo a 1,0%, 2,1% e 1,5% de nossa receita bruta de vendas dos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente.

Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos monetários de curto prazo e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente.

O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros de mercado (Selic) aplicado sobre o prazo médio de venda dos nossos produtos, que reflete o prazo e o risco de cada transação dos respectivos ativos.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Despesas e Receitas operacionais

Despesas com vendas

As nossas maiores despesas com vendas estão relacionadas a: (i) propaganda e marketing, feiras e exposições incorridas para dar maior exposição aos nossos produtos, atrair consumidores e formar opinião de especificadores; (ii) gastos com pessoal; (iii) outras despesas gerais, tais como: viagens e estadias, remessas em substituição de mercadorias avariadas; (iv) serviços de terceiros tais como: fretes sobre as vendas dos nossos produtos, assessorias e serviços de montagem de móveis; e (v) comissões sobre vendas para nossos representantes comerciais autônomos.

Despesas administrativas

As despesas gerais e administrativas estão relacionadas a: (i) salários e encargos trabalhistas da nossa equipe administrativa; (ii) serviços de terceiros tais como: serviços jurídicos, auditores externos e consultorias diversas, despesas de informática e manutenção dos sistemas de gestão e controle; (iii) outras despesas gerais, tais como: indenização a consumidores e lojistas e provisões; e (iv) depreciações.

Outras receitas operacionais, líquidas

Nossas outras receitas operacionais, líquidas decorrem principalmente de: (i) prêmio bancário trimestral sobre as receitas financeiras auferidas pelo banco que financia nossos consumidores finais, conforme convênio celebrado com instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos; (ii) recuperação de despesas operacionais de treinamentos concedidos aos nossos revendedores; e (iii) créditos fiscais presumidos de ICMS sobre os fretes de vendas.

Despesas financeiras

Nossas despesas financeiras incluem principalmente gastos com IOF e tarifas bancárias, juros sobre financiamentos, variações cambiais e ajuste a valor presente calculado sobre parcelamentos a receber de clientes e empréstimos concedidos.

Receitas financeiras

Nossas receitas financeiras incluem principalmente juros moratórios de, em média, 7,75% ao ano recebidos de clientes provenientes de pagamento de duplicatas com atraso, variações cambiais e rendimento sobre aplicações financeiras, além do ajuste a valor presente calculado sobre os ativos de curto e longo prazo.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável que exceder R\$0,24 milhão para imposto de renda e 9,0% sobre o lucro tributável para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros calculados sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal e contábil.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(ii) Fatores que alteram materialmente os resultados operacionais

Nos três últimos exercícios sociais encerrando em 31 de dezembro de 2011, nossos resultados operacionais foram afetados, principalmente, pelo custo dos produtos vendidos.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos é reconhecido no momento da venda, compreendendo: (i) custos com insumos (matérias-primas, materiais intermediários e embalagem), sendo estes os mais relevantes; (ii) mão de obra direta e indireta; (iii) depreciação do ativo imobilizado das áreas industriais; e (iv) além de outros gastos gerais de fabricação (manutenção, energia elétrica e outros).

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, nossas receitas foram afetadas, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) incremento no nosso volume de vendas para todos os nossos produtos; (ii) o aumento dos preços médio dos produtos vendidos, em geral; (iii) lançamento da nossa marca New, no exercício de 2009, focada no segmento de consumo da Classe C com a abertura de 276 novos pontos de vendas naquele ano; e (iv) Reposicionamento de nossas marcas. No que se refere a inflação, os efeitos não afetam de forma substancial nossas receitas de vendas de produtos e serviços.

Não houve variações relevantes da nossa receita relativas à taxa de câmbio, tendo em vista que a participação das vendas do mercado externo em nossa receita bruta de vendas é pouco representativa (correspondendo a 1,7%, 1,5% e 1,3% de nossa receita bruta de vendas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente). Para maiores informações sobre as variações que impactaram materialmente nossa receita, vide item 10.1 (h) acima.

-Volume de Vendas : O volume de produtos vendidos (módulos para móveis) no mercado interno e externo, nos anos de 2009, 2010 e 2011 foi de: 1,52, 1,79 e 1,70 milhões de módulos para móveis, respectivamente.

-Receita Bruta de Vendas : Nos exercícios sociais de 2009, 2010 e 2011, a receita bruta de vendas foi de: R\$313,39 milhões; R\$392,22 milhões e R\$402,35 milhões, respectivamente.

-Preço Médio dos Produtos Vendidos : Nos exercícios sociais de 2009, 2010 e 2011, o preço médio dos módulos vendidos foi de: R\$205,19; R\$218,10 e R\$235,94, respectivamente.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Mudanças de conjuntura macroeconômicas nacional, principalmente no que tange a índices inflacionários, taxas de juros de curto e longo prazo e política cambial, podem afetar nossos resultados operacionais. A variação das taxas de inflação e juros no Brasil pode influenciar os nossos resultados, pois afetam a disponibilidade de renda, o ritmo da atividade econômica e o volume de investimentos na economia. A maior oferta de crédito, com prazos maiores e queda nas taxas de financiamento, tende a impactar positivamente nossos clientes. A variação dos índices de inflação afeta nossos custos e despesas dado que diversos serviços e insumos que utilizamos são reajustados de acordo com índices atrelados à inflação, tais como IGP-M e IPCA, dentre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios).

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Não houve variações relevantes de nosso resultado financeiro e operacional atribuíveis à inflação e variações de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros. Em nosso modelo de negócios, quaisquer alterações de custos são repassadas para os preços finais sempre que a demanda por nossos produtos e o poder de compra dos nossos consumidores finais permitirem. Nesse sentido, a variação da inflação somente afeta nosso resultado na medida em que afeta a renda que o consumidor tem disponível para comprar nossos produtos. Nossas disponibilidades líquidas de caixa e equivalentes de caixa sofrem impacto reduzido da variação da inflação e da taxa de juros, tendo em vista que o investimento de tais recursos no mercado financeiro é feito em aplicações atreladas a índices que representam as flutuações de tais indicadores (CDI, taxas de juros ou índices de inflação).

Para maiores informações sobre as variações que impactaram materialmente nosso resultado operacional e financeiro, vide item 10.1 (h) acima.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante os períodos apresentados.

(c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais a serem refletidas em nossas demonstrações financeiras.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Nossas demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com base nos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas da CVM, observando as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.641 e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Não houve modificação nas práticas contábeis por nós adotadas na elaboração de nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, as quais foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Estas demonstrações, portanto, estão apresentadas em bases consistentes.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações em práticas contábeis sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não temos ressalvas ou parágrafos de ênfase presentes nos pareceres emitidos por nossos auditores independentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que nós diretores, em conjunto com a administração da Companhia, façamos julgamentos e estimativas e adotemos premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia e de suas filiais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Nossa Administração, incluindo o Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras.

A avaliação dos controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em IFRS, os quais incluem: as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as transações e a alienação dos nossos ativos; (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em IFRS, e que nossos recebimentos e pagamentos estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da nossa Administração; e (iii) fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados dos nossos ativos que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Nossa Administração entende que nossos controles internos relativos às demonstrações financeiras têm alto grau de eficiência e são eficazes para prevenir ou identificar a ocorrência de erros. Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

(b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nossos auditores não realizaram suas auditorias com o objetivo de opinar sobre os controles internos, mas apenas para opinar sobre as nossas demonstrações financeiras. No entanto, no contexto de suas auditorias sobre nossas demonstrações financeiras, nossos auditores podem identificar pontos de melhoria de nossos controles internos, que quando identificados nos são comunicados.

Na avaliação da Administração nenhum dos pontos de melhoria de nossos controles internos identificados por nossos auditores independentes representa deficiências relevantes sobre os procedimentos e controles internos que utilizamos para a elaboração das nossas demonstrações financeiras.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Até a presente data, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Na data deste Formulário de Referência, não tínhamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados nas nossas demonstrações financeiras, incluindo *off-balance sheet items*.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

Não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

(b) natureza e propósito da operação;

Não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

(a) investimentos, incluindo:

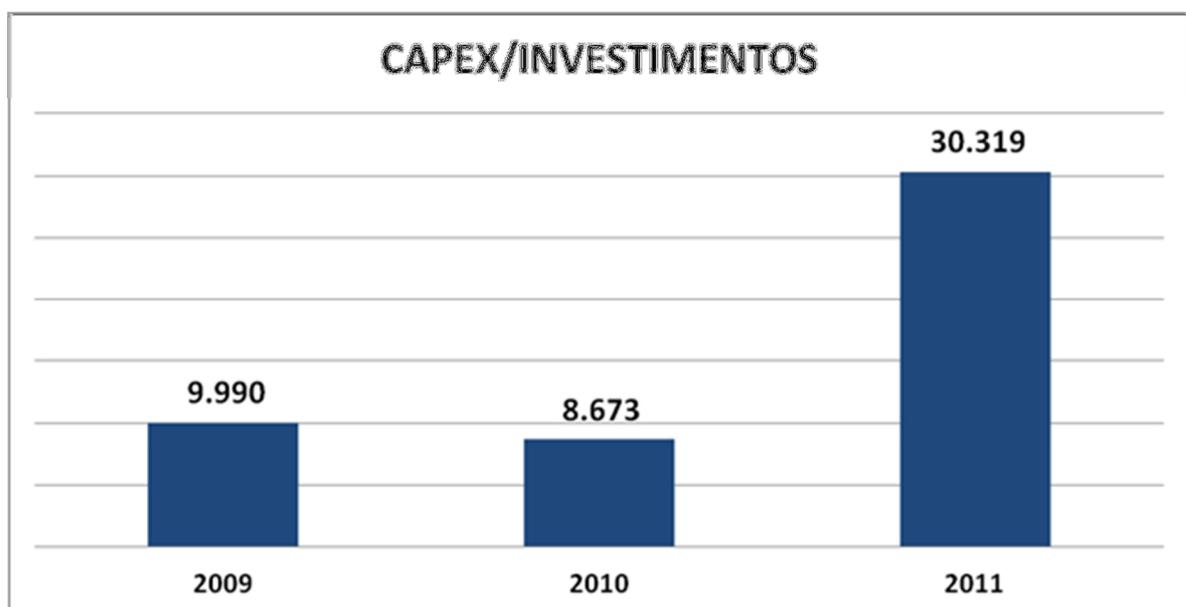
(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No período de 2009 a 2011, fizemos investimentos para o aumento da capacidade de produção e modernização do nosso parque fabril, com a ampliação do prédio industrial e aquisição de máquinas e equipamentos, que nos permitiu uma melhora significativa da produtividade e novas tecnologias de produção de módulos para móveis. Aumentamos a capacidade de produção de módulos de 1.920.000 para 2.448.000/ano.

Os investimentos acima mencionados tem nos assegurado o atendimento da demanda para os próximos três anos sem que haja a necessidade de grandes investimentos, a não ser aqueles de manutenção e reposição da depreciação.

Na tabela abaixo informamos os investimentos realizados no período de 2009 a 2011, incluindo imobilizado, e intangível:

INVESTIMENTOS (Em R\$ Mil)	2009	2010	2011
IMOBILIZADO	9.358	8.475	29.848
Terrenos/Prédios/Instalações	6.049	130	3.698
Máquinas e Equipamentos	2.204	7.535	25.398
Veículos	30	28	-
Móveis e Utensílios	727	183	385
Equipamentos de Informática e software	348	599	367
INVESTIMENTOS	322	-	300
INTANGÍVEL	310	198	171
TOTAL INVESTIMENTOS	9.990	8.673	30.319
Depreciação e amortização	5.086	5.724	7.066



10.10 - Plano de negócios

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições financeiras de concluir todos os investimentos em andamento, bem como realizar os previstos para os próximos anos, com recursos próprios.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não possuímos quaisquer desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

(b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não existem planos e/ou projetos já divulgados para aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Nossos projetos de pesquisa estão voltados tanto para a melhoria dos produtos existentes e lançamento de produtos inovadores quanto para a otimização das etapas do processo produtivo utilizados em nosso processo de fabricação. Entre eles destacamos (i) implantação de tecnologias para acabamentos próximos das técnicas manuais de fabricação, como a marcenaria, visando maior personalização e qualidade do produto final; (ii) melhorias no sistema de produção *just in time* viabilizando a produção de produtos de acordo com os pedidos dos clientes; (iii) melhoria do *layout* dos setores de produção visando maior eficiência do fluxo produtivo; (iv) melhoria nos sistemas para o controle de acondicionamento de peças e acessórios embarcados juntos com os módulos de móveis; (v) busca de diferenciais competitivos em parceria com os fornecedores para padronagem dos desenhos, cores, texturas, modulação, sistemas de ferragens, acessórios, acabamentos e complementos; (vi) pesquisas de mercado para avaliação do posicionamento e de preferência dos consumidores para cada marca.

Ao longo dos seis meses utilizados para o desenvolvimento de cada coleção as ações e pesquisas acima descritas servem como orientação para todos os envolvidos no processo produtivo tais como: fornecedores, colaboradores, lojistas, especificadores, *designers* e arquitetos, bem como para a preparação e planejamento da participação em feiras e eventos do segmento moveleiro.

Essas atividades nos permitiram elevar a produtividade, minimizar o desperdício de matéria prima, melhorar o controle de custos e prazos de embarque, elaborar um planejamento eficaz do quadro de pessoal envolvido no processo produtivo e expandir em melhorias e soluções inovadoras as linhas comercializadas, aumentando assim também nosso ganho de mercado, com maior assertividade de posicionamento e aceitação junto ao público pretendido por cada marca.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 nossos gastos com esses projetos de pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$3,31 milhões, R\$3,40 milhões e R\$3,32 milhões, respectivamente.

Essa soma de práticas nos levou a conquistar, anualmente de 2007 a 2010, colocação entre as 50 empresas mais inovadoras da Região Sul, de acordo com o *ranking* “Campeãs da Inovação” da Revista Amanhã.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não divulgamos projeções ou estimativas de qualquer natureza.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não divulgamos projeções ou estimativas de qualquer natureza.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) Atribuições de cada órgão e comitê

Somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria com poderes conferidos pela Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o nosso novo Estatuto Social.

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração, o qual foi criado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de fevereiro de 2012, é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e no, máximo, 7 (sete) membros, eleitos em Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, dos quais um é o Presidente e outro Vice-Presidente, residentes ou não no Brasil, sendo que, no mínimo, 20% (vinte por cento) são membros independentes.

De acordo com nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas na legislação aplicável e demais disposições do Estatuto Social:

- a) Eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições, incluindo o Diretor de Relações com Investidores;
- b) Aprovar o Regimento Interno da Companhia, se for o caso;
- c) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer sociedade controlada pela Companhia (“Controlada”);
- d) Aprovar um Plano de Negócios para a Companhia e suas controladas e quaisquer investimentos ou despesas de capital que não estejam incluídas em tal Plano, se for o caso;
- e) Declarar dividendos intermediários, intercalares e juros sobre o capital próprio, que poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, com base nos lucros e reservas apurados nas demonstrações financeiras anuais, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, observados os limites legais;
- f) Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela assembleia geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e membros dos comitês da Companhia, se existentes, conforme disposto no estatuto social;
- g) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas Controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- h) Convocar a Assembleia Geral, nos termos do artigo 9º do estatuto social, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos do estatuto social;
- i) Manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas apresentadas pela Diretoria e Demonstrações Financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- j) Deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- k) Autorizar a aquisição pela Companhia de ações sua de emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior alienação;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- l) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 134;
- m) Deliberar, dentro do limite do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, até o limite do capital autorizado, previsto no art. 7º do estatuto social;
- n) Nomear e destituir os Auditores Independentes da Companhia;
- o) Autorizar a captação de empréstimos ou financiamentos em valor agregado superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), considerado o período de 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio, pela Companhia ou qualquer Controlada;
- p) Autorizar a alienação ou oneração de bens do Ativo Permanente da Companhia ou qualquer Controlada, em valor agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;
- q) Autorizar a prestação de garantias reais ou pessoais de qualquer natureza pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R\$. 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;
- r) Autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;
- s) Fixar as condições gerais e autorizar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer Controlada e Coligada, seus administradores, seus acionistas controladores e, ainda, entre a Companhia e Sociedade(s) Controladas e Coligadas dos administradores e dos acionistas controladores, assim como com quaisquer outras sociedades que com qualquer destas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, que atinjam, individual ou conjuntamente, no período de um ano, valor igual ou superior a 5% (cinco por cento) sobre o Patrimônio Líquido da Companhia;
- t) Pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral;
- u) Deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer Controlada;
- v) Avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas Controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral;
- w) Definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação do laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de ofertas públicas para cancelamento de registro de Companhia Aberta ou saída do Novo Mercado;
- x) Aprovar a contratação da Instituição Depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- y) Dentro do limite do Capital Autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;
- z) Dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições do estatuto social; e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- aa) Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Diretoria

A nossa Diretoria é composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros efetivos, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial e 01 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais possuem a designação a eles atribuída pelo Conselho de Administração, permitindo-se a cumulação de funções por um mesmo Diretor.

De acordo com nosso Estatuto Social, compete à Diretoria decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

(b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação os comitês

O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, podendo ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas, sendo composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Atualmente, não possuímos um conselho fiscal instalado.

Atualmente, não possuímos comitês instalados.

(c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Atualmente não possuímos mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê que compõe a nossa estrutura administrativa.

(d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

As atribuições individuais dos nossos Diretores estão previstas em nosso Estatuto Social, como segue:

Diretor Presidente: Compete privativamente ao Diretor Presidente: (i) presidir as reuniões da Diretoria; (ii) coordenar as atividades dos demais diretores; e (iii) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria.

Diretor Vice-Presidente: Compete privativamente ao Diretor Vice-Presidente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração, substituir o Diretor Presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga.

Diretor Financeiro: Compete privativamente ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração quando de sua eleição: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as nossas atividades relativas às operações de natureza financeira; (ii) gerir as nossas finanças consolidadas; (iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das nossas diversas áreas e das nossas controladas e coligadas, o nosso orçamento, acompanhar os resultados das nossas sociedades controladas e coligadas, preparar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração; (iv) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no nosso interesse e de nossas controladas e coligadas; (v) elaborar e acompanhar os

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

planos de negócios, operacionais e de investimento; e (vi) elaborar e acompanhar o plano de organização e emitir as normas correspondentes.

Diretor Comercial: Compete privativamente ao Diretor Comercial, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração quando de sua eleição: (i) gerir as nossas atividades de marketing; (ii) orientar e estruturar ofertas comerciais; (iii) definir e supervisionar as nossas políticas de comercialização e de serviços; (iv) avaliar e propor planos de desenvolvimento para novos projetos; (v) avaliar e acompanhar políticas e estratégias de comercialização; (vi) avaliar e discutir pesquisas e análises sobre a nossa Companhia, nossos ativos e a indústria; (vii) estreitar o nosso relacionamento com os varejistas de cada um de seus empreendimentos e novos lojistas; (viii) estudar os resultados obtidos bem como os possíveis cenários para melhora contínua de produtividade; e (ix) avaliar e acompanhar pesquisas de produtividade e novos negócios.

Diretor de Relações com Investidores: Compete privativamente ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração quando de sua eleição, nos representar perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM e às bolsas de valores e mercados em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, conforme a legislação aplicável.

Os Diretores sem designação específica terão as atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração quando da sua eleição, observado o disposto em nosso Estatuto Social.

(e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Atualmente não possuímos mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) Prazos de convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as nossas Assembleias Gerais sejam convocadas mediante 3 (três) publicações no órgão oficial da União ou do Estado (utilizamos o “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul”), bem como em outro jornal de grande circulação (atualmente utilizamos o “Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul”). A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e após nos ouvir, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as nossas Assembleias Gerais seja feita até 30 (trinta) dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral, conforme previsto no artigo 124, §5º, I, da Lei das Sociedades por Ações.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 480, os editais de convocação de Assembleias Gerais Extraordinárias e Ordinárias deverão ser enviados à CVM no mesmo dia de sua publicação.

(b) Competências

De acordo com nosso Estatuto Social, sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete à Assembleia Geral deliberar sobre:

- (i) alteração, modificação e reforma do Estatuto Social;
- (ii) nossa transformação, fusão, cisão e incorporação, bem como incorporação de ações de nossa emissão, nossa dissolução, liquidação, eleição e destituição dos liquidantes e aprovação de contas;
- (iii) aprovação das contas, das demonstrações financeiras anuais e propostas apresentadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
- (iv) eleição, reeleição e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, bem como a determinação do número de cargos do Conselho de Administração;
- (v) fixação da remuneração anual dos administradores, global ou individual;
- (vi) pedido de cancelamento do nosso registro de companhia aberta junto à CVM, bem como a saída do Novo Mercado; e
- (vii) escolha da empresa especializada responsável pela preparação de nosso laudo de avaliação em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas que forem indicadas pelo Conselho de Administração.

(c) Endereços (físico e eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Físico: Rodovia Estadual RSC – 470 , KM 212,930
Bairro São Vendelino, 95700-000
Bento Gonçalves – RS - Brasil.

Eletrônico: www.unicasamoveis.com.br/dri; www.cvm.gov.br; e www.bmfbovespa.com.br

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este está vedado em proferir o seu voto. Nesse sentido, aplicamos esse princípio, não admitindo o voto, como regra geral, dos administradores e acionistas que tenham conflito com a matéria constante da ordem do dia. Não possuímos nenhum outro mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesse, além daqueles impostos por lei. Os conflitos de interesse são solucionados de maneira individualizada, conforme necessário.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria deliberada é anulável e o acionista responde pelos danos causados, devendo nos transferir as vantagens que tiver auferido.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não possuímos regras específicas para solicitação de procurações para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais, pois entendemos que os mecanismos previstos na legislação aplicável são suficientes para tal fim.

(f) Formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Para que possa participar da Assembleia Geral, votando nas matérias a serem deliberadas, o acionista deverá apresentar os seguintes documentos:

- (i) documento hábil de identidade;
- (ii) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral;
- (iii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do procurador do acionista, o qual deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e ser acionista, nosso administrador, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos; e
- (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição responsável pela custódia fungível ou outro órgão competente, no máximo 2 (dois) dias antes da data da realização da Assembleia Geral.

O edital de convocação das Assembleias Gerais poderá solicitar, para fins de melhor organização das Assembleias Gerais, o depósito em nossa sede dos documentos arrolados acima com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da realização da respectiva Assembleia Geral.

Ainda, independentemente do depósito dos referidos documentos com a antecedência acima prevista, qualquer acionista que comparecer às Assembleias Gerais terá o direito de dela participar e votar, desde que comprove sua qualidade de acionista mediante apresentação dos documentos acima elencados.

Não adotamos outras formalidades além das acima descritas para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas e não admitimos procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não mantemos fóruns e páginas na rede mundial de computadores para receber e compartilhar informações e comentários dos nossos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não adotamos, como regra, a transmissão ao vivo de vídeo e/ou áudio das Assembleias Gerais.

(i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não adotamos uma política e não possuímos mecanismos específicos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das nossas Assembleias Gerais, pois entendemos que os mecanismos previstos na legislação aplicável são suficientes para tal fim.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	17/02/2012
		Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul - RS	17/02/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	07/03/2012
		Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul - RS	07/03/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	29/04/2011
		Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul - RS	29/04/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	19/05/2011
		Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul - RS	23/05/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	22/04/2010
		Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul - RS	22/04/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	16/06/2010
		Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul - RS	16/06/2010

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Frequência das reuniões

Nosso Conselho de Administração deverá reunir-se ordinariamente 4 (quatro) vezes ao ano e extraordinariamente sempre que necessário. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, em nossa sede, sendo permitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou Vice-Presidente mediante notificação escrita entregue por carta, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho de Administração.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há disposições no acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Adotamos as formas de identificação e administração de conflitos de interesses dispostas na Lei das Sociedades por Ações. Em linha com o disposto na referida lei, nosso Estatuto Social estabelece que não pode ser eleito para o Conselho de Administração, exceto se expressamente autorizado pela Assembleia Geral da Companhia, aquele que tiver interesse conflitante com a Companhia, sendo que se o conflito surgir após a eleição de referido membro, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para deliberar a respeito da destituição ou permanência de tal membro no Conselho de Administração da Companhia.

Além do acima disposto, não possuímos regras específicas para a identificação e administração desses conflitos de interesses, pois entendemos que os mecanismos previstos na legislação aplicável são suficientes para tal fim.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Consta do art. 49 do nosso Estatuto Social a seguinte cláusula compromissória: “A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado”.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Kelly Zietolie	43	Pertence apenas à Diretoria	27/02/2012	Até AGO que aprovar DFs de 31/12/2014
594.926.860-15	Empresária	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	27/02/2012	Sim
Não aplicável.				
Thiago Proença Baisch	36	Pertence apenas à Diretoria	27/02/2012	Até AGO que aprovar DFs de 31/12/2014
884.703.000-59	Economista	Diretor Comercial	27/02/2012	Sim
Não aplicável.				
Paulo Eduardo Junqueira de Arantes Filho	36	Pertence apenas à Diretoria	27/02/2012	Até AGO que aprovar DFs de 31/12/2014
970.295.219-00	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	27/02/2012	Sim
Diretor Financeiro.				
Alexandre Grendene Bartelle	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/02/2012	Até AGO que aprovar DFs de 31/12/2013.
098.675.970-87	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	27/02/2012	Sim
Não aplicável.				
Juvenil Antonio Zietolie	68	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/02/2012	Até AGO que aprovar DFs de 31/12/2013
029.127.670-91	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/02/2012	Sim
Não aplicável.				
Renato Ochman	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/02/2012	Até AGO que aprovar DFs de 31/12/2013
375.739.690-15	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/02/2012	Sim
Não aplicável.				
Hugo Antônio João Bethlem	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até AGO que aprovar Dfs de 31/12/2013
012.204.568-88	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2013	Não
Não aplicável				
Frank Zietolie	41	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/02/2012	Até AGO que aprovar as DFs (i) de 31/12/2014, para Diretor; e (ii) de 31/12/2013, para Conselheiro

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador

Outros cargos e funções exercidas no emissor

532.184.260-49	Empresário	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	27/02/2012	Sim
----------------	------------	---	------------	-----

Não aplicável.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Kelly Zietolie - 594.926.860-15

Kelly Zietolie, 43 anos, ocupa o cargo de Diretora Vice Presidente. Além disso, a Sra. Kelly é acionista da Telasul S.A. e quotista da Zietolie Negócios e Participações Ltda. (holding).

A Sra. Kelly não ocupa nem ocupou cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Thiago Proença Baisch - 884.703.000-59

Thiago Proença Baisch, 36 anos, bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com formação superior em Economia em 1997, Pós-Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em Marketing e atual participante do Curso de MBA em Gestão de Negócios na IEN/IBMEC. Ocupa o cargo de Diretor Comercial. Além disso, exerceu as funções de (i) Gerente Executivo do Grupo RBS, empresa de comunicação, na gestão da área de marketing da RBS TV, no período de maio de 2006 a março de 2008; e (ii) Gerente Geral de Marketing, promovido para o cargo de Diretor Comercial de Marketing e Vendas, da Lojas Colombo S.A., loja de departamentos, no período de março de 2008 até dezembro de 2011.

O Sr. Thiago não ocupa nem ocupou cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Eduardo Junqueira de Arantes Filho - 970.295.219-00

Paulo Eduardo Junqueira de Arantes Filho, 36 anos, bacharel em Administração de Empresas com Habilitação em Comércio Exterior e Pós-Graduado em Finanças Corporativas pelo Centro Universitário Positivo, em Curitiba, Estado do Paraná. Exerce o cargo de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores. Além disso, o Sr. Paulo exerceu (i) o cargo de Gerente Financeiro da Insol do Brasil S.A., empresa que atua no segmento de agronegócios (soja), no período de outubro de 2003 até janeiro de 2007; (ii) o cargo de officer de Tesouraria e Relações com Investidores na Imcopa S.A., empresa atuante no segmento de agronegócios (soja), no período de fevereiro de 2007 até abril de 2010; e (iii) o cargo de Chief Accounting Officer Latin American Region (Fiat Group), no período entre outubro de 2010 até julho de 2011.

O Sr. Paulo não ocupa nem ocupou cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Alexandre Grendene Bartelle - 098.675.970-87

Alexandre Grendene Bartelle, 62 anos, bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Exerce o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. Além disso, ocupa os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Grendene S.A., companhia aberta atuante no segmento industrial de calçados, desde 19.04.2010 e 04.03.2010, respectivamente. Adicionalmente, participa em outros negócios no Brasil, incluindo a (i) Telasul S.A. - fabricante de cozinhas em aço, onde é Diretor Vice-Presidente desde 30.04.2010; (ii) Vulcabrás|Azaléia S.A., companhia aberta atuante no segmento industrial de calçados, onde é Vice Presidente do Conselho de Administração desde 05.01.2011; (iii) Agropecuária Jacarezinho Ltda. – empresa do ramo agropecuário, onde ocupa o cargo de administrador desde 22.06.1993; (iv) Da Mata S.A. Açúcar e Álcool – usina de álcool, açúcar e cultivo de cana, onde é Presidente do Conselho de Administração desde 21.01.2011; (v) Lagoa Clara Agrícola S.A. - empresa do ramo agropecuário, onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 20.08.2010; e (vi) Karina Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresa atuante no setor imobiliário, onde ocupa o cargo de administrador desde 23.06.1981. Além disso, o Sr. Alexandre ocupa os seguintes cargos em empresas cujo objeto social é deter participações em outras empresas (holdings), dentre as quais destacam-se: (a) AGP Negócios e Participações S.A., onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 24.07.2009; (b) Nova Trento Negócios e Participações Ltda., onde ocupa o cargo de administrador desde 28.07.1989; (c) Nova Vicenza Negócios e Participações S.A., onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 24.07.2009; (d) Veneza Negócios e Participações S.A., onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 19.03.2010; (e) Grendene Negócios S.A., onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 29.04.2010; e (f) Alexandre G. B. Participações S.A., onde ocupa o cargo de Presidente desde 30.04.2010. Por fim, dentre as obrigações inerentes aos cargos mencionados acima, o Sr. Alexandre tem outras obrigações gerais que tem sob sua responsabilidade na qualidade de sócio ou acionista, conforme o caso, das referidas empresas.

Além das empresas mencionadas acima, o Sr. Alexandre não ocupa nem ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Juvenil Antonio Zietolie - 029.127.670-91

Juvenil Antonio Zietolie, 68 anos, ocupa o cargo de Vice Presidente do nosso Conselho de Administração. Além disso, exerce o cargo de Diretor da Telasul S.A. – fabricante de cozinhas em aço, desde 30.04.2010. Adicionalmente, o Sr. Juvenil ocupa o cargo de sócio administrador na empresa Zietolie Negócios e Participações Ltda. (holding) desde 03.12.2008.

O Sr. Juvenil não ocupa nem ocupou cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Renato Ochman - 375.739.690-15

Renato Ochman, 52 anos, bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Mestre em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sócio do escritório de advocacia Ochman, Real Amadeo Advogados Associados com escritórios nas cidades de São Paulo e Porto Alegre, professor convidado de cursos da GVLaw/Fundação Getúlio Vargas/SP, membro do Conselho da Escola Graduada de São Paulo - Graded School e membro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seções de São Paulo e Rio Grande do Sul. Exerce o cargo de membro efetivo do nosso Conselho de Administração. Além disso, o Sr. Renato ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A. e da Grendene S.A., ambas companhias de capital aberto.

Além das empresas mencionadas acima, o Sr. Renato não ocupa nem ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Hugo Antônio João Bethlem - 012.204.568-88

Formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela FMU – SP

Cursos de especialização em Gestão e Empreendedorismo em Cornell - USA, Babson - USA e FGV – SP, Estratégia e Conselhos de Administração de Alta Performance no IMD – Suíça

Idiomas - Inglês, francês e espanhol - português (nativo)

Palestrante nacional e internacional e professor convidado na FGV

Casado - 4 filhos

Nascido em São Paulo – Brasil – em 16 de outubro de 1958

Desde de 3/2001 estava no Grupo Pão de Açúcar onde exercia o cargo de Vice Presidente Executivo de Relações Corporativas assumido em 7/2010, sendo responsável por Relações com Investidores, Sustentabilidade, Responsabilidade Social Corporativa, Relações com Imprensa e Governo, Relações com Clientes, Programa de Esportes e a agência de Publicidade P.A. publicidade, tendo anteriormente exercido os cargos de Vice Presidente Executivo de TI e Supply Chain (2008 a 2010), Diretor Executivo do Extra, Comprebem e Sendas (2004 a 2008) e Diretor Executivo Comercial (2001 a 2004).

Frank Zietolie - 532.184.260-49

Frank Zietolie, 41 anos, é bacharel em Administração de Empresas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, no Estado do Rio Grande do Sul. Exerce os cargos de membro efetivo do nosso Conselho de Administração e Diretor Presidente. Além disso, ocupa o cargo de Diretor Presidente da Telasul S.A. – fabricante de cozinhas em aço, desde 30.04.2010. Adicionalmente, o Sr. Frank Zietolie ocupa o cargo de sócio administrador na (i) Zietolie Negócios e Participações Ltda. (holding) desde 03.12.2008, e (ii) LIC Negócios Imobiliários Ltda. – empresa atuante no setor de empreendimentos imobiliários, desde 01.10.2009.

O Sr. Frank não ocupa nem ocupou cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês instalados.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Frank Zietolie	532.184.260-49	Unicasa Indústria de Móveis S.A.	90.441.460/0001-48	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
----------------	----------------	----------------------------------	--------------------	---

Diretor Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Kelly Zietolie	594.926.860-15	Unicasa Indústria de Móveis S.A.	90.441.460/0001-48	
----------------	----------------	----------------------------------	--------------------	--

Diretora Vice Presidente

Observação

O Sr. Frank Zietolie, nosso Diretor Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Administração é irmão da Sra. Kelly Zietolie, nossa Diretora Vice Presidente.

Administrador do emissor ou controlada

Frank Zietolie	532.184.260-49	Unicasa Indústria de Móveis S.A.	90.441.460/0001-48	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
----------------	----------------	----------------------------------	--------------------	--

Diretor Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Administração.

Pessoa relacionada

Juvenil Antonio Zietolie	029.127.670-91	Unicasa Indústria de Móveis S.A.	90.441.460/0001-48	
--------------------------	----------------	----------------------------------	--------------------	--

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Observação

O Sr. Frank Zietolie, nosso Diretor Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Administração, é filho do Sr. Juvenil Antônio Zietolie, nosso Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Administrador do emissor ou controlada

Kelly Zietolie	594.926.860-15	Unicasa Indústria de Móveis S.A.	90.441.460/0001-48	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
----------------	----------------	----------------------------------	--------------------	--

Diretora Vice Presidente

Pessoa relacionada

Juvenil Antonio Zietolie	029.127.670-91	Unicasa Indústria de Móveis S.A.	90.441.460/0001-48	
--------------------------	----------------	----------------------------------	--------------------	--

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Observação

O Sra. Kelly Zietolie, nossa Diretora Vice Presidente, é filha do Sr. Juvenil Antônio Zietolie, nosso Vice-Presidente do Conselho de Administração.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2011			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alexandre Grendene Bartelle Presidente do Conselho de Administração	098.675.970-87	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TELASUL S.A. Diretor Vice-Presidente	87.846.796/0001-86		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Frank Zietolie Diretor Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Administração	532.184.260-49	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TELASUL S.A. Diretor Presidente	87.846.796/0001-86		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Juvenil Antonio Zietolie Vice-Presidente do Conselho de Administração	029.127.670-91	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TELASUL S.A. Diretor	87.846.796/0001-86		
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não há quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

12.12 - Outras informações relevantes

Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos especiais para negociação de valores mobiliários no mercado de ações, conhecidos como Níveis 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado. O objetivo foi criar um mercado secundário para valores mobiliários emitidos por companhias abertas brasileiras que seguem as melhores práticas de governança corporativa. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir boas práticas de governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação a eles fornecida.

Adesão ao Novo Mercado

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias, (ii) manter, no mínimo, 25,0% de ações representativas do capital da companhia em circulação, (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais, informações anuais e demonstrações contábeis padronizadas, (iv) disponibilizar as demonstrações contábeis anuais no idioma inglês, e (v) apresentar a íntegra das Informações Trimestrais – ITR, traduzidas para o idioma inglês. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contratos entre a companhia, seus administradores, e acionistas controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do estatuto social da companhia para as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas impostas pelo Novo Mercado, as quais têm por objetivo conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. As principais regras relativas ao Novo Mercado são sucintamente descritas a seguir, às quais a companhia aderente também está sujeita.

Primeiramente, uma companhia que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Novo Mercado deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta junto à CVM. Além disso, a companhia deve, entre outras condições, firmar Contrato de Participação no Novo Mercado e adaptar seu estatuto social às cláusulas mínimas exigidas pela BM&FBOVESPA. Com relação à estrutura do capital social, deve ser dividido exclusivamente em ações ordinárias e uma parcela mínima de ações, representando 25,0% do capital social, deve ser mantida em circulação pela companhia.

O conselho de administração de companhias autorizadas a terem suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por, no mínimo, cinco membros, eleitos pela assembleia geral, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, ao menos 20,0% devem ser Conselheiros Independentes. Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, e os novos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, devem subscrever um Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio deste Termo de Anuência, os novos administradores da companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

Dentre outros requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destacam-se: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; (ii) dever de realizar ofertas de distribuição de ações sempre de modo a favorecer a dispersão acionária; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) dever de maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vi) necessária submissão da companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade,

12.12 - Outras informações relevantes

eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo IBGC objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando: (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade, sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, a Companhia adota:

- emissão exclusiva de ações ordinárias;
- política “uma ação igual a um voto”;
- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, que comprometam sua independência;
- Estatuto Social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembleia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; e (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- cumprimento com relação à pedidos de informação, incluindo informação sobre temas a serem deliberados em Assembleia Geral, bem como organizar reuniões a qualquer tempo e lugar conveniente que permita a participação da maior quantidade de acionistas possível;
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- fazer constar votos dissidentes nas atas de assembleias ou reuniões, quando solicitado;
- proibição relativa ao uso de informação privilegiada e implementação de políticas de divulgação de informação relacionadas a fatos relevantes e políticas de negociação de ações aprovadas pela Companhia;
- percentual mínimo de ações em circulação para promover a liquidez;
- conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras e diretoria em outras companhias; e
- previsão estatutária proibindo diretores de obter informações ou direito de voto quando existir conflito de interesses.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração.

Nossa política de remuneração está em linha com as melhores práticas de governança, com os objetivos estratégicos de nossos acionistas e com nossos desafios de crescimento e posicionamento competitivo frente a nossos maiores competidores (nacionais e internacionais), mencionados no quadro 7 deste Formulário de Referência, no curto e longo prazo.

A nossa política de remuneração tem por objetivo a remuneração satisfatória de nossos administradores, de forma a garantir a permanência de profissionais qualificados em nossa administração, bem como busca o equilíbrio entre os objetivos da organização, a estratégia de negócios e as práticas de mercado.

Em nosso entendimento, a remuneração atribuída aos Diretores e membros do Conselho de Administração é compatível com a de cargos semelhantes em outras companhias com as mesmas características da nossa, dentro e fora de nosso setor de atuação.

Não possuímos Conselho Fiscal instalado. A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será estabelecida segundo a legislação existente. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago a cada Diretor. Não possuímos Conselho Fiscal instalado atualmente.

Ainda, não possuímos quaisquer comitês de apoio à Diretoria ou ao Conselho de Administração.

Durante os exercícios de 2009, 2010 e 2011, não possuíamos Conselho de Administração, bem como não foi instalado o Conselho Fiscal.

(b) Composição da remuneração, indicando :

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração dos nossos Diretores é composta apenas por parcela fixa. A remuneração fixa tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, buscando compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos Diretores.

Adicionalmente, os Diretores que não são nossos acionistas fazem jus aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica – atendimento interno; (ii) Plano de Saúde; (iii) Assistência Odontológica – atendimento interno; (iv) Seguro de Vida em Grupo; e (v) P A T - Programa de Alimentação do Trabalhador. Os benefícios têm por objetivo complementar a remuneração dos Diretores.

A remuneração fixa dos Diretores e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, que analisa a responsabilidade de cada cargo da Diretoria, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração é composta apenas por parcela fixa. A remuneração fixa tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, buscando compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos Conselheiros.

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida.

Ainda, de acordo com o art. 34, parágrafo único, do nosso Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos nossos administradores uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

A remuneração composta por uma parcela fixa e por benefícios diretos e indiretos busca (i) alinhar os interesses dos executivos com os nossos objetivos de curto, médio e longo prazo; e (ii) o recrutamento e retenção dos profissionais adequados às nossas necessidades.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Adotamos como medida de desempenho dos administradores, indicadores empresariais qualitativos e quantitativos, sendo que os principais indicadores que utilizamos são o lucro líquido apurado em cada exercício e o EBITDA.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

Considerando os indicadores que são utilizados por nós, em consonância com o Estatuto Social vigente, por deliberação da Assembleia Geral anual, a remuneração é atribuída pelo desempenho global dos administradores, em cada exercício social.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

O formato da remuneração acima descrito, procura incentivar os administradores a buscar a melhor rentabilidade dos nossos investimentos e projetos desenvolvidos, de maneira a alinhar os interesses destes com os nossos interesses de curto, médio e longo prazos.

Em uma perspectiva de curto prazo, buscamos obter tal alinhamento por meio da atribuição da remuneração fixa e pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

Adicionalmente, planejamos submeter à aprovação da Assembleia Geral, em, no mínimo, seis meses após a realização da nossa oferta pública inicial de ações, um plano de outorga de opção de compra de ações até o limite de 5% (cinco por cento) de nosso capital social. Em caso de aprovação deste plano, poderá haver a emissão de ações com desconto em relação ao valor de mercado ou patrimônio líquido.

(f). existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A totalidade da remuneração dos nossos administradores é paga diretamente por nós.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Não há.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	4,00		9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	450.000,00	2.200.000,00		2.650.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	76.000,00	374.000,00		450.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável.	Não aplicável.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável.	Não aplicável.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	O item "outros" refere-se a estimativa dos custos sociais das despesas de remuneração pagas aos nossos administradores.	O item "outros" refere-se a estimativa dos custos sociais das despesas de remuneração pagas aos nossos administradores.		
Total da remuneração	526.000,00	2.574.000,00		3.100.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		3,00		3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		2.400.000,00		2.400.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		672.000,00		672.000,00

Descrição de outras remunerações fixas		Não aplicável.		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Não aplicável.		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		O item "outros" refere-se aos custos sociais das despesas de remuneração pagas aos nossos administradores. No ano de 2011 foi paga remuneração somente para 2 (dois) Diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração.		
Total da remuneração		3.072.000,00		3.072.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		3,00		3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		2.400.000,00		2.400.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		672.000,00		672.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Não aplicável.		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis		Não aplicável.		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		O item "outros" refere-se aos custos sociais das despesas de remuneração pagas aos nossos administradores. No ano de 2010 foi paga remuneração somente para 2 (dois) Diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração.		
Total da remuneração		3.072.000,00		3.072.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		3,00		3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		2.326.800,00		2.326.800,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		619.000,00		619.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Não aplicável.		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Não aplicável.		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		O item "outros" refere-se aos custos sociais das despesas de remuneração pagas aos nossos administradores.		
Total da remuneração		2.945.800,00		2.945.800,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Os membros da Diretoria e do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.

O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir correspondem à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, para o cada exercício encerrado em 31 de dezembro nos anos abaixo indicados.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (31.12.2012)– Valores Anuais				
	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5	4	0	9
Bônus (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Participação no resultado (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Total da remuneração variável (em R\$mil)	0	0	0	0

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total para o Exercício Social corrente (31.12.2011)– Valores Anuais				
	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	0	3	0	3
Bônus (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Participação no resultado (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Total da remuneração variável (em R\$mil)	0	0	0	0

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em (31.12.2010)– Valores Anuais				
	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	0	3	0	3
Bônus (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Participação no resultado (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Total da remuneração variável (em R\$mil)	0	0	0	0

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em (31.12.2009)– Valores Anuais				
	Conselho de Administração(1)	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	0	3	0	3
Bônus (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Participação no resultado (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Total da remuneração variável (em R\$mil)	0	0	0	0

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e para o exercício social corrente.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Acionista/Quotista⁽¹⁾	Quantidade Total de Ações	% com Relação ao Capital Social Total
UNICASA S/A		
Conselho de Administração	34.294.950	51,8941%
Diretoria	598.115	0,9051%
Total	34.893.065	52,7992%

⁽¹⁾ Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas no conselho de administração.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não possuíamos plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não possuíamos plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não possuíamos plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que não possuíamos plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos plano de previdência em vigor para os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Nº de membros	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.536.000,00	1.536.000,00	1.228.800,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.536.000,00	1.536.000,00	488.200,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.536.000,00	1.536.000,00	981.933,34

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2011	No ano de 2011 foi paga remuneração somente para 2 (dois) Diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração. Para efeito de cálculos da maior e menor remuneração e da média foram considerados somente 2 (dois) Diretores.
31/12/2010	No ano de 2010 foi paga remuneração somente para 2 (dois) Diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração. Para efeito de cálculos da maior e menor remuneração e da média foram considerados somente 2 (dois) Diretores.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não há percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no nosso resultado, referente a membros do conselho de administração e da diretoria estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

A Companhia não efetuou nenhum pagamento aos membros da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais que não seja em relação à função que ocupam.

Além disso, durante os exercícios de 2009, 2010 e 2011 a Companhia não possuía Conselho de Administração, bem como não foi instalado o Conselho Fiscal.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):**

Em 31 de dezembro de 2011 possuíamos 983 empregados alocados em Bento Gonçalves/RS e São Paulo/SP. As tabelas a seguir indicam a evolução na quantidade de empregados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, divididos por localização geográfica e atividade desempenhada:

Em 31 de dezembro de 2011		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Área Fabril	710
Bento Gonçalves-RS	Área Comercial	97
Bento Gonçalves-RS	Área Administrativa	170
Total Bento Gonçalves-RS		977
São Paulo-SP	Escritório de Vendas	6
Total São Paulo-SP		6
Total de empregados		983

Em 31 de dezembro de 2010		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Área Fabril	641
Bento Gonçalves-RS	Área Comercial	66
Bento Gonçalves-RS	Área Administrativa	158
Total Bento Gonçalves-RS		865
São Paulo-SP	Escritório de Vendas	11
Total São Paulo-SP		11
Total de empregados		876

Em 31 de dezembro de 2009		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Área Fabril	554
Bento Gonçalves-RS	Área Comercial	71
Bento Gonçalves-RS	Área Administrativa	93
Total Bento Gonçalves-RS		718
São Paulo-SP	Escritório de Vendas	16
Total São Paulo-SP		16
Rio de Janeiro-RJ	Escritório de Vendas	2
Total Rio de Janeiro-RJ		2
Total de empregados por atividade desempenhada		18
Total de empregados		736

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

As tabelas a seguir indicam a quantidade de empregados terceirizados que nos prestaram serviços em dezembro de 2011, 2010 e 2009:

Em 31 de dezembro de 2011		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de

14.1 - Descrição dos recursos humanos

		Empregados
Bento Gonçalves-RS	Vigilância	2
Bento Gonçalves-RS	Portaria e Limpeza	2
Bento Gonçalves-RS	Limpeza	5
Bento Gonçalves-RS	Preparo de Refeições	15
Total de empregados		24

Em 31 de dezembro de 2010		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Vigilância	3
Bento Gonçalves-RS	Portaria e Limpeza	1
Bento Gonçalves-RS	Limpeza	3
Bento Gonçalves-RS	Preparo de Refeições	12
Total de empregados		19

Em 31 de dezembro de 2009		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Vigilância	3
Bento Gonçalves-RS	Portaria e Limpeza	3
Bento Gonçalves-RS	Limpeza	1
Bento Gonçalves-RS	Preparo de Refeições	11
Total de empregados		18

(c) índice de rotatividade

A taxa de rotatividade dos nossos empregados foi de 6,81%, 5,65% e 4,97% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, respectivamente.

(d) Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011, figurávamos no polo passivo de 62 ações judiciais de natureza trabalhista, cujo valor total envolvido perfazia a quantia de aproximadamente R\$2,7 milhões.

Constituímos provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas, por nossos assessores jurídicos e nossa administração, como prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

No que tange às reclamações trabalhistas, as provisões em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2010, e 31 de dezembro de 2011 foram de R\$0,36 milhão, R\$1,58 milhão, e R\$1,19 milhão, respectivamente.

Para maiores informações sobre as contingências trabalhistas, vide o item 4.3 deste Formulário de Referência.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve variação relevante com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) Política de salários e remuneração variável

Nossos cargos estão classificados em grupos funcionais, de acordo com a natureza das atribuições dos mesmos, sendo (i) grupo operacional, técnico e supervisão da fábrica; (ii) grupo funcional administrativo; e (iii) grupo funcional de supervisão e gerências administrativas.

Para cada grupo foram estabelecidas faixas salariais com base em pesquisas de mercado, considerando uma variação de aproximadamente 5% (cinco por cento) na área operacional e 10% (dez por cento) na área administrativa.

Os reajustes são concedidos de forma geral com base em convenções coletivas, acordos coletivos e antecipações definidas pelas empresas.

Outras alterações são concedidas com base no desempenho e resultado de cada empregado, de acordo com os seguintes critérios: formação escolar, treinamento e desenvolvimento, mudanças de função, promoções, transferências, aumento de produtividade, iniciativa e melhorias em geral apresentadas.

Adicionalmente, oferecemos aos nossos empregados um programa de participação nos resultados (“PPR”).

Para calcular o valor do PPR, são levados em conta e mensurados diversos indicadores de performance e produtividade, verificados anualmente entre o período de janeiro a dezembro de cada ano. Tais indicadores e pontos apurados são baseados nos seguintes itens: (i) absenteísmo; (ii) índice de rotatividade; (iii) perdas e refugo de materiais utilizados na produção; (iv) melhoria constante no sistema de produção evitando retrabalho; (v) assistência técnica; (vi) incremento no volume de produtos vendidos; e (vii) 5S – limpeza, programa de organização e qualidade.

O pagamento do PPR tem como teto um salário contratual para empregados que trabalham na Companhia há até um ano e dois salários para empregados que trabalham na Companhia há mais de um ano.

O pagamento do PPR é efetuado, por meio da folha de pagamento, (i) de forma semestral para os empregados assíduos, assim considerados aqueles que tiverem no máximo dois dias de afastamento do trabalho no período de janeiro a julho, sendo 50% em agosto e 50% em fevereiro de cada ano, ; e (ii) em uma única parcela, para os empregados não assíduos, paga em fevereiro, sempre com base na apuração dos sete indicadores descritos acima.

Para o pagamento da primeira parcela do PPR, a apuração dos pontos será equivalente à média apurada no período de janeiro a julho. O pagamento da segunda parcela, tem como base a apuração dos pontos durante todo o período anual.

(b) Política de benefícios

Oferecemos aos nossos empregados os seguintes benefícios:

- Plano de assistência médica – atendimento interno

Para este tipo de benefício destinado aos nossos empregados, contamos com um profissional especializado em Medicina do Trabalho e Clínica Geral, que atende diariamente de segundas às sextas-feiras, seis horas por dia, em consultório especialmente preparado dentro da própria Companhia, o que traz comodidade, conforto e rapidez no atendimento. Os nossos empregados fazem jus a esse benefício a partir da data de admissão.

Os principais tipos de atendimento e serviços realizados são os seguintes: (i) consultas clínicas e diagnósticas; (ii) exames médicos admissionais; (iii) exames médicos demissionais; (iv) Exames médicos periódicos.

- Plano de saúde

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Mantemos “convênios” com Planos de Saúde e de Acidente de Trabalho para nossos empregados e dependentes. Os nossos empregados fazem jus a esse benefício a partir da data de admissão. Tais planos são contratados através de duas empresas especializadas na área de saúde: (i) “Tacchimed” Associação Bartholomeu Tacchini de Bento Gonçalves, RS; e (ii) “Unimed Nordeste/RS” – Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda de Caxias do Sul-RS.

As principais coberturas dos planos de saúde são as seguintes: (i) Consultas Médicas em geral; (ii) Exames em geral em laboratórios e centros de diagnósticos conveniados; (iii) Internações hospitalares atendidas através de hospitais e plantões de atendimento (PA) credenciados, com grande abrangência na região.

O custo/mensalidade e forma de pagamento dos Planos de Saúde tem a seguinte forma de participação e funcionamento: (i) Para os nossos empregados, participamos com 75% do valor das mensalidades e demais custos; (ii) Para os dependentes de nossos empregados o valor é pago integralmente pelo empregado. Não obstante, por se tratar de plano de saúde empresarial e conveniado com a Companhia, as mensalidades tem um desconto de aproximadamente 20% em relação a outros planos de saúde do mercado. Pagamos a integralidade do montante devido diretamente aos fornecedores dos planos de saúde, sendo que a parte que deve ser arcada pelos nossos empregados é descontada diretamente na folha de pagamento.

- Assistência odontológica – atendimento interno

Disponibilizamos para todos os nossos empregados um Cirurgião-Dentista para assistência médica-odontológica. O atendimento é realizado dentro da própria Companhia, em um gabinete dentário devidamente equipado, que conta com uma linha completa de medicamentos e materiais necessários para atender adequadamente nossos empregados. Os nossos empregados fazem jus a esse benefício a partir da data de admissão.

Os principais serviços realizados no atendimento aos empregados são os seguintes: diagnóstico e consultas em geral, profilaxia (limpeza dentária), aplicação de flúor, restaurações dentárias, endodontia (tratamento de canal) em dentes anteriores, exodontia (extração) e orientação preventiva.

O atendimento é efetuado de terças às sextas-feiras, num total de quatro horas diárias. Em caso de urgência, o atendimento é efetuado de acordo com a demanda.

- Seguro de vida em grupo

Possuímos apólice de seguro de vida e acidentes pessoais que oferecem coberturas para morte ou invalidez decorrentes de acidente ou doença. Os nossos empregados fazem jus a esse benefício a partir da data de admissão. Os valores segurados por morte natural ou invalidez permanente ficam entre R\$ 11.179,00 e R\$ 53.150,00. No caso de morte acidental o valor segurado é equivalente ao dobro dos valores segurados por morte natural ou invalidez permanente.

Os prêmios de seguro são custeados por nós no percentual de 50%, sendo os demais 50% custeados pelos empregados por meio de desconto em folha de pagamento.

- Auxílio Educação

Este benefício tem como objetivo incentivar e auxiliar nossos empregados, por meio de reembolso pela Companhia de 50% do valor das mensalidades escolares por eles pagas, abrangendo todos os níveis de educação do ensino fundamental, médio e superior.

Para o ensino fundamental e médio, o auxílio educação é oferecido independentemente do curso realizado, isto é, há cobertura para todos os cursos ministrados pelas escolas credenciadas, nos quais nossos empregados estejam matriculados.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Para o ensino superior, o benefício é destinado apenas ao reembolso das mensalidades dos cursos relacionados à atividade desempenhada pelo empregado na Companhia ou conforme interesse da Companhia. Atualmente estão contemplados neste benefício aproximadamente vinte cursos de várias especialidades.

Os nossos empregados fazem jus a esse benefício a partir do terceiro mês de admissão. Ainda, este benefício está condicionado à aprovação do empregado no curso ou disciplina em que está matriculado, o que pode ser comprovado mediante a apresentação do Boletim de Desempenho fornecido pela escola ou universidade.

- P A T - Programa de Alimentação do Trabalhador

Participamos do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT e estendemos este benefício para todos os nossos empregados.

Atualmente servimos aproximadamente 830 refeições diárias entre almoços e jantares em refeitório localizado dentro de nossa sede. O fornecimento das refeições é realizado pela empresa Prato Mil Refeições Coletivas Ltda., de Bento Gonçalves, RS, cuja preparação é feita nas instalações do refeitório da própria Companhia, em cozinha especialmente equipada para tanto. A participação no custo das refeições é feita da seguinte maneira: 80% por cento é custeado por nós e 20% por cento é custeado pelo empregado por meio de desconto na folha de pagamento.

Este benefício é opcional e visa facilitar e proporcionar comodidade e conforto aos nossos empregados.

Os nossos empregados fazem jus a esse benefício a partir da data de admissão.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para o exercício; (iii) preços de exercício ; (iv) prazos de exercício e (v) quantidade de ações comprometida pelo plano.

Não aplicável, pois não possuíamos remuneração baseada em ações até a data deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Possuímos um bom relacionamento com os seguintes sindicatos: (i) Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo, para o qual repassamos um desconto de 1,5% efetuado sobre o salário dos afiliados, a título de contribuição assistencial/confederativa; e (ii) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário de Bento Gonçalves/RS, para o qual repassamos um desconto de 1,0% efetuado sobre o salário dos afiliados, a título de contribuição assistencial/confederativa.

Atualmente, empregamos em nossa matriz de Bento Gonçalves/RS dois empregados representantes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário de Bento Gonçalves/RS. Nos três últimos exercícios sociais, não tivemos nenhuma ocorrência de greve ou qualquer outro tipo de paralisação de nossas atividades.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
BTG Pactual Asset Management DTVM						
29.650.082/0001-00	Brasileira	Não	Não	27/04/2012		
	3.391.928	5,130000%	0	0,000000%	3.391.928	5,130000%
Nely Rosa Celso Schenatto						
667.288.190-53	Brasileira	Sim	Sim	27/04/2012		
	475.811	0,720000%	0	0,000000%	475.811	0,720000%
Fundamental Investimentos Ltda.						
08.561.710/0001-00	Brasileira-SP	Não	Não	18/02/2013		
	3.412.400	5,160000%	0	0,000000%	3.412.400	5,160000%
Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda.						
32.319.907/0001-04		Não	Não	05/11/2012		
	3.408.300	5,160000%	0	0,000000%	3.408.300	5,160000%
Emilia Angela Saretta Zietolie						
807.206.090-20	Brasileira	Sim	Sim	27/04/2012		
	317.761	0,480000%	0	0,000000%	317.761	0,480000%
Frank Zietolie						
532.184.260-49	Brasileira	Sim	Sim	27/04/2012		
	5.695.000	8,620000%	0	0,000000%	5.695.000	8,620000%
Alexandre Grendene Bartelle						
098.675.970-87	Brasileira	Sim	Sim	27/04/2012		
	26.289.165	39,780000%	0	0,000000%	26.289.165	39,780000%
Kelly Zietolie						
594.926.860-15	Brasileira	Sim	Sim	27/04/2012		
	598.116	0,900000%	0	0,000000%	598.116	0,900000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Juvenil Antonio Zietolie						
029.127.670-91	Brasileira	Sim	Sim	27/04/2012		
	2.310.784	3,500000%	0	0,000000%	2.310.784	3,500000%
OUTROS						
	20.187.099	30,550000%	0	0,000000%	20.187.099	30,550000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	66.086.364	100,000000%	0	0,000000%	66.086.364	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de capital

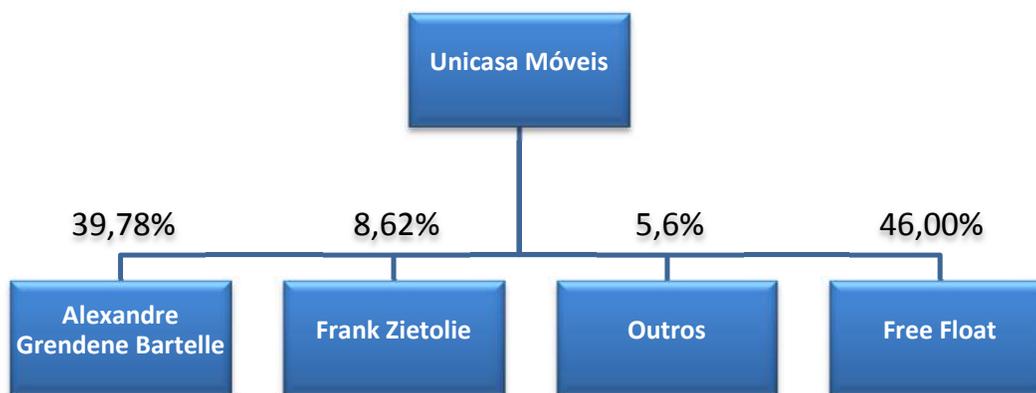
Data da última assembleia / Data da última alteração	30/03/2012
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	6
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	0
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	30.399.727	46,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	30.399.727	46,000000%

15.4 Organograma dos Acionistas



* Outros, 5,6% (Juvenil Antonio Zietolie- 3,5%, Kelly Zietolie-0,90%, Emilia Angela Saretta Zietolie- 0,48% e Nely Rosa C. Schenatto- 0,72%)

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

a) parte

São partes do acordo de acionistas depositado em nossa sede: Alexandre Grendene Bartelle (“Alexandre”), Juvenil Antonio Zietolie (“Juvenil”), Frank Zietolie (“Frank”), Kelly Zietolie (“Kelly”), Emilia Angela Saretta Zietolie (“Emilia”) e Nely Rosa Celso Schenatto (“Nely”) e, em conjunto com Alexandre, Juvenil, Frank, Kelly e Emilia, os “Acionistas Vinculados”) (“Acordo de Acionistas”).

b) data de celebração

14 de março de 2012.

c) prazo de vigência

O Acordo de Acionista foi celebrado sob condição suspensiva, passando a ser eficaz apenas a partir da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública de nossas ações, no âmbito da nossa oferta pública inicial (“Anúncio de Início”) ou, independentemente da ocorrência da publicação do Anúncio de Início, desde que haja concordância por escrito dos Acionistas Vinculados. O Acordo de Acionistas permanecerá em vigor até 14 de março de 2032, podendo ser rescindido quando houver manifestação, por escrito, dos Acionistas Vinculados representando no mínimo 50,01% (cinquenta inteiros e um centésimo) das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas.

d) cláusulas relativas ao exercício de direito de voto e do poder de controle

O Acordo de Acionistas estabelece que antes da realização de nossas assembleias gerais deverão ser convocadas e realizadas reuniões prévias para deliberar sobre as matérias constantes da ordem do dia das referidas assembleias gerais. As decisões tomadas nas reuniões prévias dependem de quorum de aprovação de 50,01% (cinquenta inteiros e um centésimo por cento) das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas e vincularão o voto de todos os Acionistas Vinculados nas nossas assembleias gerais, devendo os mesmos votarem em bloco, de acordo com as decisões tomadas nas reuniões prévias. O Acordo de Acionistas estabelece, ainda, que os Acionistas Vinculados devem fazer com que seus representantes nas assembleias gerais votem de acordo com as deliberações aprovadas em reunião prévia, independentemente de terem ou não comparecido a referida reunião e terem ou não votado favoravelmente à deliberação tomada na referida reunião. O eventual exercício, por qualquer dos Acionistas Vinculados, do direito de voto em desacordo com as decisões aprovadas em reunião prévia ou com as demais disposições do Acordo de Acionistas, importará em nulidade do voto exercido. O não comparecimento à assembleia geral ou a abstenção de voto de qualquer Acionista Vinculado, assegura a qualquer dos demais Acionistas Vinculados o direito de votar, de acordo com as deliberações tomadas em reunião prévia, com as ações pertencentes ao referido acionista.

Ainda, por meio do Acordo de Acionistas, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle constituiu em favor de seu irmão, o Sr. Pedro Grendene Bartelle, usufruto vitalício, restrito ao direito de voto de suas ações vinculadas ao Acordo de Acionistas, sem a inclusão de direito a rendimentos. Referido usufruto foi constituído sob condição suspensiva, passando a vigorar somente em caso de incapacidade ou falecimento do Sr. Alexandre e desde de que o Sr. Pedro lhe sobreviva e seja plenamente capaz.

e) cláusulas relativas à indicação de administradores

O Acordo de Acionistas não possui cláusula específica referente à indicação de administradores.

f) cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

O Acordo de Acionistas estabelece que o próprio Acordo, quaisquer de seus direitos ou obrigações, e as ações vinculadas ao Acordo de Acionistas, não poderão ser transferidos ou alienados, a qualquer título, pelos Acionistas Vinculados, a terceiros, direta ou indiretamente, sem o consentimento prévio dos demais Acionistas Vinculados. Caso qualquer dos Acionistas Vinculados deseje alienar a terceiros suas ações, direta ou indiretamente, deverá ser conceder direito de preferência aos demais Acionistas Vinculados na proporção de suas participações.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Por fim, o Acordo de Acionistas estabelece que os Acionistas Vinculados poderão transferir livremente suas ações para sociedades controladas nas quais o respectivo acionista detenha, no mínimo, 99% do capital votante e 99% do capital social total. Nesta hipótese a sociedade controlada pelo Acionista Vinculado, na qualidade de sucessora, deverá aderir e se subrogar em todos os direitos e obrigações previstos no Acordo de Acionistas.

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia

Em 1º de dezembro de 2010, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle transferiu para o Sr. Frank Zietolie a quantidade de 329.994 ações ordinárias, representativas de 6,0% do nosso capital social total. Nesta mesma data, o Sr. Juvenil Antônio Zietolie transferiu à Frank Zietolie a quantidade de 37.803 ações ordinárias, representativas de 0,69% do nosso capital social total. Em 5 de janeiro de 2012, o Sr. Pedro Grendene Bartelle transferiu 13 ações ordinárias para o Sr. Alexandre Grendene Bartelle, representativas de 0,0002% do nosso capital social. Em decorrência das referidas transferências, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle passou a deter 73,6666% do nosso capital social, enquanto que os Srs. Juvenil Antônio Zietolie e Frank Zietolie passaram a deter, respectivamente, 10,7423% e 10,0000% do nosso capital social. Adicionalmente, em 30 de março de 2012, nossa assembleia geral extraordinária aprovou o desdobramento de nossas ações, conforme detalhado no item 17.3 deste Formulário de Referência, de forma que o nosso quadro societário passou a ser o seguinte:

a) Acionista	b) Nacionalidad e - UF	c) CNPJ/MF/CPF/MF	d) Quantidade de ações		e) % detido em relação à respectiva espécie de ações		f) % detido em relação ao capital social	g) Participan te do acordo de acionistas	i) Data da Última alteração
			Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais			
Alexandre Grendene Bartelle	Brasileira	098.675.970-87	41.953.182	--	73,6666	--	73,6666	Sim	05.01.2012
Frank Zietolie	Brasileira	532.184.260-49	5.695.000	--	10,0000	--	10,0000	Sim	01.12.2010
Juvenil Antonio Zietolie	Brasileira	029.127.670-91	6.117.742	--	10,7423	--	10,7423	Sim	01.12.2010
Outros	--	--	3.184.076	--	5,5911	--	5,5911	--	05.01.2012
Total	--	--	56.950.000	--	100,0000	--	100,0000	--	--

Em 04 de abril de 2012 o Conselho de Administração da Companhia autorizou realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária"), e distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia. O Conselho de Administração aprovou em 25/04/2012, o preço por ação, conforme bookbuilding e o aumento do capital social que passou de R\$59.799.824,96 (Cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos) para R\$187.708.920,96 (cento e oitenta e sete milhões, setecentos e oito mil, novecentos e vinte reais e noventa e seis centavos), com um aumento, portanto, no montante de R\$127.909.096,00 (cento e vinte e sete milhões, novecentos e nove mil e noventa e seis reais), mediante a emissão de 9.136.364 (nove milhões, cento e trinta e seis mil e trezentos e sessenta e quatro) de novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$14,00 (catorze reais) por ação.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

A seguir quadro da estrutura societária da Companhia após abertura de capital:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Alexandre Grendene Bartelle	41.953.182	73,7	26.289.166	39,8
Juvenil Antonio Zietolie	6.117.742	10,7	2.310.784	3,5
Kelly Zietolie	1.583.497	2,8	598.115	0,9
Emilia Angela Saretta Zietolie	841.263	1,5	317.761	0,5
Nely Rosa C. Schenatto	759.316	1,3	475.811	0,7
Frank Zietolie	5.695.000	10,0	5.695.000	8,6
Outros Acionistas	-	-	30.399.727	46,0
Total	56.950.000	100,0	66.086.364	100,0
Controladores	56.950.000	100,0	35.686.637	54,0
Free Float	-	-	30.399.727	46,0

15.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As deliberações referentes a eventuais transações entre nós e partes relacionadas são tomadas, conforme o caso, por nossos Acionistas ou Conselho de Administração, nos termos do nosso Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações.

Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos que celebramos com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro, sem qualquer relação conosco, nossos sócios ou administradores.

As operações envolvendo nós e nossa parte relacionada Telasul S.A., referem-se a compras de insumos (portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos) utilizados em nosso processo produtivo para fabricação de móveis componíveis. Também efetuamos vendas para a Telasul S.A. de diversos produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros) e sucatas de madeira. As operações são efetuadas a preços de mercado e com prazo médio de compra e venda de sete dias.

Celebramos, no curso normal de nossos negócios, operações com partes relacionadas que são sociedades cujo controle é detido pelo nosso acionista controlador e que têm em seu quadro societário outros acionistas da Companhia. Tais operações referem-se à compra e venda de certos insumos utilizados em nosso processo produtivo e de nossas partes relacionadas, os quais são adquiridos de forma centralizada em uma das partes para capturar ganhos de sinergia nas negociações com os fornecedores e com a logística envolvida no processo.

Não são prestadas garantias nas nossas operações com partes relacionadas, as quais são liquidadas em recursos financeiros em prazos similares às operações celebradas com terceiros, de forma que não estamos sujeitos à incidência de juros e encargos.

Negociamos individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros.

Termos e condições de transação da Companhia

A Telasul S.A. é uma companhia controlada pelos mesmos acionistas que nos controlam. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazos similares a operação com terceiros. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
TELASUL S/A	31/12/2010	18.200.000,00	5.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia						
Objeto contrato	Fornecimento de Insumos (Portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos)						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
TELASUL S/A	31/12/2009	20.174.000,00	357.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2009	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia						
Objeto contrato	Fornecimento de Insumos (Portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos)						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
JUVENIL A. ZIETOLIE	31/12/2011	0,00	0	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Juvenil A. Zietolie é acionista da Companhia						
Objeto contrato	Aquisição de móveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
JUVENIL A. ZIETOLIE	31/12/2010	32.000,00	0	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Juvenil A. Zietolie é acionista da Companhia						
Objeto contrato	Aquisição de móveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
JUVENIL A. ZIETOLIE	31/12/2009	91.000,00	33.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2009	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Juvenil A. Zietolie é acionista da Companhia						
Objeto contrato	Aquisição de móveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE	31/12/2011	0,00	952.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Alexandre Grendene Bartelle é acionista da Companhia						
Objeto contrato	Aquisição de móveis e reembolso de despesas de utilização de aeronave.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE	31/12/2010	0,00	1.138.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Alexandre Grendene Bartelle é acionista da Companhia						
Objeto contrato	Aquisição de móveis e reembolso de despesas de utilização de aeronave.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE	31/12/2009	92.000,00	368.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2009	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Alexandre Grendene Bartelle é acionista da Companhia						
Objeto contrato	Aquisição de móveis e reembolso de despesas de utilização de aeronave.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
FRANK ZIETOLIE	31/12/2011	0,00	0	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Frank Zietolie é acionista da Companhia						
Objeto contrato	Aquisição de móveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
FRANK ZIETOLIE	31/12/2010	2.000,00	0	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr.Frank Zietolie é acionista da Companhia						
Objeto contrato	Aquisição de móveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
FRANK ZIETOLIE	31/12/2009	11.000,00	1.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2009	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr.Frank Zietolie é acionista da Companhia						
Objeto contrato	Aquisição de móveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
TELASUL S.A	31/12/2011	622.000,00	99.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia						
Objeto contrato	Aquisição de Insumos e Produtos acabados (Mobiliário Corporativo , móveis componíveis, entre outros) e sucatas de madeira.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
TELASUL S.A	31/12/2010	1.007.000,00	466.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia						
Objeto contrato	Aquisição de Insumos e Produtos acabados (Mobiliário Corporativo , móveis componíveis, entre outros) e sucatas de madeira.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
TELASUL S.A	31/12/2009	1.439.000,00	454.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2009	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia						
Objeto contrato	Aquisição de Insumos e Produtos acabados (Mobiliário Corporativo , móveis componíveis, entre outros) e sucatas de madeira.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
TELASUL S/A	31/12/2011	15.548.000,00	0	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia						
Objeto contrato	Fornecimento de Insumos (Portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos)						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado. A decisão acerca de todas as nossas operações é submetida à Assembleia Geral, ao Conselho de Administração ou à Diretoria, conforme o caso, e os casos de conflitos de interesse são analisados pelo Conselho de Administração.

Havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, nos termos da legislação em vigor, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este está vedado em proferir o seu voto. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria deliberada é anulável e o acionista responde pelos danos causados, devendo nos transferir as vantagens que tiver auferido. Não possuímos nenhum mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesses além daqueles impostos por lei. Solucionaremos eventuais conflitos de interesses de maneira individualizada.

Até a data deste Formulário de Referência, não foi identificada qualquer situação que pudesse ser configurada como uma situação de conflito de interesses e, portanto, não foi necessária a tomada de qualquer atitude relacionada.

Sempre observamos as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial com qualquer parte relacionada. Para tanto, levamos em consideração, dentre outros, o preço praticado e a experiência, relevância no mercado e presença geográfica do contratado. Por fim, ressalvamos que as transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas. Para uma descrição mais detalhada dessas operações, vide item 16.2 acima.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
25/04/2012	187.708.920,96		66.086.364	0	66.086.364
Tipo de capital	Capital Subscrito				
25/04/2012	187.708.920,96		66.086.364	0	66.086.364
Tipo de capital	Capital Integralizado				
25/04/2012	187.708.920,96		66.086.364	0	66.086.364
Tipo de capital	Capital Autorizado				
27/02/2012	500.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/02/2012	AGE	27/02/2012	30.100.364,96	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

25/04/2012	RCA	25/04/2012	127.909.096,00	Subscrição pública	9.136.364	0	9.136.364	213,90000000	14,00	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	----------------	--------------------	-----------	---	-----------	--------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Procedimento de bookbuilding

Forma de integralização

Em dinheiro

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
30/03/2012	5.499.900	0	5.499.900	56.950.000	0	56.950.000

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui redução do capital social.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social e desde que compatível com a nossa situação financeira, os nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda, receber juros sobre capital próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários. Nosso Estatuto Social adota o percentual mínimo de 25% do saldo do lucro líquido registrado no exercício social anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações, para distribuição aos acionistas a título de dividendo obrigatório anualmente.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se do nosso quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial de suas ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada nos 10 (dez) dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entendermos que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira. A Lei das Sociedades por Ações estabelece as hipóteses em que o direito de retirada poderá ser exercido.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) direito de votar nas assembleias gerais; e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

De acordo com o nosso Estatuto Social, a alienação do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

A oferta pública de aquisição mencionada no parágrafo acima também deverá ser realizada (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle; e (ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o nosso controle; sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à CVM e à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Adicionalmente, a nossa saída do Novo Mercado (a) para que os valores mobiliários por nós emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado; ou (b) em virtude de reorganização societária na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, está sujeita à realização, pelo nosso acionista controlador, de oferta pública de aquisição de ações ao preço mínimo correspondente ao valor econômico atribuído em laudo de avaliação, conforme disposto em nosso Estatuto Social.

Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a nossa saída do Novo Mercado (a) para que os valores mobiliários por nós emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado; ou (b) em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas acima. A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

A oferta pública de aquisição de ações que vise ao cancelamento do nosso registro de companhia aberta está sujeita à realização, por nosso acionista controlador ou por nós, de oferta pública de aquisição de ações ao preço mínimo correspondente ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, conforme disposto em nosso Estatuto Social.

A nossa saída do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação, pelo nosso acionista controlador, de oferta pública de aquisição de ações ao preço mínimo correspondente ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, conforme disposto em nosso Estatuto Social. Na hipótese de não haver acionista controlador e a nossa saída do Novo Mercado decorrer de deliberação da Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento. Ainda, na hipótese de não haver acionista controlador e a nossa saída do Novo Mercado ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os nossos administradores deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela nossa saída do Novo Mercado. Caso a Assembleia Geral delibere pela nossa saída do Novo Mercado, a referida Assembleia deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não existem exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos em nosso Estatuto Social.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possuía valores mobiliários emitidos nos últimos 3 exercícios sociais.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

18.6. Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

As nossas ações são negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos valores mobiliários em negociação nos mercados estrangeiros.

18.8. Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia

Em 04 de abril de 2012 o Conselho de Administração da Companhia autorizou realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária"), e distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia. O Conselho de Administração aprovou em 25/04/2012, o preço por ação, conforme bookbuilding e o aumento do capital social que passou de R\$59.799.824,96 (Cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos) para R\$187.708.920,96 (cento e oitenta e sete milhões, setecentos e oito mil, novecentos e vinte reais e noventa e seis centavos), com um aumento, portanto, no montante de R\$127.909.096,00 (cento e vinte e sete milhões, novecentos e nove mil e noventa e seis reais), mediante a emissão de 9.136.364 (nove milhões, cento e trinta e seis mil e trezentos e sessenta e quatro) de novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$14,00 (catorze reais) por ação.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não realizamos quaisquer ofertas públicas de aquisição de ações de emissão de terceiro.

18.10 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui planos de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui ações em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui valores em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação

27/02/2012

Cargo e/ou função

As obrigações previstas na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia alcançam, para fins de expressa adesão: (i) a Companhia; (ii) os acionista(s) ou grupo de acionistas que exerça(m) o poder de controle da Companhia; (iii) os membros do conselho de administração e da diretoria, titulares e suplentes, atuando em nome próprio ou da Companhia; (iv) os membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária; (v) os administradores que se afastem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante o seu período de gestão; e (vi) os empregados, executivos e/ou quaisquer outras pessoas da Companhia assim indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores. As obrigações são igualmente aplicáveis às pessoas anteriormente mencionadas que sejam integrantes das sociedades controladoras e sociedades controladas da Companhia.

Principais características

A Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia deve ser aplicada em conformidade com o disposto na Política de Divulgação de Informações da Companhia, na Instrução CVM 358, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, especialmente quanto ao dever das pessoas vinculadas à Política de Negociação de guardar sigilo sobre qualquer informação relevante que ainda não tenha sido divulgada, sendo vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem no mercado de valores mobiliários. As pessoas vinculadas à Política de Negociação não podem negociar com (i) qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como ações, debêntures, notas promissórias e/ou bônus de subscrição; e (ii) qualquer título, contrato ou acordo referenciado a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como contratos de derivativos e/ou opções de compra e venda futura (“Valores Mobiliários”), no período de 15 (quinze) dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, independentemente da existência, ou não, de ato ou fato relevante a ser divulgado pela Companhia. Excepcionalmente, os membros do conselho de administração, da diretoria, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária da Companhia, bem como de suas sociedades controladas e coligadas, poderão negociar com Valores Mobiliários no período de 15 (quinze) dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia desde que (i) a aquisição seja realizada em conformidade com o Plano Individual de Investimento arquivado na Companhia; e (ii) a Companhia tenha aprovado cronograma definindo datas específicas para divulgação dos formulários ITR e DFP.

As vedações estabelecidas na Política de Negociação não se aplicam: (i) no caso de as negociações com Valores Mobiliários da Companhia serem realizadas por fundos de investimento de que as pessoas vinculadas à Política de Negociação sejam quotistas, desde que tais fundos de investimento não sejam exclusivos e as decisões de negociação do administrador dos fundos de investimento não sejam influenciadas pelos quotistas; e/ou (ii) nas aquisições de ações da Companhia que se encontrem em tesouraria, por meio de negociação privada, decorrentes do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela assembleia geral da Companhia.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Além das vedações acima descritas, o Conselho de Administração da Companhia não poderá, em nenhuma hipótese, autorizar negociações de ações de emissão da Companhia, dentre elas: (a) caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da Companhia ou outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; e/ou; e (b) se existir a intenção de promover a incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia enquanto a mesma não tiver se tornado pública através da divulgação de Ato ou Fato Relevante. Os membros do conselho de administração e da diretoria que tenham aderido à Política de Negociação e que venham a se afastar da Companhia não tendo ainda sido divulgado ato ou fato relevante de negócio ocorrido durante a sua gestão devem observar as limitações fixadas na Política de Negociação (i) pelo prazo de 06 (seis) meses contados de seu afastamento; ou (ii) até a divulgação do respectivo ato ou fato relevante, o que ocorrer primeiro.

As violações ao disposto na Política de Negociação da Companhia deverão ser comunicadas imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia. As pessoas vinculadas à Política de Negociação responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Negociação se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Política de Negociação, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Política de Negociação venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

Sem prejuízo do disposto acima, a infração aos termos estipulados na Política de Negociação pode configurar infração grave, para os fins previstos no §3º, artigo 11 da Lei do Mercado de Capitais. Ademais, a utilização de informação acerca de ato ou fato relevante ainda não divulgado pode ser tipificada como crime, sujeito à pena de reclusão de um a cinco anos e multa, nos termos do artigo 27-D da Lei do 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

20.2 - Outras informações relevantes

Em complemento ao item “Principais Características”, descrito no quadro 20.1 deste Formulário de Referência, a nossa Política de Negociação prevê que as pessoas vinculadas à Política de Negociação que desejarem negociar com Valores Mobiliários deverão observar as seguintes limitações: (i) abster-se de negociar Valores Mobiliários sempre que assim determinado pelo Diretor de Relações com Investidores, pelo período por este fixado, independente da apresentação de justificativa; (ii) não realizar negociações com Valores Mobiliários de forma privada, salvo se expressamente autorizadas pelo Diretor de Relações com Investidores; (iii) informar previamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, a corretora a ser utilizada em qualquer negociação envolvendo Valores Mobiliários de emissão da Companhia e de suas sociedades controladoras, controladas e coligadas; (iv) orientar e envidar os melhores esforços para que o cônjuge ou companheiro; o descendente; e qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda somente negociem Valores Mobiliários nos períodos em que esteja autorizado a negociar Valores Mobiliários; e (v) abster-se de negociar com Valores Mobiliários sempre que a referida negociação puder interferir nas condições dos negócios relacionados, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria, ou de suas sociedades controladas e coligadas ainda que após a divulgação de ato ou fato relevante; ou de acordo com o Plano Individual de Investimento.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) e da nossa Política de Divulgação de Informação Relevante, qualquer ato ou fato relevante referente aos nossos negócios é divulgado publicamente, exceto aqueles que o(s) acionista(s) ou grupo de acionistas que exerçam o Poder de Controle ou os nossos administradores entenderem que a sua revelação pode colocar em risco nosso interesse legítimo, conforme descrito no item 21.2 abaixo.

Nossa Política de Divulgação de Informação Relevante foi aprovada por nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2012.

Nos termos da nossa Política de Divulgação de Informação Relevante, o(s) acionista(s) ou grupo de acionistas que exerçam o Poder de Controle da Companhia e as pessoas por eles indicadas para acessar Informações Relevantes, os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, titulares e suplentes, atuando em nome próprio ou da Companhia, os membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, os gerentes e empregados da Companhia e de suas sociedades controladas e/ou sob controle comum, que tenham conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante, deverão proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores, por sua vez, deverá (i) divulgar e comunicar à CVM e a todas as bolsas de valores ou mercados organizados de negociação em que a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação (“Bolsas de Valores”), imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante (conforme definido abaixo), ressalvada a hipótese de interesse legítimo da Companhia; e (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores, assim como ao público investidor em geral.

Para fins deste item 21 do Formulário de Referência e de acordo com a Política de Divulgação, a expressão “*Informação Relevante*” significa “qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influenciar de modo ponderável (i) na cotação de (i.1) qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como ações, debêntures, notas promissórias e/ou bônus de subscrição; e (i.2) qualquer título, contrato ou acordo referenciado a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como contratos de derivativos e/ou opções de compra e venda futura (“Valores Mobiliários”); (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (iii) na decisão de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários. Como, por exemplo, (a) assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da Companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva; (b) mudança no controle da Companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas; (c) celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a Companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da Companhia; (d) ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a Companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa; (e) autorização para negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro; (f) decisão de promover o cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia; (g) incorporação, fusão ou cisão envolvendo a Companhia ou empresas ligadas; (h) transformação ou dissolução da Companhia; (i) mudança na composição do patrimônio da Companhia; (j) mudança de critérios contábeis; (k) renegociação de dívidas; (l) aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações; (m) alteração nos direitos e vantagens dos Valores Mobiliários emitidos pela Companhia; (n) desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação; (o) aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, bem como alienação de ações assim adquiridas; (p) lucro ou prejuízo da Companhia e a atribuição de proventos em dinheiro; (q) celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público; (r) aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação; (s) início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço; (t) descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da Companhia; (u) modificação de projeções divulgadas pela Companhia; e (v) pedido de recuperação judicial, requerimento ou confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da Companhia”.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados pela Companhia para divulgação de suas informações, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor, no mínimo, idêntico ao texto enviado à CVM e às Bolsas de Valores. Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante será enviada simultaneamente à CVM e às Bolsas de Valores, e será divulgada ao público investidor em geral.

A Informação Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgada antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores. Caso as Bolsas de Valores não estejam operando simultaneamente, a divulgação será feita observando o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Informação Relevante que tiverem conhecimento de Informação Relevante, sempre que se certifiquem de omissão em sua divulgação, devem comunicar a Informação Relevante diretamente à CVM, às Bolsas de Valores.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Conforme Instrução CVM 358, a Política de Divulgação de Informação Relevante da Companhia consiste no estabelecimento de regras sobre a divulgação de Informações Relevantes e a manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

O objetivo da Política de Divulgação de Informação Relevante da Companhia é estabelecer as regras e procedimentos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de Informação Relevante, nos termos da Instrução CVM 358, visando especialmente (i) prestar informação completa aos acionistas e investidores da Companhia; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de Informação Relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia a todo acionista e investidor; (iv) zelar pelo sigilo de Informação Relevante não divulgada; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

O critério de relevância da Informação Relevante é baseado na possibilidade de influenciar de modo ponderável (i) a decisão dos investidores em negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; (ii) a cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; e (iii) a decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores da Companhia entenderem que a sua revelação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

A Companhia, a pedido dos administradores, de qualquer acionista ou por iniciativa própria, poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Caso a CVM decida pela divulgação da Informação Relevante e determine ao Diretor de Relações com Investidores ou à pessoa vinculada à Política de Divulgação, conforme o caso, que comunique a Informação Relevante ao público e às Bolsas de Valores, o Diretor de Relações com Investidores ou a pessoa vinculada à Política de Divulgação, conforme o caso, deverá proceder imediatamente à divulgação, na forma da Instrução CVM 358.

Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, na hipótese da Informação Relevante escapar ao controle ou caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao público.

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Informação Relevante devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Informação Relevante não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as pessoas vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Relevante.

Quaisquer violações verificadas pelas pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Informação Relevante deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores ou para pessoa por ele indicada e, no caso de violação pelo Diretor de Relações com Investidores, ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Caso qualquer pessoa vinculada à Política de Divulgação verifique que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornou-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, ainda, na hipótese da Informação Relevante escapar ao controle ou caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores ou pessoa por ele indicada.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da nossa Política de Divulgação de Informações é o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, com escritório na Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia RSC 470, km 212,930, Bairro São Vendelino, CEP 95700-000, telefone (54) 3455-4444 e no e-mail dri@unicasamoveis.com.br.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia.

22.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.